

FACULDADE LATINO AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

PATRÍCIA CARLOS DE SOUSA

“VERÁS QUE UMA FILHA TUA NÃO FOGE À LUTA”: fatores da pouca participação de mulheres no legislativo maranhense - um estudo com deputadas na Legislatura 2019-2022.

São Luís – MA

2021

PATRÍCIA CARLOS DE SOUSA

“VERÁS QUE UMA FILHA TUA NÃO FOGE À LUTA”: fatores da pouca participação de mulheres no legislativo maranhense - um estudo com deputadas na Legislatura 2019-2022.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^o. Dra. Selma Brito

São Luís – MA

2021

Ficha Catalográfica

SOUSA, Patrícia Carlos de.

“VERÁS QUE UMA FILHA TUA NÃO FOGE À LUTA”:
fatores da pouca participação de mulheres no legislativo
maranhense - um estudo com deputadas na Legislatura 2019-
2022/ Patrícia Carlos de Sousa. São Luís: FLACSO/FPA,
2021.

110 f.: il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais,
Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y
Políticas Públicas, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Selma de Sousa Brito

PATRÍCIA CARLOS DE SOUSA

“VERÁS QUE UMA FILHA TUA NÃO FOGE À LUTA”: fatores da pouca participação de mulheres no legislativo maranhense - um estudo com deputadas na Legislatura 2019-2022.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em 04 de novembro de 2021

Profa. Dra. Selma de Sousa Brito (Orientadora)
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Beatriz Martins Moura (Membro Titular)
INCTI/ UNB

Profa. Dra. Maria Mary Ferreira (Membro Titular)
UFMA

Às mulheres da Família Carlos, que me ensinaram e ensinam todos os dias sobre coragem e senso de justiça.

AGRADECIMENTOS

Sigo acreditando piamente que “quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede” e também que a revolução será feminina e feminista ou não será. Eu, que cresci rodeada de mulheres fortes, sou grata perenemente a todas elas, minha mãe e irmãs queridas, pelos afetos e lições, em especial Mocinha e Isabel, que me levavam, ainda criança, para as reuniões da Pastoral da Juventude e do Partido dos Trabalhadores, fazendo com que eu crescesse nesse meio interiorano cheio de sonho e de luta. Também agradeço as minhas companheiras de partido, que me ensinam, me encorajam e me mostram que a luta também pode e deve ser fraterna, em especial a Camila Moreno e a Kelly Araújo, pelos afetos e ajudas cotidianas. Gratidão também ao meu líder político, Zé Carlos, por sempre acreditar em mim, pelos incentivos e auxílios no decorrer do Curso. E um obrigada especial à minhas amigas e amigos, que de perto ou de longe, me fazem sentir uma pessoa tão potente e grande, mesmo com as adversidades e momentos de esmorecimento. Obrigada também a todos os meus professores e professoras que encontrei em minha jornada de estudante, desde a Tia Josimar, com seus cartazes caprichosos e incentivos à produção textual, lá no antigo primário, até a professora Selma, minha paciente orientadora na Dissertação. Serei mestra porque não sou só.

Não se nasce mulher, torna-se.

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar fatores que interferem na baixa presença de mulheres no legislativo maranhense. Procuramos identificar aspectos sociais e culturais que especificam papéis diferenciados á mulheres no âmbito da política eleitoral; apresentar o contexto histórico do acesso das mulheres em cargos eletivos no Brasil e no Maranhão; traçar o perfil das parlamentares com mandatos vigentes na Assembleia Legislativa do Maranhão; e debater os mecanismos que capitalizam politicamente a mulher para disputas eletivas. Para tanto, utilizamos a entrevista estruturada, respondida num questionário por escrito, junto a 7 (sete), das atuais 10 (dez) deputadas da Assembleia Legislativa do Maranhão, identificando tais pontos na trajetória política de cada uma. Realizamos, então, uma pesquisa bibliográfica e de campo, esta última desenvolvida entre fevereiro e abril de 2021. Os dados apontam que os mecanismos que barram a efetiva participação da mulher na vida pública são construídos socialmente, culturalmente e historicamente, e internalizados pelos sujeitos, tendo como uma das principais consequências a lógica político-partidária ainda bastante masculinizada. Este estudo foi elaborado obedecendo aos critérios éticos de pesquisa com seres humanos, tratados na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e tem como categorias analíticas o feminismo, as relações de poder e atuação feminina maranhense no legislativo.

Palavras-Chave: Mulher. Política. Gênero. Participação.

ABSTRACT

The present study aims to analyse factors that interfere in the low presence of women in Maranhão's legislative. We look to identify social and cultural aspects that specify different roles to women in the ambit of electoral politics; present the historic context of women's access in elective positions in Brazil and Maranhão; draw the profile of parliamentarians with current mandates in the Legislative Assembly of Maranhão; and debate the mechanisms that capitalize politically the woman for elective disputes. For that, we used the structured interview, answered in a written questionnaire, along 7 (seven), of the actual 10 (ten) female deputies of the Legislative Assembly of Maranhão, identifying those points in the political trajectory of each one. We made, then, a bibliographic and field research, the last one developed between february and march of 2021. The data points out that mechanisms that impede the effective participation of women in the public life are built socially, culturally and historically, and internalized by the subjects, having as one of the principal consequences the political-partidary logic still very masculinized. This study was elaborated obeying the ethics criteria of human being research, treated in the Resolution 466/12 of the National Council of Health and has as analytics categories the feminism, the power relations and the feminine acting in the Legislative.

Keywords: Woman. Politics. Gender. Participation.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Deputadas estaduais maranhenses das eleições de 1934 a 2018	49
QUADRO 2 – Perfil das atuais deputadas estaduais maranhenses.....	53
QUADRO 03 – Participação das deputadas em comissões da ALEMA	56
QUADRO 04 – Alguns projetos de lei apresentados pelas deputadas maranhenses voltadas à população feminina	58

LISTA DE SIGLAS

ALEMA – Assembleia Legislativa do Maranhão

ANP – Agência Nacional de Petróleo

AVANTE – Partido Avante (antigo Partido Trabalhista do Brasil – PTdoB)

BA – Bahia

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CIDADANIA – Partido Cidadania (antigo Partido Popular Socialista – PPS)

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEM – Partido Democratas (antigo Partido da Frente Liberal – PFL)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDG – Índice de Desigualdade de Gênero

LGBTI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais/Travestis/Transgêneros, Intersexuais

MA - Maranhão

MDB – Partido Movimento Democrático Brasileiro

MG – Minas Gerais

NOVO – Partido Novo

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PJ – Pastoral da Juventude

PL – Partido Liberal (antigo Partido da República – PR)

PL – Projeto de Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

Pnud – Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento

PODE – Partido Podemos (antigo Partido Trabalhista Brasileiro – PMN)

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC - Partido Social Democrata Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

REDE – Partido Rede Sustentabilidade

REPUBLICANO – Partido Republicano

REPUBLICANOS – Partido Republicanos (antigo Partido Republicano Brasileiro – PRB)

RJ – Rio de Janeiro

SOLIDARIEDADE – Partido Solidariedade

SP – São Paulo

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TJ – Tribunal de Justiça

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UIP – União Interparlamentar

URM – Partido União Republicana Maranhense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 NEM TÃO ROSA, NEM TÃO AZUL: ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS SOBRE O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE	19
2.1 Gênero e Feminismo como premissas para análise do fenômeno estudado	23
2.1.1 Conceito de Gênero	23
2.1.2 A luta das mulheres e o Movimento Feminista brasileiro	26
2.2 A face excludente da democracia brasileira e a cidadania feminina reduzida	31
2.2.1 Mulher, Política Eleitoral e Poder.....	36
3 AS MARANHENSES NAS MARANHAS DA POLÍTICA: DA CONQUISTA DO VOTO À ATUAL BANCADA FEMININA DA ALEMA	40
3.1 A trajetória das mulheres no legislativo estadual maranhense	45
3.1.1 Perfil e atuação das atuais deputadas do legislativo estadual maranhense	53
4 “VAI MERMÃ!”: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-REPRESENTATIVA DAS MULHERES NO LEGISLATIVO MARANHENSE	63
4.1 As portas de entrada na política.....	64
4.2 A cultura patriarcal e suas consequências	69
4.3 A relação com os partidos	75
4.4 A atuação parlamentar.....	79
4.5 A teoria feminista como referencial teórico no estudo dos dados	83
5 CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista	97
APÊNDICE B – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	100
ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética	102
ANEXO B – As dez atuais deputadas estaduais do Maranhão (legislatura 2019-2022)	104

1 INTRODUÇÃO

Há pouco mais de oito décadas as brasileiras conquistaram o direito ao voto. Iniciava-se ali, em 1932, uma etapa de afirmação e ampliação cotidiana da mulher na vida pública, processo que vem acompanhando as configurações da sociedade. Entendendo que essa é uma luta de todos e que deve envolver todos, sejam partidos, autoridades e sociedade, essa temática vem sendo alvo de análises e reflexões.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres compõem mais da metade do eleitorado brasileiro – 52,5%, mas no que se refere a alcançar um cargo eletivo, ainda estão bem distantes dos homens. Das mais de 77 milhões de eleitoras brasileiras, apenas 9.204 concorreram a um cargo eletivo nas Eleições Gerais de 2018. Destas, somente 290 foram eleitas, o que apesar de ser um número baixo, representa um aumento de 52,6% em relação a 2014. Das 513 vagas na Câmara Federal, apenas 77 foram ocupadas por mulheres. Nenhuma maranhense (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2019).

Outro dado relevante é o estudo lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2017, em parceria com a União Interparlamentar (UIP), que apontou um ranking de participação de mulheres no parlamento, onde o Brasil ocupa a 154ª posição no que se refere à representação feminina, dentre 174 países analisados. Dentre 33 países latino-americanos e caribenhos, ficamos em 32ª lugar quanto à presença de mulheres nos parlamentos nacionais, ganhando só de Belize (3,1%), quadro bastante negativo (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2017).

Soma-se a este quadro, as contradições da sociedade brasileira que se refletem nas enormes desigualdades sociais e regionais e que formaram um alicerce de exclusão das minorias, fator determinante na disputa de poder, cujos reflexos se mostram nas desigualdades de representação legislativa, alvo de análise desta pesquisa.

Neste sentido, o tema central deste trabalho é analisar fatores que interferem na baixa presença de mulheres no legislativo maranhense, tendo como referência deputadas estaduais da atual legislatura. Entendemos que são muitos os fatores - de ordem social, cultural, e institucional - que desafiam as mulheres na participação da vida pública, como a socialização diferenciada, a dominação simbólica do masculino sobre o feminino, as bases políticas diferenciadas e a lógica partidária sexista, que ainda apreende a mulher de forma secundária e discriminatória. As mulheres que conseguem superar os obstáculos e vencer alguma disputa eleitoral sofrem uma série de limitações no desempenho de seus mandatos, seja pela sociedade

patriarcal-capitalista e o peso do trabalho reprodutivo imposto ao feminino, fazendo com que a mulher acumule funções e sobrecargas, seja pela falta de incentivo dos partidos políticos, ou seja pelo recente ingresso da mulher na esfera pública, já que antes estas foram reservadas à esfera privada, tudo isso reforçando estereótipos de que as mulheres não foram feitas para o exercício do poder.

São mais de oitenta anos de conquista do voto feminino, mas os mecanismos que barram sua efetiva participação na política ainda são de difícil rompimento, especialmente se tratando de um estado como o Maranhão, de raízes coronelistas. Lutar contra esse quadro de desigualdade é um desafio não só para as mulheres que apeteçam entrar na política, mas de toda a sociedade, homens, mulheres, partidos, Instituições e Estado. Desigualdade e diferenciação não combinam com Democracia. Esforçar-se num sentido de alcançar a paridade política é trabalhar para consolidar e aperfeiçoar a democracia brasileira.

Assim sendo, partimos da seguinte problemática: quais fatores explicam a baixa participação de mulheres no legislativo maranhense? Pretendeu-se abordar - através de pesquisa bibliográfica e entrevista com mulheres deputadas estaduais – quais fatores interferem na baixa participação feminina no legislativo do Maranhão, a partir de uma abordagem feminista, que busque a influência da cultura (socialização) e da lógica partidária nesse fenômeno.

Vale salientar que a motivação inicial para o desenvolvimento dessa pesquisa surgiu pelo próprio contexto de socialização da pesquisadora: numa família essencialmente de mulheres, a tendência é pender para os questionamentos quanto a gênero e suas implicações nos mais diversos campos. Sobretudo morando num estado de raízes oligarcas, onde, durante muito tempo, a presença da mulher na política foi associada, de forma reduzida, somente à eleição da ex-governadora Roseana Sarney, herdeira de uma família de tradição política que governou o estado por quase 50 anos. Foi essa família que levou à militância, primeiramente nos movimentos de base da igreja católica, depois nas reuniões da Pastoral da Juventude e do Partido dos Trabalhadores, o que fomentou o interesse pelas questões sociais e pela política.

Também a vivência, desde a adolescência, como militante e dirigente de um partido político, contribuiu para a escolha dessa temática, uma vez que deu um olhar mais aguçado para atentar sobre como a lógica política e partidária sempre oferecem prerrogativas e vantagens aos homens, sobretudo aos homens mais velhos e brancos, em detrimento das mulheres, principalmente as mulheres jovens e negras, mesmo em um partido de espectro ideológico de esquerda. As tratativas e tratamentos para com as mulheres dirigentes e/ou candidatas são

diferenciadas, pautadas quase sempre no machismo, ainda que velado, o que gera patrulhamento, maior cobrança e constantes tentativas de silenciamento nos diversos espaços partidários em que estão inseridas.

Bem como, o tema da pouca presença de mulheres na política me acompanha desde a graduação, onde o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também foi uma pesquisa de campo com mulheres deputadas estaduais, mas no Piauí, estado da formação em Serviço Social, numa faculdade particular, como bolsista do Programa Universidade Para Todos – PROUNI. Portanto, essa já é uma linha de pesquisa iniciada e pela qual se dispõe de bastante interesse e mesmo vivência.

Como aponta Mary Ferreira (2010), as mulheres sempre estiveram presentes em movimentos sociais/populares e partidários no Maranhão, em sindicatos rurais, associações comunitárias, organizações de partidos, embora de forma tímida e pouco estimulada. Estiveram as mulheres, assim como os negros e indígenas, em vários movimentos de luta por democracia, mas essa participação ficou, durante anos, desconhecida da grande maioria da sociedade. Buscar resgatar essa história subnotificada é uma tarefa importante, sobretudo para potencializar os estudos que envolvam as temáticas feministas, de gênero e/ou democráticas no estado.

Além disso, há poucas publicações sobre a participação das mulheres no parlamento maranhense, resumidas quase que basicamente às pesquisas feitas pela professora Mary Ferreira, de 1999 a 2015¹, fazendo com que a presente pesquisa gere interesse e cumpra um papel importante na sociedade maranhense, além de ser uma análise mais recente, que acompanha as transformações da sociedade e das formas de se fazer política, especialmente com a tecnologia, redes sociais e novos instrumentos de comunicação.

Apesar do cargo máximo da República já ter sido ocupado por uma mulher, a participação feminina brasileira nas esferas municipais, estaduais e federal, do legislativo ao executivo, ainda é pouco expressiva. Se debruçar sobre a pesquisa quanto a estes desafios encontrados pelas mulheres se mostra como tarefa de grande importância. São oito décadas de conquista do voto, mas os direitos femininos ainda estão em processo de afirmação e ampliação que vão acompanhando as configurações da sociedade. Hoje é muito mais comum se ver, desde

¹ FERREIRA (1999) é fruto de sua dissertação de mestrado; FERREIRA (2005) é fruto de sua tese de doutorado; e FERREIRA (2015) é fruto da pesquisa “Representação Política de Mulheres no Maranhão: ação política de vereadoras e prefeitas e relações de gênero”.

cedo, o contato e a identificação feminista entre as jovens, inclusive estudantes secundaristas. Portanto, se mostra como algo relevante socialmente no sentido de contribuir para a formação de uma apreensão mais crítica sobre gênero e diferenciação.

Ademais, essa é uma discussão que vem sendo inserida na agenda dos partidos, governos e Instituições, bem como na agenda acadêmica. Mesmo os partidos de direita², ainda que com viés conservador, vêm pautando tal participação. Hoje já é comum esses partidos inserirem as mulheres em suas bandeiras e programas, atreladas a pautas como “defesa da família”, conceito bastante difuso e limitado, uma vez que exclui outros modelos de família que não a tradicional heteronormativa.

Posto isso, o objetivo geral desse estudo foi analisar fatores que interferem na baixa presença de mulheres no legislativo maranhense. Tivemos como objetivos específicos: identificar aspectos sociais e culturais que especificam papéis diferenciados á mulheres no âmbito da política eleitoral; apresentar o contexto histórico do acesso das mulheres em cargos eletivos no Maranhão; traçar o perfil das parlamentares com mandatos vigentes na Assembleia Legislativa do Maranhão; e debater os mecanismos que capitalizam politicamente a mulher para disputas eletivas.

Cabe ressaltar que, inicialmente, a ideia desta pesquisa era entrevistar não só deputadas eleitas, como mulheres que foram candidatas em 2018 e não alcançaram o cargo. A proposta inicial versava, ainda, sobre entrevista semiestruturada, facultando outras perguntas que não estivessem no roteiro. Contudo, o contexto de pandemia somado ao insucesso na busca por tais entrevistas junto às respectivas assessorias das deputadas, fizeram com que, em função do tempo e das condições estabelecidas, o foco da pesquisa fosse redirecionado apenas à parte da bancada feminina eleita para a atual Legislatura. Ademais, a Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) está funcionando presencialmente apenas de forma parcial, com rodízio dos funcionários, havendo a necessidade de autorização prévia para a entrada. As atividades legislativas estão acontecendo de forma online. As tentativas de contatos com as assessorias

² Conceito oriundo da Revolução Francesa, a partir da posição das cadeiras na Assembleia Constituinte da França de 1789, onde o debate desencadeado na Casa era composto tanto por adeptos da Coroa, como por revolucionários interessados em derrubá-la. Cada grupo se reunia na sala conforme suas afinidades, ficando à direita do presidente a ala mais conservadora, os leais à Coroa, que queriam conter a revolução e do lado esquerdo os revolucionários, de visão mais progressista, que clamavam por uma mudança radical de ordem. A dicotomia foi se infiltrando na linguagem política e se espalhando também por todo o mundo, até pela simplicidade explicativa. Pouco a o pouco os termos foram se popularizando para além da política formal. Hoje, dentro dos conceitos de direita e esquerda na política partidária, é preciso levar em conta outras categorias e visões para além dessa concepção binária, como social-democracia, liberalismo conservador, entre outros. Atualmente fala-se em várias esquerdas e várias direitas, associadas a uma vasta gama de pensamentos e atuações políticas.

para marcação das entrevistas foram muitas e constantes, a maioria das vezes sem sucesso, mesmo deixando-se claro que poderia ser de forma virtual e já enviando o questionário previamente, para conhecimento e avaliação das sujeitas da pesquisa. No fim das contas, concluímos a pesquisa de campo com 07 (sete) das atuais 10 (dez) parlamentares maranhenses, o que corresponde a 70% da bancada feminina.

Salienta-se que o nosso referencial teórico é o feminismo, movimento social e político que vem operando mudanças significativas na forma de fazer ciência, sobretudo as sociais, desorganizando ordens estabelecidas a partir de conceitos e ângulos de visões masculinas, fazendo oposição às ordens acadêmicas pré-estabelecidas, redimensionando as pesquisas e contribuindo para o contraponto ao tradicionalismo científico construído por homens. Os estudos feministas nos permitem apreender a mulher enquanto sujeita histórica e social dotada de particularidades e com uma bagagem diferenciada derivada da socialização e cultura, tendo como referência as pesquisas de Mary Ferreira, principal pesquisadora feminista da temática no Maranhão, bem como autoras clássicas e também contemporâneas, como Simone de Beauvoir, Chantal Mouffe, Carole Pateman, Lúcia Avelar, Cinzia Arruzza, Clara Araújo e Luana Pinheiro.

Para tanto, organizamos este trabalho da seguinte forma: no primeiro capítulo tratamos sobre a conjuntura social, cultural e histórica que estipula papéis diferenciados às mulheres e que são premissas decisivas para compreender as disparidades de participação entre os sexos, com foco no conceito feminista de gênero e a importância desse movimento para as conquistas das mulheres na ocupação dos espaços de poder e decisão. Também discorreremos sobre os desafios da democracia brasileira, historicamente excludente para as minorias, de forma a apreender a mulher enquanto sujeito político na sociedade vigente, o que nos levará a entender sobre o conceito de cidadania feminina reduzida. No segundo capítulo trazemos um breve histórico da participação de mulheres maranhenses na política e do perfil das atuais deputadas na Assembleia Legislativa do Maranhão. No terceiro e último capítulo, tratamos da apreciação crítica dos dados colhidos durante a pesquisa de campo (entrevista estruturada com sete deputadas estaduais), a partir das seguintes categorias de análise: o acesso da mulher maranhense à política eleitoral; os desafios postos a elas; e as possibilidades que se revelam.

Os mecanismos que barram a efetiva participação da mulher na vida pública ainda são os mesmos de décadas atrás. São filhos legítimos de uma cultura machista e patriarcal, questão que traz um interesse de estudo bastante significativo.

2 NEM TÃO ROSA, NEM TÃO AZUL: ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS SOBRE O PAPEL DA MULHER OCIEDADE

Para a abordagem de tal tema é necessário discorrer sobre a conjuntura social, cultural e histórica que estipula papéis diferenciados às mulheres e que são premissas decisivas nas disparidades de participação entre os sexos. Para compreender porque as mulheres estão em desvantagem nos espaços institucionalizados da política e do poder, é necessário compreender primeiro porque as mulheres, apesar de tantos avanços, encontram-se sistematicamente em desvantagem social, política, simbólica e econômica em relação aos homens.

Estudos antropológicos (ENGELS, 1974; MURARO, 1997) indicam que as primeiras sociedades humanas eram matrilineares, coletivistas, tribais e nômades, organizando-se predominantemente em torno da figura materna, uma vez que se desconhecia a atuação masculina na reprodução. Não havia a definição rígida de papéis sexuais e sociais, as relações eram poligâmicas e o cuidado com as crianças cabia a todos. Com a descoberta da agricultura, as comunidades foram estabelecendo residência fixa e começaram a estipular papéis na comunidade: aos homens cabia caçar, começando assim um vínculo com os espaços externos do grupo; às mulheres cabia o cultivo da terra, o preparo de alimentos e o cuidado com as crianças – afazeres domésticos, “privados”. E também a produção já não era mais apenas para a subsistência, gerando o chamado excedente, originando a propriedade privada, fazendo com que as relações passassem a ser monogâmicas, objetivando assegurar o direito de propriedade e herança (MATOS; CORTÊS, 2010).

Para as autoras, a partir daí, o corpo e a sexualidade das mulheres passaram a ser controlados pelos homens e por suas instituições. Com a propriedade privada nasce também a família patriarcal. No regime patriarcal, as relações são conduzidas através de dois princípios básicos: o de que as mulheres são/estão hierarquicamente subordinadas aos homens (autoridade patriarcal); e o de que os jovens são/estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos (autoridade paterna). Esta forma de organização social atribuiu maior valor de estima social às atividades que eram tidas como masculinas, em detrimento das ditas femininas, bem como estabeleceu papéis sexuais, políticos e sociais rígidos, nos quais o masculino passou a ter vantagens e prerrogativas:

Neste tipo de regime de relacionamento ou interação de gênero, há fortes correlações, como visto, entre o poder patriarcal (social), o poder político (liberal), o poder

econômico (capitalista), o poder colonialista e racista (simbólico e racial) e o poder sexual (MATOS; CORTÊS, 2010, p. 16)

Marx e Engels, em seu livro *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, sustentam que, a partir do surgimento da propriedade privada, a família patriarcal é umas das primeiras formas de opressão, onde homens têm poder sobre os filhos e sobre a esposa. Para Engels (1974), a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem só serão vencidas se ela passar a participar, em escala social, da produção, do trabalho social produtivo e não somente do doméstico.

Portanto, construiu-se historicamente a figura do homem como superior, devendo ser respeitado por sua virilidade e importância. Olhando para nosso país, o Brasil nasceu patriarcal. Temos uma cultura machista por excelência. A discriminação sofrida pela mulher é de responsabilidade de uma sociedade que ainda cultiva valores que a colocam em situação subalterna.

Saffioti (1978), trata da situação da mulher na sociedade capitalista e dedica parte de suas análises ao caso brasileiro, país de economia dependente e de características tão próprias e diferentes das europeias (portanto, as questões de gênero também têm traços próprios). Para a autora, a formação econômico-social capitalista brasileira foi se constituindo dentro de limites impostos pela estrutura internacional de poder, ponto necessário para a compreensão dos papéis sociais que homens e mulheres desempenham em nossa sociedade. Nesse sentido, a forma de organização e distribuição do poder na sociedade escravocrata brasileira permite compreender sobre a posição da mulher, uma vez que foi nesse contexto que se formaram o que ela chama de “complexos sociais” tratados ao longo do tempo como tradição. Essa “tradição” vai explicando a manutenção de mitos e preconceitos usados para justificar a exclusão da mulher de certas tarefas, bem como para mantê-la no exercício quase exclusivo de seus papéis tradicionais (vinculados à esfera privada do lar e da família) e de ocupações tidas como femininas.

A estrutura social brasileira do período escravocrata colonial apresentava, nas palavras de Saffioti (1978), uma “configuração exótica” misturando elementos das estruturas feudais europeias em desintegração, com a nascente estrutura patrimonialista favorecedora do comércio externo e com a exploração da força de trabalho escrava, o que gerou uma sociedade de castas bastante peculiar.

Tais características apresenta consequências aos papéis femininos nessas diferentes castas. A mulher negra, além de suas funções produtivas, tinha também um papel sexual, com a obrigação da prestação de serviços sexuais (ao seu senhor ou como aluguel a outros) e também o papel reprodutivo de gerar mais escravos ao sistema, elementos que as coisificavam ainda mais. Já as mulheres brancas eram “perfeitamente” submissas ao poder do senhor patriarca, o chefe da família, uma vez que não tinham escolaridade e nem maturidade, já que se casavam muito jovens, muitas vezes sendo mães aos 14, 15 anos: “educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido” (SAFFIOTI, 1978, p. 182).

O casamento era a única carreira que restava à mulher branca. A única alternativa para fugir da submissão ao pai e depois ao marido era o confinamento em conventos, onde encarava outras formas de opressão. Tal destino, em grande parte, era iniciativa dos homens, como forma de lidar com filhas solteironas ou de conduta desaprovada pela moralidade da época. Além disso, durante muito tempo, mulheres brasileiras viveram num estado de indigência cultural, sem escolaridade e sem lazer.

Ainda segundo a autora acima, com a abolição da escravatura, um grande número de mulheres negras passou a se prostituir a fim de subsistência e, diferente do homem negro, mesmo sendo agora igualmente uma cidadã brasileira, não tinham o direito de votar, fato que representava para a mulher branca uma descensão em relação ao homem negro. A figura do homem chefe da família patriarcal foi ganhando outros traços, em consequência da perda de parte das funções políticas e econômicas. A legitimação de sua autoridade agora se dava muito mais por sua função de provedor, de ganha-pão, que pela tradição.

Portanto, é importante ressaltar que estamos falando de um estereótipo de mulher no Globo: a branca, ocidental. Pois toda a teia de construções de instituições e processos sociais são diferentes entre mulheres de origens e raça diferentes. Raça e classe são estruturantes á qualquer análise. Dessa forma, este trabalho não se debruça sobre tais estruturas e consequentes diferenças, embora as reconheça e as afirme como substanciais, mas é crucial entendermos que as mulheres negras e indígenas tiveram trajetórias diferenciadas, a exemplo da ocupação dos espaços públicos privados (quem foi a mulher que se tornou a dona de casa e quem era a mulher que estava no espaço da rua?).

Dias (2010), fala que o patriarcado da nossa sociedade ainda é legitimado com base nos papéis de cada sexo, estabelecidos e impostos desde cedo na menina e no menino: “isso é coisa de menino”, “isso não é coisa de menina”. A consequência dessa separação de papéis é que, aquilo que se refere ao espaço público (trabalho, negócios) deve ficar a cargo dos homens e, por sua vez, o espaço privado (o lar), considerado menos importante, fica a cargo das mulheres.

Assim sendo, é comum ouvir-se expressões do tipo: “mulheres são mais sensíveis, solidárias, éticas”, “homens são mais agressivos, objetivos, espertos”. Isso leva à estereotipização que tais características estão mais ou menos ligadas a certos espaços da vida social. Logo, “política não é coisa para mulher”.

O fato é que a divisão entre os sexos aparece como algo absolutamente natural e, por isso mesmo, inevitável; e essa violência simbólica não pode ser vencida apenas pela consciência ou pela vontade, já que seus efeitos e condições estão entranhadas no imaginário de cada uma. A cultura patriarcal ensina desde cedo o que é ser mulher e o que é ser homem. Um exemplo do reflexo dessa cultura é que, apesar de possuírem atualmente níveis de escolaridade e frequência escolar superiores ao masculino e de estarem cada vez mais presentes no mercado de trabalho, as mulheres ganham menos que os homens e sua participação é ainda bastante desigual no exercício do poder, como aponta pesquisa de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³ (IBGE).

Toda essa diferenciação quanto ao desempenho dos papéis sociais (que correspondem à atuação e produção do indivíduo de acordo com as imposições e expectativas da sociedade) se dá por meio do comportamento de homens e mulheres, mas também (e principalmente) em relação às suas representações. Quanto a isso, Pinheiro (2007, p. 37), salienta que:

Com base nas representações que fazem de si mesmos e do mundo, homens e mulheres tornam-se capazes de explicar sua prática de acordo com suas próprias lógicas. Numa sociedade patriarcal, tais lógicas acabam por resultar em um relacionamento entre os sexos no qual a mulher ocupa posição e função inferior, subalterna.

Enfatizamos então aqui a noção de *habitus*, trazida por Bourdieu (1999), onde este explica que os meninos e as meninas constroem um sistema de disposições que funcionarão como estruturas. Cada sexo interioriza seu próprio papel e assimila o papel do outro. Isso é

³ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf

inconsciente. Portanto, o ingresso em campos de atuação é fortemente influenciado por esse *habitus*. Ainda segundo o autor, o fenômeno da dominação masculina está impregnado nas estruturas de pensamento de uma parte e de outra (dominados e dominantes). E essa lógica da dominação do homem sobre a mulher está no campo da dominação simbólica, fazendo com que essa diferenciação entre os sexos seja natural e legitimada.

Como ressalta Voegeli (2006), as atribuições e os deveres de cada sexo são transmitidos via família, de geração a geração. Apresenta-se, pois, como uma concepção de difícil rompimento ou reforma, já que faz parte da educação dos indivíduos. A aquisição dos papéis masculino e feminino é, então, estabelecida dentro da família, desde a infância.

A autora ressalta, ainda, que os papéis de gênero e as relações que se estabelecem entre os sexos dependem do tipo de sociedade em que estão inseridos seus atores. Dessa forma, numa sociedade patriarcal, (como é o caso da sociedade brasileira) os papéis situam a mulher como subordinada ao homem, confinada no mundo privado, sendo a responsável pelo equilíbrio do lar. Mesmo com o desaparecimento da divisão sexual do trabalho na esfera produtiva, permanece a conotação feminina do espaço doméstico.

A esmagadora dominação do público sobre o privado nos permite essa melhor avaliação das diversas interdições que recaem sobre as mulheres, cuja exclusão está na base das relações da sociedade como ela é. O estudo das mulheres no legislativo, à medida que contribui para modificar as representações do mundo presente, opondo-se a uma visão paradoxal e dominante, abre caminhos e possibilidades para romper com a visão comum de apreensão do mundo social como natural (FERREIRA, 2010).

2.1 GÊNERO E FEMINISMO COMO PREMISSAS PARA ANÁLISE DO FENÔMENO ESTUDADO

2.1.1 O conceito de gênero

O conceito de gênero foi construído a partir dos anos 70, no campo das Ciências Sociais, com o objetivo de separar as elaborações e as simbolizações que a cultura realiza, do sexo biológico – macho/fêmea. Nossa cultura tem retratado a mulher como passiva e receptiva, enquanto que os homens são retratados como ativos e criativos. Essas imagens foram usadas ao

longo da história para explicar “cientificamente” a manutenção da mulher em um papel subordinado e subserviente em relação aos homens (VOEGELI, 2006).

Gênero é, pois, um termo que não pode ser compreendido fora do curso da História, ao passo que ele é permeado por estruturas sociopolíticas, tais como sistemas sociais, cultura e história, como como explana Tega (2008). É uma relação dialética – o gênero não apenas faz parte, como também produz essas estruturas. Scott (1990, p. 13) conceitua gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [...], o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”, a partir da supremacia do masculino. São, portanto, as culturas humanas em suas relações políticas que criam os padrões de comportamento, os quais terminam ficando associados aos corpos sexuados.

Voegeli (2006) cita a Revolução Francesa (1789 – 1799), com seu lema de igualdade, como o primeiro terreno a pôr em dúvida a “subordinação natural e inalterável” da mulher. Porém, só a partir da II Guerra Mundial (1939 – 1945), a independência feminina passa a se acelerar significativamente, pois devido à condição de guerra, a mulher passa a ocupar espaços antes exclusivamente masculinos. As mulheres passaram a inserir-se no mundo externo, público, e não mais apenas no mundo privado, desencadeando novas formas de relações e atuação.

Mas, foi o Movimento Feminista que questionou e questiona até hoje a divisão de papéis entre homens e mulheres e denuncia a discrepância dos direitos masculinos e femininos na sociedade. Foram esses debates trazidos pelo Movimento Feminista que deram visibilidade às relações de dominação e poder que dividem o mundo social em gêneros e que questionaram uma ordem sexual apreendida como natural.

Portanto, o conceito de gênero que nos referimos aqui é fruto de um diálogo entre o Movimento Feminista e suas teóricas. Uma figura emblemática que não pode deixar de ser citada é Simone de Beauvoir. Ela revolucionou o conceito do que seria ser mulher, com seu livro *O Segundo Sexo* (1980). Com a famosa frase “não se nasce mulher, torna-se”, buscou descartar qualquer determinação “natural” da conduta feminina e dar impulso aos movimentos que defendiam os direitos das mulheres, que vinham ocorrendo desde o final do século XIX, bem como apontou que tais direitos não eram concessões, mas conquistas. Conquistas essas que devem estar sob constante atenção e defesa, pois qualquer crise – econômica, social ou política – os questiona ou os coloca em xeque. Beauvoir sustenta-se no marxismo para defender

a opressão feminina. Para ela, o sexo feminino é “o outro”, não tem identidade própria, pois as mulheres estão presas à domesticidade e a maternidade.

Em *O Segundo Sexo*, a autora descarta as explicações biológicas e psicanalistas (inclusive os estudos de Freud a respeito do prestígio do falo) sobre a subalternidade do sexo feminino. O valor atribuído ao feminino é um produto da sociabilidade. Nessa direção, o homem oprime a mulher para se sentir mais poderoso e quanto mais se torna poderoso mais a mulher decai, gerando assim o que a autora chama de “dialética da desigualdade”. A referida obra articula-se no intuito de meditarmos sistematicamente sobre significados sociais que não eram falados na época. Ela fez algo inédito: situou a reflexão sobre o corpo no centro do feminismo. Segundo Simone de Beauvoir, toda existência humana é definida por sua localização, assim sendo, a corporalidade da mulher e os significados sociais que se lhe são atribuídos condicionam sua existência, visão que segue revolucionária até hoje, pois o corpo feminino é, constantemente e de diferentes e inovadoras formas ao longo do tempo, alvo de tabus e estereótipos usados para legitimar evidentes e diversas discriminações sociais.

Sabemos que há machos e fêmeas na espécie humana, porém, a maneira de ser homem e de ser mulher é uma construção cultural e independe de aspectos anatômicos. O modo de se comportar como homem e como mulher na sociedade é decorrente de um aprendizado sociocultural que nos impõe formas de agir de acordo com o sexo e o contexto. Podemos concluir, embasados por esses/essas autores/autoras já citados/as nesta sessão, que o gênero é, em síntese, uma construção da cultura. Aprendemos na família e na escola o que é “coisa de menino” e o que é “coisa de menina”. Quando se oferece para a menina, por exemplo, brinquedos de utensílios domésticos e bonecas para incentivar o “espírito materno”, está-se indicando, mesmo que involuntariamente, que o espaço privado (o lar) é seu espaço de atuação.

Essa divisão do público e do privado é claramente percebida em falas cotidianas, como por exemplo, quando se quer insultar uma mulher, diz-se que ela é “mulher da rua”, “vadia”, em oposição à “mulher da casa”, “moça de família”. O gênero é, pois, associado a esses espaços, mas é importante entender que a participação de homens e de mulheres na vida pública não provém de habilidades naturais, aptidões, desejos pessoais. É decorrente da educação dada a cada sexo. Somos orientados a gostar mais ou menos de política, de leis, de engenharia, etc., dependendo de sermos homem ou mulher. A família tradicional, com o formato homem-provedor/mulher-cuidadora, incide numa hierarquia moral rígida que estabelece papéis, deveres, comportamentos (HIDRATA; KERGOAT, 2007).

Portanto, conceito de gênero que utilizamos é a intersecção dos conceitos das teóricas feministas consultadas para este trabalho, como: Saffioti, 1978; Beauvoir, 1980; Avelar, 1987 e 2002; Scott, 1990; Mouffe, 1999; Pinto, 2003; Pateman, 2004; Voegeli 2006; Hidrata e Kergoat, 2007; Pinheiro, 2007; Scanove, 2008; Tega, 2008; Ferreira, 2010 e 2015; Matos e Cortês, 2010; Silva, 2018; Arruzza e Bhattacharya, 2019. Essas teóricas invertem ordens estabelecidas, assim como redimensionam as pesquisas sociais. Tais autoras fundamentam suas análises a partir de como pensamos o gênero e como as diversas categorias que são construídas a partir deste elemento posicionam os variados atores na ordem social.

2.1.2 A luta das mulheres e o Movimento Feminista brasileiro

Podemos dizer, em suma, que a história das mulheres é uma história de lutas e de combate às diferentes formas de manifestações das opressões. Dessa forma, entendemos que analisar a luta das mulheres, bem como a história e as características do movimento feminista brasileiro e a sua contribuição nas conquistas dos direitos femininos é de fundamental importância na análise do fenômeno estudado.

Hoje, a mulher brasileira tem direitos iguais aos homens em se tratando de votar e ser votada. Já tivemos, inclusive, uma mulher na presidência do país. Mas o caminho até aqui foi longo e repleto de lutas. No decorrer de mais de oito décadas de conquista, houveram outras primeiras, que se engajavam, adentravam nos espaços mais diversos – movimentos sociais, partidos, Academia de Letras, dentre outros. Cada movimento, individual ou coletivo, por mais distante do campo político que fosse, foi de fundamental importância para trazer os direitos das mulheres para o espaço público.

Gohn (2008), em seu livro *Novas teorias dos movimentos sociais*, observa que na sociedade atual há variadas ações coletivas devido o dinamismo da realidade social, que gerou novos sujeitos, formatos de ação e categorias sociais. Para explicar os movimentos sociais no contexto brasileiro, a autora considera alguns pontos, como a qualidade do tipo de ação que tem sido caracterizado como movimento social; as relações e interações desenvolvidas entre os variados sujeitos sociopolíticos do cenário público atual; as mudanças no papel do Estado em suas relações com a sociedade; e a abordagem utilizada na produção acadêmica acerca dos movimentos sociais (ou seja, conceito de movimento social, o que é apontado como novo nessa

categoria, o que o diferencia de outras ações coletivas ou organizações sociais, a exemplo das Organizações Não Governamentais e o papel desses movimentos).

A autora ressalta que movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural, sendo constituídos de: demandas que formam sua identidade; adversários e aliados; bases; lideranças e assessorias (formando uma rede); práticas diversas de comunicação; projetos ou ideologias que são alicerce das demandas; e culturas particulares de sustentação e encaminhamento de suas reivindicações. Ela também aponta formatos organizativos dos movimentos sociais: movimentos identitários que se organizam na luta por direitos (e aqui ela destaca o das mulheres, ressaltando o Movimento Feminista e a marcha das mulheres no século XXI); movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no campo e na cidade; e os movimentos que atuam em redes sociopolíticas e culturais, através de espaços de debate, troca e deliberações de categorias ou grupos.

Sobre as mulheres, a autora aponta uma ainda invisibilidade nas teorias e nos espaços sociais, apesar das tantas lutas que travaram desde o século XVIII. Cita teóricas que pautam suas análises na insistência pela inclusão dessas sujeitas nas diversas explicações da sociedade, em contraponto às análises que ignoram que os movimentos populares, em sua grande parte, foram protagonizados por mulheres. Ressalta que as mulheres estão presentes nas redes associativas e de mobilização, em ONGs, nas associações de bairro, comunitárias, associações rurais, entidades assistenciais, nas organizações criadas por empresas a partir de políticas de responsabilidade social, nos diversos conselhos, e nos movimentos sociais propriamente ditos. Esboça, ainda, sobre como as mulheres sustentam, majoritariamente, as redes solidárias de projetos sociais que trabalham pela inclusão de crianças e adolescentes nas ruas; enquanto educadoras, articulam-se com grupos comunitários e desenvolvem trabalhos contra a violência e o uso de drogas, por exemplo. Portanto, são as mulheres que têm constituído a maioria das ações coletivas públicas (GOHN, 2005).

Touraine (2006) nos alerta quanto à necessidade de não se aplicar a noção de movimento social a qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política, mas apenas à aquela ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada, com clara postura de oposição, resistência e enfrentamento.

Analisando de forma mais específica o Movimento Feminista brasileiro, Pinto (2003) nos aponta que na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as lutas e as manifestações que vinham ocorrendo de forma esparsa mundo afora foram

adquirindo um caráter mais organizativo na luta por direitos políticos. No nosso país não foi diferente e a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres para a participação eleitoral, tendo como principal nome Bertha Lutz⁴. Algumas dessas manifestações são organizadas, outras são manifestações isoladas, vozes solitárias de mulheres “rebeldes” insatisfeitas com a situação da época:

O feminismo daquele período esteve intimamente associado a personalidades. Mesmo quando apresentou algum grau de organização, esta era derivada do esforço pessoal de alguma mulher que, por sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos e se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para as mulheres (PINTO, 2003. p.14)

Ainda de acordo com a autora, é possível identificar três vertentes no movimento feminista brasileiro nas primeiras décadas do século XX: a primeira, considerada pela autora a mais organizada, tem como questão central a incorporação da mulher como portadora de direitos políticos. Esta vertente foi liderada pela já citada Bertha Lutz e obteve alcance nacional. Foi organizada por mulheres das classes média e alta e por filhas de intelectuais e políticos da sociedade brasileira, que tiveram a oportunidade de estudar em outros países.

Pinto (2003), em uma crítica pertinente, diz que tal vertente foi frágil no sentido de não ter definido exatamente a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem, ou seja, lutava-se por inclusão, mas não como alteração das relações de gênero, não mexia com a posição do homem. Por isso mesmo, a autora coloca essa vertente como “a face mais bem comportada do feminismo brasileiro” desse período.

A segunda vertente se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. Mulheres cultas, com vida pública de destaque, a maioria professoras, jornalistas e escritoras – que tem um campo mais vasto de questões – defendendo a educação da mulher, falando em dominação dos homens e no interesse deles em afastar a mulher do mundo público, divulgando textos polêmicos, tratando de temas delicados para a época, como sexualidade e

⁴ Um dos principais nomes do feminismo brasileiro. Estudou na Inglaterra, onde teve contato com a luta sufragista. Licenciou-se em Biologia na França, em 1918 e, voltando para o Brasil, ingressou como bióloga no Museu Nacional por concurso público. Em 1919, representou o Brasil junto com Olga de Paiva Meira, no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho, onde foram aprovados os princípios da igualdade de remuneração para homens e mulheres e a inclusão da mulher nos serviços de proteção aos trabalhadores. Em 1922, foi delegada oficial do Brasil na I Conferência Pan-Americana de Mulheres, nos Estados Unidos. Desde sua chegada ao Brasil, lutou pelo direito de voto das mulheres, fazendo campanhas e organizando encontros e entidades. Em 1935, tornou-se deputada federal.

FONTE: SCHUMAHER, Schuma (org.). Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

divórcio. As mulheres discutiam a sua sexualidade e as relações de poder. Daí a autora dizer que se configura como “uma face menos comportada do feminismo brasileiro do início do século XX”.

A terceira vertente se manifesta no movimento anarquista e no Partido Comunista. É desenhada por mulheres trabalhadoras e intelectuais, militantes dos movimentos de esquerda que defendiam a libertação da mulher, tendo como questão central a exploração do trabalho, fazendo articulações entre as teses feministas e os ideários anarquistas e comunistas. A autora considera este o menos comportado dos feminismos no período. Tem como grande nome Maria Lacerda de Moura⁵.

Nesse debate é importante também frisarmos que o nosso movimento feminista de esquerda dos anos 70 dialogou diretamente com o marxismo. Os grupos feministas partiam da crença de que as mulheres sofrem vários tipos de exploração, mas também são oprimidas enquanto tais, enquanto representantes do sexo feminino e que tal opressão antecede o capitalismo. O feminismo dessa época aqui no Brasil, como já colocado, foi do tipo que saía às ruas com gritos e faixas de “liberdade e anistia” e não “Deus, pátria e família”, como fizeram, em 1964, as chamadas “marchadeiras” (MORAES, 1996).

Moraes (1996) ressalta que a bibliografia básica de uma feminista dos anos 70 incluía obrigatoriamente Marx, Engels, Kolontai e Beauvoir. Era importante se construir um pensamento contra o conservadorismo que preconizava a mulher como mãe e esposa. As teses de Marx e Engels sobre a origem da família alimentavam essas mulheres em suas lutas. Como já foi dito neste trabalho, para esses dois autores, na família patriarcal está o germe, a primeira forma de propriedade: a mulher e as crianças são escravas do homem.

Marlise Matos e Iáris Ramalho Cortês, em publicação da Secretaria Nacional de Políticas Para Mulheres (2010), trazem para debate o que chamam de “quarta onda” do feminismo no Brasil, que pode ser demonstrada através da institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo por meio da entrada, ainda que parcial, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo; da criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal; da consolidação da institucionalização das ONGs e das

⁵ Maria Lacerda de Moura (1887-1945). Ativista política, escritora e umas das pioneiras do feminismo no país. Envolveu-se intensamente com o movimento operário anarquista. Publicou vários artigos em defesa dos direitos das mulheres.
FONTE: SCHUMAHER, Schuma (org.). Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

redes feministas; e de uma nova moldura de atuação do feminismo, na qual é identificada uma luta por radicalização anticapitalista e a articulação com outros movimentos sociais:

Trata-se de uma nova fase para os movimentos feministas do Brasil: já há a participação política e a atuação dentro das esferas do Estado é uma estratégia de grande importância para a busca de uma sociedade mais justa, levando em conta os instrumentos de controle de políticas que visem à reparação de desigualdades de uma forma mais eficaz que as velhas formas de manifestação (MATOS; CORTÊS, 2010, p. 38).

O século XXI traz para o feminismo o tema da participação política das mulheres nas esferas de decisão do Estado, passando a entender a participação paritária institucional como um dos eixos prioritários. São deslocamentos importantes em relação ao temário, à forma organizativa e às relações com o Estado.

Também Cinzia Arruzza, Nancy Fraser e Tithi Bhattacharya (2019), no manifesto intitulado *Feminismo para os 99%*, apontam que o recente movimento grevista feminista, iniciado na Polônia, em 2016, e que levou milhares de mulheres às ruas em oposição à proibição do aborto no país, foi um pontapé inicial para uma nova organização globalizada das feministas. Pouco depois já chegava à Argentina, onde mulheres grevistas protestavam contra o assassinato de Lucía Pérez pautando o grito combativo “*Ni una menos*”, que rapidamente se espalhou por diversos países do mundo. Das ruas, o movimento foi para escolas, debates, mídias, indústria de entretenimento, política. As espalhadas ações nacionais se tornaram um movimento transnacional no 8 de março de 2017, quando aconteceu uma greve unificada, politizando o Dia Internacional das Mulheres, restabelecendo a raiz socialista e trabalhista da data. Esse movimento emergente desenhou formas inovadoras de greve e do fazer político das mulheres, conjugando paralização do trabalho com marchas, manifestações, boicotes e, principalmente, ampliando a ideia do que é considerado trabalho e questões trabalhistas (pautas como assédio e agressão sexual, barreiras à justiça reprodutiva, etc.).

As autoras enfatizam, ainda, que essa nova onda feminista tem potencial para superar a oposição entre “política identitária” e “política de classe”. Esse novo feminismo das grevistas crava uma nova fase na própria luta de classes, agora com face feminista, internacionalista, ambientalista e antirracista. Mesmo porque o movimento irrompeu num momento de enfraquecimento dos sindicatos, antes tão poderosos e baseados na produção fabril, além do que, a opressão de gênero nas sociedades capitalistas está enraizada na subordinação da reprodução social (reservada às mulheres) à produção lucrativa.

2.2 A FACE EXCLUDENTE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA E A CIDADANIA FEMININA REDUZIDA

Podemos dizer que algumas características do Estado Brasileiro atual foram construídas desde a “invenção” da “*terra brasilis*”. O emaranhado burocrático, corrupto, racista e classista é explicado por um processo histórico, social e cultural, onde concluímos que esse país sempre teve donos - poucos, ricos e brancos donos.

Podemos exemplificar, citando o peculato institucionalizado do Brasil Colônia, que teve como primeira forma de governo as Capitânicas Hereditárias, onde os donatários tinham total poder para cobrar impostos e explorar as riquezas da nossa terra; o sistema escravagista mais longo e cruel do mundo, fazendo com que o povo negro ainda viva, majoritariamente, em posição subalterna no país e reinando, ainda, uma lógica social enraizada de superioridade de uns sobre os outros; o aparelho burocrático do Estado crescido ao ponto de formar um poder paralelo, tentacular e autoperpetuador, desfrutando de regalias e fortalecendo o clientelismo, o nepotismo e a opacidade na gestão; a valorização do autoritarismo nos espaços de poder; o sempre presente poder das elites (grandes empresários de hoje são os grandes senhores de engenho e depois donos de fazendas de café de ontem) nas decisões tomadas pelos governos, a exemplo da manutenção da escravidão por tantos anos e de uma monarquia no meio de repúblicas, a independência do país, uma Primeira República coronelista no campo e higienista na cidade, tudo decidido pelo crivo dos que tinham dinheiro e consequente influência (CARVALHO, 2013).

Leonardo Avritzer, em seu livro *Impasses da democracia no Brasil*, de 2016, ou seja, período do impeachment sofrido pela então Presidente Dilma Rousseff, aponta indicadores positivos acerca da qualidade da democracia brasileira, mas também o incômodo que há em relação à fragilidade da mesma. Ele fala que esse incômodo está relacionado com um conjunto de desafios institucionais, tais como os limites do presidencialismo de coalizão, ou crise de legitimidade do modo como se realizam as alianças políticas. Isso gera custos crescentes, derivados da fragmentação partidária, desorganização administrativa gerada pela distribuição de cargos no governo, propensão à corrupção gerada pela distribuição destes cargos, crise de representação e dificuldades estratégicas do executivo central em implementar seu Projeto de Governo. Complementando, aponta que há uma necessidade de redefinição da participação

social no Brasil, o que pede uma reforma política que amplie o sistema político como um todo e expandindo-a na área de infraestrutura, associada ao combate à corrupção.

O que se vê hoje é a presença da classe média apresentando uma pauta conservadora, fenômeno que ganhou maior força nas manifestações de março de 2015 e que pode ter sido decisivo na eleição do atual presidente Jair Bolsonaro e de uma grande bancada com o mesmo perfil. O baixo nível dos serviços de saúde e educação, vistos sob a ótica de uma classe média recentemente expulsa dos serviços privados; e a corrupção, vista sob a ótica de uma agenda despolarizada que nega a relação entre corrupção e organização do sistema político, são explicações para tais movimentos. Os desafios institucionais que se ligam aos impasses da democracia no Brasil esbarram nas forças conservadoras que, mesmo que tenham mudado seu perfil, estão desde o período colonial renovando suas formas de vinculação ao exercício do poder (AVRITZER, 2016).

Todas essas contradições e critérios que formaram a sociedade e a democracia brasileira são determinantes na divisão e partilha do poder, tendo reflexos na representação legislativa. Em todos os espaços de poder e decisão, seja no judiciário, executivo ou até mesmo nas direções sindicais e partidárias, grupos de minoria são excluídos e/ou subrepresentados. Como bem diz Mary Ferreira (2010, p. 45): “a ausência de mulheres na política é o espelho de uma sociedade cujo cotidiano produz e reproduz velhos modelos de páginas não viradas de uma história que continua presente”.

A conquista tardia da cidadania feminina e as relações de gênero refletem num cenário de representação que privilegia homens brancos e ricos. A discussão dessa desigualdade sustenta o questionamento acerca da solidez da democracia brasileira. Mecanismos importantes, como a Lei de Cotas, aprovada em 1995, foram uma resposta do Estado ao movimento de mulheres, portanto, uma conquista e não uma concessão. O estímulo à participação feminina por meio da chamada cota de gênero está previsto no artigo 10, parágrafo 3º, da Lei das Eleições. Segundo o dispositivo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, nas eleições para a Câmara Federal, assembleias legislativas e câmaras municipais. Além disso, em maio de 2018, por unanimidade, o Plenário do TSE confirmou que os partidos políticos devem reservar pelo menos 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, conhecido como Fundo Eleitoral, para financiar as campanhas de candidatas no período eleitoral. Na ocasião, os ministros

também entenderam que o mesmo percentual deveria ser considerado em relação ao tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão⁶.

As cotas, vale salientar, são importantes por serem mecanismo de busca por equidade, pois considera as diferentes trajetórias entre os sexos no ingresso na política, permitindo essa estratégia de intervenção. Centrais Sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e partidos político, como o Partidos dos Trabalhadores (PT), foram pioneiros em estabelecer cotas internas em suas direções. Mas, como já ressaltado, as cotas não garantem real acesso das mulheres ao poder, já que não interferem nas estruturas do problema. Ademais, a fragilidade de nossas agremiações partidárias, que pouco fazem esse debate internamente, contribui para que essa estratégia de inclusão seja reduzida a uma obrigatoriedade jurídica, não recebendo verdadeira e potente atenção, fazendo com que grande parte das candidaturas não sejam reais e competitivas. O fato é que as cotas trouxeram visibilidade da exclusão das mulheres nos espaços da política para o centro do debate institucional.

Ressalta-se que é exatamente o Movimento Feminista que critica as teorias democráticas clássicas, que trazem uma ideia de cidadania universal, apreendendo todos os sujeitos sociais como livres e iguais (PATEMAN, 2003). Como trata Clara Araújo (2012, p. 152):

A história da cidadania e dos contextos nos quais ela foi construída, evocada ou negada é, intrinsecamente, a história da constituição dos sujeitos; e é também a história das mulheres como sujeitos ou da negação dessa condição, em muitos momentos.

Ainda segundo Araújo (2012), o peso simbólico do discurso da diferença e dos lugares naturalmente próprios para cada sexo foi fundamental na construção da ordem moderna e na aceitação da não cidadania das mulheres, mesmo sem excluí-las da sua condição humana.

Avelar (2002) pontua para a discussão do temário o fato de, em sua visão, as teorias que tratam da participação política, explorarem pouco alguns aspectos como a posição estrutural dos grupos, fatores corporativos, a influência dos ciclos de vida individual e a apreensão da relação custo-benefício. Ou seja, como as mulheres são um grupo em posição de desigualdade estrutural, não têm as mesmas condições de acesso aos espaços políticos e canais de poder, limitadas pelo seu papel socialmente construído. Ao mesmo tempo, também, esses

⁶ <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>.

espaços são construídos por homens e tem alicerces corporativistas de representação de interesses, com certas regras próprias de recrutamento e treinamento. Já os ciclos de vida das mulheres também dificultam essa caminhada, sobretudo pela maternidade e o trabalho reprodutivo. Sobre a relação custo-benefício, esta é mais arriscada também para as mulheres, que historicamente, tem ganhado menos bens políticos.

Assim sendo, para Avelar (2002), ao se analisar a exclusão feminina dos espaços de poder e decisão, deve-se levar em consideração aspectos institucionais (singularidades no sistema político), culturais (socialização diferenciada), e estruturais (divisão sexual do trabalho). Para a autora, o estado liberal e a cultura política vigente são uma construção masculina, tendo como base a separação do público e privado, gerando uma cidadania também masculina, sendo necessário um novo projeto democrático, com a reconstrução das instituições e das práticas políticas. Nesse sentido, apontamos a importância da consciência feminista das mulheres que ingressam na política, no sentido de adotarem práticas de questionamento e transformação da ordem patriarcal e oligárquica dada.

Ferreira (2010), traz alguns elementos para a compreensão dos processos de exclusão das mulheres nas democracias liberais, como a brasileira, o que gerou marcas na construção da cidadania feminina. Os reflexos da separação dos espaços (público e privado) para cada sexo se mostram em diferentes formas de fazer política, evidenciados na representação legislativa e nos demais espaços de poder e decisão, desde as direções sindicais e partidárias até o judiciário e a Universidade. A representatividade construída na nossa democracia é redutora e isso tem importante relação com a conquista da cidadania feminina tardia e a consequente interdição das mulheres nos espaços de representação. A autora faz uma discussão sobre desigualdade e exclusão como premissa para questionar a democracia representativa, que não tem respondido aos anseios e expectativas das mulheres e outros segmentos historicamente excluídos.

Boaventura Santos (2002), traz para o debate o conceito de democracia participativa, bem como das democracias que emergiram no início dos anos 2000 no Brasil, Colômbia, Índia, África do Sul, Portugal e Moçambique, onde a democracia foi reinventada, com a descentralização de modelos tradicionais de participação, com formas diferenciadas que atingem o contexto local; com a incorporação de novos atores sociais e a mudança na forma de gestão; e com prioridade nas políticas sociais e setoriais, cujo foco é a promoção de ações

afirmativas orientadas à justiça social de forma geral, à garantia de direitos de cidadania, e à inclusão social em particular.

Vale lembrar que o feminismo tem questionado as teorias democráticas clássicas, com seus ideais universalistas que camuflam exclusões. O princípio de que todos os homens nascem livres e iguais, desconsidera que esse preceito não se aplicou às mulheres, por muitos séculos, inclusive em muitos países ditos democráticos (PATEMAN, 2004).

Chantal Mouffe (1999), fala que é preciso uma edificação radical e plural da democracia, criando condições para o estabelecimento de uma nova hegemonia articulada por novas relações sociais e políticas, novas práticas e novas instituições pautadas nos princípios de igualdade.

Ferreira (2010), salienta que o conceito histórico de cidadania não considera as mulheres como interventoras dos espaços públicos, mesmo estando presentes nos processos que fizeram as duas grandes revoluções – a francesa e a americana. O conceito de cidadão derivado da Revolução Francesa expressa visões estereotipadas das mulheres, corroborando para sua exclusão, nos dois séculos seguintes, da participação política, tudo influenciado pelos ideais liberais de Rousseau e Hegel (séculos XVIII e XIX), que justificam certas diferenciações a partir de elementos de natureza biológica, ainda que tal revolução tenha sido importante no questionamento das relações entre os sexos. Anos depois, os socialistas também se posicionaram em diversas ocasiões contra o direito de voto às mulheres. Tudo isso foi gerando uma ideia errada de recusa, ausência ou mesmo passividade das mulheres na construção das democracias.

Carvalho (2008), em seu livro sobre a cidadania no Brasil, pontua que o esforço para a construção desse conceito no país se deu principalmente após o período de ditadura militar, em 1985, tendo a Constituição de 1988 ganhado, inclusive, o nome de “Constituição Cidadã”, o que autor aponta como “auge do entusiasmo cívico”, dotado de uma ingenuidade na crença de que a democratização das instituições pudesse carimbar uma verdadeira e plena cidadania e felicidade nacional. O autor aponta que a conquista dos direitos de escolha de nossos representantes não garantiu liberdade, participação, segurança, desenvolvimento e justiça social aos brasileiros, pois os problemas centrais do país, como a má qualidade da educação e escassez na oferta de serviços essenciais, como saúde e saneamento, não foram superados, mesmo longos anos depois desse processo, fazendo com que os mecanismos e agentes do sistema democrático (eleições, partidos, Congresso, mandatários) perdessem credibilidade perante a população.

Dessa forma, o autor nos alerta como o debate sobre cidadania brasileira é complexo, pois liberdade e participação (ainda que limitada) não garantem a resolução de problemas sociais, sobretudo os estruturais.

Além disso, Ferreira aponta que a conquista do voto em 1932 não representou uma mudança substancial nos valores sociais em relação às mulheres, pois estas continuaram submetidas a uma estrutura patriarcal conservadora e a um modelo de cidadania que privilegia a imagem pública como sendo a masculina. Pela sua trajetória diferenciada, as mulheres inseridas na política requerem um tempo de adaptação a um mundo que não foi feito por elas e nem para elas. Sobre isso, Costa nos fala:

A insegurança, o desconhecimento das regras do mundo público, os condicionamentos culturais e psicológicos, as práticas partidárias excludentes continuavam (e continuam) atuando sobre as mulheres, mantendo-as afastadas da estrutura formal do poder político (COSTA, 1998, p. 32).

O que podemos concluir é que a democracia no Brasil sempre foi excludente, limitadora da participação de grupos a partir de várias de suas faces, como por exemplo o acesso desigual à educação e aos direitos sociais. No caso das mulheres, soma-se outros fatores frutos do trabalho não reprodutivo que cabe à essa parcela da população, fazendo com que tenham jornadas triplas e sobrecarga de atribuições, reduzindo seu acesso e participação no mundo público.

2.2.1 Mulher, Política Eleitoral e Poder

Observa-se que a socialização diferenciada também influencia em uma lógica política e partidária masculinizada. Os partidos têm se aberto à participação feminina, inclusive com programas internos de filiação de mulheres, além da cota de 30% na obrigatoriedade de candidaturas femininas, bem como para seu financiamento através do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas, já estipulados por lei. Porém, ainda há uma lógica partidária sexista. Os cargos de indicação, por exemplo, quase sempre são dados aos homens, mesmo que as mulheres mostrem competência e credibilidade de igual proporção ou até maior.

É necessário que entendamos que o sistema partidário é bem mais amplo que a representação partidária. O primeiro vai além da representação política eleita, constitui-se de um conjunto de vários canais de organização coletiva e de veiculação de ideias e valores em relação à vida social e política do país. A política, em sua forma institucionalizada, é organizada

e legitimada por meio de uma estrutura que tem como principal mecanismo a eleição de governantes e parlamentares através dos partidos políticos. Estes são organizados com o objetivo primordial de disputar o poder político representativo – requisito e dado constitutivo da vida social moderna. Todas as ações são orientadas pela busca de acesso a esse tipo de poder, cujo canal de exercício e de disputa é a representação parlamentar e/ou governamental. Assim sendo, junto com as posições ideológicas, outro fator que influencia na esfera organizacional da maioria dos partidos são os cálculos eleitorais. Estes dois fatores definem as estratégias partidárias e o lugar de cada ator nessa estratégia, inclusive o investimento eleitoral (MATOS; CORTÊS, 2010).

Necessário também tratarmos da concepção de poder dentro dessa sociedade e no meio político. Segundo Foucault (1988), o poder é exercido em meio a relações desiguais e móveis. Dessa forma o poder não é um dom de alguns, mas uma situação estratégica complexa numa determinada sociedade. E também é correlação de forças, pois o poder se disputa. O campo político é permeado pelo exercício desigual do poder e das relações de gênero. Bourdieu (1996) aponta que o campo político é campo de lutas, onde as relações de poder são transformadas, assim como se reproduzem. No caso do legislativo, é um espaço de poder onde a disputa política acontece através de articulações partidárias e sociais, envolvendo diferentes interesses, evidentes ou velados. As estruturas sociais e políticas são, portanto, profundamente marcadas por relações de poder.

Quando definimos, a partir das ideias de Bourdieu (1998), o legislativo como um campo político e de força, a atuação nesse espaço requer uma preparação, como certos domínios da linguagem e retórica política, inclusive com provas e ritos de passagem formados a partir de uma lógica hierarquicamente construída, gerando situações de silenciamento e constrangimentos. Ferreira (2010) ressalta que em suas pesquisas, a atuação das mulheres “se faz de silêncios e poucos discursos” (p. 51), assim sendo, a “timidez” em falar em público e as exigências de qualificação reforçam visões que as mulheres não estão preparadas para o Parlamento.

Outro ponto importante para entendermos os efeitos da socialização e dos espaços diferenciados entre os sexos é o pouco capital político das mulheres. Entendendo capital político pela perspectiva trazida por Pinheiro (2007), sendo a combinação entre a legitimação como gestora – e aí entra a questão de a mulher ainda ocupar poucos cargos públicos – com o poder financeiro. O homem, geralmente, tem poder político e financeiro na região onde atua como

representante, já para mulher isso só acontece quando esta é de família “poderosa”, nesse caso, a mesma tem certo capital político proveniente do prestígio da família, do reconhecimento da atividade do pai, irmão ou marido.

Também importante ressaltar a questão das bases políticas das mulheres. Segundo Bezerra (1999), essa categoria abrange, principalmente, o ponto de vista da localidade, isto é, de recursos destinados a certos locais ou de compromissos firmados com este ou aquele município. O autor coloca que esse atendimento às demandas das bases é, para os parlamentares, tão importante quanto suas atribuições legislativas. Suas bases eleitorais são valorizadas e continuamente reafirmadas. Há um compromisso, um vínculo entre o eleitor de dada localidade e o político, fundado em certa lealdade política entre as partes, proveniente de laços pragmáticos, ideológicos ou de atuação. Há ainda aquelas bases apoiadas em certos grupos ou categorias profissionais com os quais o candidato tem identificação, já que tem experiências e vivências em comum com estes grupos. Pois bem, as bases políticas das mulheres são diferenciadas. São formadas, em sua maioria, por movimentos ou grupos sociais ligados às áreas de atuação tradicionalmente ditas femininas ou relacionadas ao cuidado.

Devido à sua socialização diferenciada, as mulheres tendem a concentrarem-se em carreiras ligadas ao social ou se vincularem a profissões mais voltadas para o campo de fazer e do cuidar, antes de se lançarem candidatas. Isso, de certa forma, limita suas atuações. Assim sendo, por contarem com baixo capital político para ampliarem suas bases, ficam com as imagens quase sempre ligadas às áreas consideradas femininas, principalmente ligadas à assistência social e ao trabalho comunitário.

A partir disso, volta-se aqui aos apanhados de Beauvoir (1980): essas aptidões e características não são biológicas, inerentes. São sociais, históricas e resultado da cultura e socialização diferenciada. Além disso, tais áreas são menos valorizadas socialmente, mantendo a divisão do trabalho político, destinando aos homens as tarefas mais valorizadas. Podemos citar ainda o pensamento de que uma política que se opõe aquela “política de interesses” (tipicamente masculina) traz consigo a ideia de que é uma característica nata das mulheres se preocupar mais com os outros do que consigo. Aqui fica subjacente a negação do direito da mulher a possuir interesses próprios, isto é, uma negação imposta pela sociedade patriarcal (PINHEIRO, 2007).

Em suma, não há como reduzir a pouca participação das mulheres na política como uma “recusa” por parte das mesmas, essa é uma visão rasa demais e desconsidera toda um emaranhado de construções e estruturas de difícil rompimento:

Continuaremos enfrentando o desafio da desconexão entre a baixa presença de mulheres participando da política e a baixa proposição de uma agenda política de um escopo propriamente feminista, se o único significado a ser dado à mesma for pela chave explicativa de uma “recusa” ou mesmo da “falta de ambição” das mulheres brasileiras em participar do jogo político (MATOS E CORTÊS 2010, p. 51).

Portanto, é necessário romper com argumentos que tentam justificar a baixa participação feminina nas instâncias representativas a partir das próprias “escolhas” realizadas pelas mulheres. Há aqui uma desconexão e uma pista importantes a respeito dos processos em curso que, certamente, necessitam ser compreendidos. A desigualdade sociocultural e a socialização diferenciada entre os gêneros são evidentes e entranhadas, revelando-se nos mais diversos setores e aspectos e tudo que foge ao papel estabelecido á mulheres encontra entraves culturais, sociais e institucionais dos mais sólidos.

3 AS MARANHENSES NAS MARANHAS DA POLÍTICA: DA CONQUISTA DO VOTO À ATUAL BANCADA FEMININA DA ALEMA

No Brasil e no Maranhão, as mulheres participam ativamente das campanhas, estão na organização de partidos e movimentos sociais, porém nos espaços da política representativa, essa participação ainda é muito tímida e pouco estimulada (FERREIRA, 2010). É bastante comum termos, pelo interior do estado, mulheres a frente de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de associações de moradores ou de agricultores familiares e de cooperativas. Também vemos, de forma frequente, as mulheres participando ativamente de conselhos temáticos ou de categoria e de sindicatos de classe. Mas, como tratamos na introdução desta pesquisa, no que se refere à participação das mulheres no legislativo, os dados mostram números ainda bastante baixos no país e não é diferente no Maranhão. O TSE aponta que mesmo sendo mais da metade da população e do eleitorado brasileiro, as mulheres representam hoje apenas 15,2% (78 de 513)⁷ na Câmara Federal e 14,8% (12 de 81)⁸ no Senado, mesmo o número de mulheres deputadas federais no Brasil ter crescido em relação à legislatura anterior (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2019).

⁷ Atuais Deputadas Federais: Adriana Ventura (NOVO), Alê Silva (PSL), Alice Portugal (PCdoB), Aline Gurgel (REPUBLICANOS), Aline Sleutjes (PSL), Angela Amin (PP), Áurea Carolina (PSOL), Benedita da Silva (PT), Bia Cavassa (PSDB), Bia Kicis (PSL), Bruna Furlan (PSDB), Carla Dickson (PROS), Carla Zambelli (PSL), Caroline de Toni (PSL), Celina Leão (PP), Chris Tonietto (PSL), Christiane de Souza Yared (PL), Clarissa Garotinho (PROS), Daniela do Waguinho (MDB-RJ), Dra. Soraya Manato (PSL), Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE), Dulce Miranda (MDB), Edna Henrique (PSDB), Elcione Barbalho (MDB), Erika Kokay (PT), Fernanda Melchionna (PSOL), Flordelis (PSD), Geovania de Sá (PSDB), Gleisi Hoffmann (PT), Gorete Pereira (PL), Greyce Elias (AVANTE), Iracema Portella (PP), Jandira Feghali (PCdoB), Jaqueline Cassol (PP), Jéssica Sales (MDB), Joenia Wapichana (REDE), Joice Hasselmann (PSL), Lauriete (PSC), Leandre (PV), Leda Sadala (AVANTE), Lídice da Mata (PSB), Liziane Bayer (PSB), Luisa Canziani (PTB), Luiza Erundina (PSOL), Magda Mofatto (PL), Major Fabiana (PSL), Mara Rocha (PSDB), Margarete Coelho (PP), Maria do Rosário (PT), Maria Rosas (REPUBLICANOS), Mariana Carvalho (PSDB), Marília Arraes (PT), Marina Santos (SOLIDARIEDADE), Natália Bonavides (PT), Norma Ayub (DEM), Norma Pereira (PSDB), Paula Belmonte (CIDADANIA), Perpétua Almeida (PCdoB), Policial Katia Sastre (PL), Professora Dayane Pimentel (PSL), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM), Professora Marcivania (PCdoB), Professora Rosa Neide (PT), Rejane Dias (PT), Renata Abreu (PODE), Rosana Valle (PSB), Rosângela Gomes (REPUBLICANOS), Rose Modesto (PSDB), Sâmia Bomfim (PSOL), Shéridan (PSDB), Sílvia Cristina (PDT), Soraya Santos (PL), Tabata Amaral (PDT), Talíria Petrone (PSOL), Tereza Nelma (PSDB), Tia Eron (REPUBLICANOS), Vivi Reis (PSOL). Deputadas licenciadas na data da pesquisa: Carmen Zanotto (CIDADANIA), Flávia Arruda (PL), Luizianne Lins (PT), Tereza Cristina (DEM).

FONTE: Câmara Federal. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>>.

⁸ Senadoras em exercício: Daniella Ribeiro (PP), **Eliziane Gama (CIDADANIA)**, Katia Abreu (PP), Leila Barros (PSB), Mailza Gomes (PP), Mara Gabrielli (PSDB), Maria do Carmo Alves (DEM), Nilda Gondim (MDB), Rose de Freitas (MDB), Simone Tebet (MDB), Soraya Thronicke (PSL), Zenaide Lima (PROS).

FONTE: Senado Federal. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio/-/e/por-sexo>> (grifo meu).

Fazendo um breve resgate da história dos direitos políticos das mulheres brasileiras, vemos que a dentista gaúcha Isabel de Mattos Dillon foi a primeira mulher a votar no país, obtendo esse direito na Justiça, em 1880. Ela se baseou na Lei Saraiva, que concedia o direito de voto a quem detinha títulos científicos, porém, ao final, seu voto não foi reconhecido legalmente. Na Constituinte de 1891, o debate a respeito do voto feminino foi pautado e instaurado, encontrando forte resistência. Em 1917 e 1919, foram apresentados Projetos de Lei com o intuito de instituir o sufrágio feminino, também não obtendo êxito (TOFFOLI, 2020).

Legal e reconhecidamente, a primeira mulher a votar no Brasil foi Celina Guimarães Viana, de Mossoró, no Rio Grande do Norte, em 1927, amparada pela Lei nº 660/1927, que regulava o serviço eleitoral do estado e garantia a todos os cidadãos, sem distinção de sexo, o direito de votar e de ser votado. Também foi o Rio Grande do Norte a eleger a primeira prefeita do Brasil, Alzira Soriano, da cidade de Lages, em 1928. Nesse mesmo ano, 15 mulheres potiguares se alistaram e votaram. Seus votos, entretanto, foram considerados “inapuráveis” pela Comissão de Poderes do Senado (PORTO, 1989).

O voto feminino foi instituído nacionalmente com o Código Eleitoral de 1932, não sendo obrigatório seu exercício. No entanto, somente podiam votar as mulheres casadas que tivessem a autorização dos respectivos maridos e as solteiras ou viúvas com renda própria (TOFFOLI, 2017). Sobre isso, enfatiza-se:

A situação estrutural é tão determinante nessas situações que sequer se pode culpar o legislador de 1930 por estigmatizar, desde o voto das mulheres, diferenciando-o do dos homens. Para os homens, voto obrigatório, para as mulheres, voto facultativo. A diferenciação era, em si mesma, vexatória e possivelmente carregava algum tipo de preconceito. Mas como se pode exigir, de uma parcela da população excluída, em sua maioria, do processo político e da esfera pública, que, da noite para o dia, passe a participar obrigatoriamente das eleições, sob o risco de punição pelo absentismo? (AZEVEDO; RABAT, 2012. p. 48)

Em 3 de maio de 1933 foi realizada eleição para escolher os deputados da Assembleia Nacional Constituinte, sendo este o primeiro pleito em que as mulheres participaram oficialmente como eleitoras e como candidatas em todo o Brasil⁹. Dos 1.041

⁹ Candidatas a deputada federal na eleição de 1933: Alzira Reis Vieira Ferreira, Anna Vieira Cesar, Bertha Maria Julia Lutz, Carlota Pereira de Queiroz, Catharina Valentim Santanna, Edith Dinoah da Costa Braga, Edith Mendes da Gama Abreu, Edwiges Sá Pereira, Georgina de Araujo Azevedo Lima, Ilka Labarthe, Julitta Monteiro Soares da Gama, Leolinda de Figueiredo Daltro, **Lucilia Wilson Coelho de Souza**, Lydia de Oliveira, Maria Pereira das Neves, Maria Rita Burnier Pessoa de Mello Coelho, Martha de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Natércia da Cunha Silveira, Theresa Rabello de Macedo, Almerinda de Farias Gama.

candidatos, apenas 191 eram mulheres (menos de 2%), e destas, grande parte se candidataram de maneira avulsa, ou seja, sem apoio de partido político (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2021c), elegendando-se apenas uma - primeira Deputada Federal mulher do Brasil, a médica paulista Carlota Pereira de Queirós, empossada em 1934. A primeira senadora foi Eunice Michiles, apenas em 1979, embora a Princesa Isabel tenha sido senadora por direito dinástico durante o Império (TOFFOLI, 2020).

Em 1945, a Lei Agamenon tornou obrigatório o voto para os brasileiros alfabetizados de qualquer sexo, maiores de 18 anos, porém esse direito não era concedido às mulheres que não exercessem profissão lucrativa (PORTO, 1989). Nesse mesmo ano, a Carta das Nações Unidas reconheceu a igualdade entre homens e mulheres.

Somente com o Código Eleitoral de 1965 os direitos e as obrigações eleitorais foram igualados entre homens e mulheres, vigorando a obrigatoriedade do voto para todos, sem exceções, sendo reafirmados na Constituição de 1988. No entanto, a concretização do comando constitucional da igualdade de direitos entre os sexos, da qual depende a consolidação do regime democrático brasileiro, requer progressivos esforços pela ampliação da participação das mulheres na política (TOFFOLI, 2020). Como podemos observar a questão não era simplesmente cultural, mas opção normativa incorporada ao Estado de Direito vigente.

Vale ressaltar que no período Pré-Constituinte de 1988, houve a criação e consolidação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, o que gerou uma movimentação na busca por uma Constituição em que a participação feminina fosse valorizada. A peregrinação por conquista de apoio em todo o país culminou no lançamento da *Carta das Mulheres aos Constituintes* e na campanha *Constituinte pra Valer Tem que Ter Palavra de Mulher*. A esses movimentos, falas de deputados pelos bastidores lhe deram o nome de *Lobby do Batom*, termo que ganhou as graças da mídia e das próprias mulheres organizadas. Como reflexo, nas eleições de 1986 o número de candidatas eleitas na Câmara Federal triplicou, passando de 8 para 26 deputadas¹⁰, que participaram ativamente na construção da nova Carta

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral. A Construção da Voz Feminina na Cidadania. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/contrucao-da-voz-feminina-na-cidadania.pdf>> (grifo meu).

¹⁰ Deputadas eleitas para a legislatura de 1987: Abigail Feitosa (PMDB-BA), Anna Maria Rattes (PSDB-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ), Beth Azize (PSB-AM), Cristina Tavares (PMDB-PE), Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), Eunice Michiles (PFL-AM), Irma Passoni (PT-SP), Lídice Da Mata (PCdoB-BA), Lúcia Braga (PFL-PB), Lúcia Vânia (PMDB-GO), Márcia Kubitschek (PMDB-DF), Maria De Lourdes Abadia (PFL-DF), Maria Lúcia (PMDB-AC), Marluce Pinto (PTB-RR), Moema São Thiago (PTB-CE), Myrian Portella (PDS-PI), Raquel Cândido (PFL-

Magna brasileira, mas nenhuma era maranhense. Em conjunto, as integrantes do Lobby do Batom apresentaram 34 emendas, das quais 27 foram aprovadas, como por exemplo a licença-maternidade de 120 dias, direito à creche para crianças de 0 a 6 anos, direito à posse da terra também à mulher, igualdade salarial entre os sexos e direitos reprodutivos (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2021b).

Em 2010, destaca-se como um marco histórico a eleição da primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff (PT), reeleita em 2014 (PT), mas deposta em 2016 através de *impeachment*, sob acusação de crime de responsabilidade, assumindo em seu lugar, o vice-presidente, Michel Temer (PMDB). Mesmo tendo seu mandato cassado, Dilma não perdeu seus direitos políticos e foi candidata a senadora em 2018 pelo Estado de Minas Gerais, não conseguindo se eleger. Vale salientar que em seus governos houve a continuação e fortalecimento dos investimentos em políticas públicas para mulheres, através da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres¹¹, criada em 2003 com status de Ministério (governo Lula) e sendo a mulher protagonista em diversos programas sociais, a exemplo do *Minha Casa, Minha Vida*, que entregou milhares de habitações populares a mulheres chefes de família. Também uma das primeiras iniciativas do seu governo foi nomear ministras, ampliando, assim, o número de mulheres nos espaços de poder e decisão em sua gestão: dez ministérios tiveram mulheres à frente (entre eles, um dos mais importantes – o da Casa Civil), além de indicações para presidir importantes empresas e órgãos federais, como a Petrobras, o Tribunal Superior Eleitoral e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustíveis (ANP).

Destaca-se também a simbologia que se tornou a ex-vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL, Marielle Franco, assassina em 14 de março de 2018, desencadeando imensos protestos dos movimentos de mulheres negras. Como resposta, tais movimentos, abarcados em partidos políticos, ONGs, associações, movimentos sociais e populares, se organizaram em torno da eleição de outras mulheres negras – as sementes de Marielle. Cria-se uma urgência em torno dessa pauta e em 2018, elegeu-se muitas deputadas negras e progressistas, a exemplo de Erica Malunginho e Erica Hilton (deputadas estaduais de SP), Talíria Petrone (deputada

RO), Raquel Capiberibe (PMDB-AP), Rita Camata (PMDB-ES), Rita Furtado (PFL-RO), Rose De Freitas (PMDB-ES), Sadie Hauache (PFL-AM), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Wilma Maia (PDS-RN).

FONTE: Câmara do Deputados: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/mulher-constituente>.

¹¹ Criada pela Medida Provisória n.º 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei 10.683/03.

FONTE: Governo Federal. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=103&ano=2003&ato=7deUTSq10dRpWT587>

federal do RJ), Áurea Caroline (deputada federal de MG) e Olívia Santana (deputada estadual da BA).

Atualmente, das 18 vagas do Maranhão na Câmara Federal, nenhuma é ocupada por mulher. No Senado temos uma maranhense, Eliziane Gama, do partido CIDADANIA, que é, inclusive, autora do Projeto de Lei nº 2913/2019, que pretende reservar uma cadeira para uma mulher e outra para um homem, quando houver renovação de dois terços no Senado (SENADO FEDERAL, 2020).

A primeira deputada federal maranhense eleita foi Yolanda Campos e Silva, em 1966, pelo MDB. Depois tivemos Rosena Sarney (PFL), em 1990; Marcia Marinho (PMDB), em 1994; Nice Lobão (PTB), em 1998; Teresinha Fernandes (PT) e novamente Nice Lobão (PTB), em 2002; terceiro mandato de Nice Lobão (PTB), em 2006; em 2010, quarto mandato de Nice Lobão, dessa vez pelo PSD, e também a eleição de Telma Pinheiro (PSDB). Em 2014 se elegeu Eliziane Gama (PPS) e as suplentes Rosângela Curado (PDT) e Luana Costa (PSB) assumiram mandatos em 2015¹². Observa-se que a entrada da mulher maranhense no legislativo federal foi bastante tímida. O estado elegeu somente 10 mandatos federais femininos em 52 anos e a primeira mulher só chegou à Câmara Federal depois de 32 anos da primeira eleição onde as mulheres participaram, em 1934. No Senado, só tivemos duas representantes do Maranhão: Roseana Sarney, em 2002 e Eliziane Gama, em 2018. Observa-se também que essa pouca participação de mulheres maranhenses no legislativo federal se deu majoritariamente por mulheres com sobrenome de tradição política no estado (Sarney, Marinho, Lobão), sendo estas esposas ou filhas de homens políticos tradicionais, com destaque para Telma Pinheiro, advinda das igrejas evangélicas, que sempre tiveram muita força no Maranhão e é também um dos alicerces eleitorais da atual senadora Eliziane Gama.

Pontua-se o fato de que a mesma relação de parentesco se dá em relação aos homens maranhense que hoje compõem a Câmara Federal e o Senado: Sarney, Rezende, Fernandes, Fufuca, Marreca - todos filhos de ex-políticos tradicionais do cenário estadual. Em âmbito nacional temos também vários exemplos, os mais expressivo é os 3 filhos do Presidente Bolsonaro, que entraram na política pelas mãos de seu pai, desqualificando este lugar como sendo próprio de continuidade de relações familiares, com o agravante de que todos assumiram

¹² FONTE: Câmara dos Deputados. Quem São os Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>>.

simultaneamente. E podemos afirmar que em todos os estados do Brasil observa-se essa disfunção.

3.1 A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO LEGISLATIVO ESTADUAL MARANHENSE

Localizado na região nordeste, numa região definida como pré-amazônica, o Maranhão é um estado de dimensões territoriais grandes, enorme riqueza natural e diversidade cultural, contrastando com baixos índices socioeconômicos e uma herança pesada de mais de 50 anos sob domínio de uma mesma oligarquia política.

As mulheres, assim como os negros e os indígenas, estiveram em vários movimentos na luta pela construção de uma sociedade democrática no Maranhão, mas essa participação ficou durante muito tempo desconhecida da sociedade, sendo essas mulheres protagonistas de uma história contada a partir de heróis masculinos, num cenário montado por homens (FEREIRA, 2010).

Segundo Pacheco (2007), o periódico por nome Pacotilha fala que, no Maranhão, o primeiro pedido de alistamento de uma mulher como votante ocorreu no município de Barra do Corda, em 1929, a senhora Eulina Queiroz Moreira, tendo seu pedido aprovado pelo Juiz de Direito da região. Ainda na mesma reportagem, o periódico transcreve um artigo de jornal local daquele município e também um abaixo-assinado publicado por um munícipe por nome Marcelino de Miranda, onde este explica suas razões por ter entrado com recurso contra o alistamento de Eulina, justificando seu pedido na inconstitucionalidade do voto feminino, na não comprovação de renda da postulante eleitora e porque, segundo ele, a mulher possuía uma natureza mais frágil que o homem, portanto não seria aconselhável tirá-la do lar para colocá-la em um ambiente “incompatível com a delicadeza de seu sexo”. Infelizmente não encontramos registros sobre a decisão judicial acerca do recurso.

O governo Vargas (1930) renovou as esperanças das sufragistas. Personalidades maranhenses como a Professora Rosa Castro¹³, que mais tarde foi eleita Deputada Estadual

¹³ Natural do município de São Bento, descendente do clã Gomes de Castro, era Professora, tendo diploma da Escola Normal do Estado e de Magistério. Também foi redatora do Boletim da Associação Pedagógica Almir Nina. Fundou, em 1915, o Colégio Rosa Castro. Publicou diversos livros pedagógicos e também contos em jornais locais. Filiou-se à Liga Eleitoral Católica e em 1934 elegeu-se deputada estadual constituinte pela União Republicana Maranhense. Os partidos adversários impugnaram seu diploma, após longa batalha judicial. No pleito seguinte concorreu à Câmara Municipal de São Luís (1937). Foi nomeada, em 1938, pelo interventor Paulo Ramos, para organizar e dirigir a Associação das Damas de Assistência à Infância. Foi também professora na Escola

Constituinte, dava declarações em jornais locais sobre o tema, como a entrevista que deu ao Jornal O Dia, em 1924:

- A professora tem lido as notícias do sul respeitantes ao voto feminino?

-Sim. Tenho lido alguns telegramas nesse sentido.

-Que pensa a respeito do projecto, aliás, apoiado da opinião do dr. Getúlio Vargas?

-Uma vez que a Republica está sendo renovada e tangida por outros propositos, entendo que é louvável a idéia do voto feminino. Mas, para isto, é necessário que haja certo rigor na seleção das votantes. Que as novas eleitoras não escolham os candidatos por simples impressões phantasiosas, como se escolhem enfeites para vestidos e berloques para mimos infantis. Desde que as novas camaras se revistam de severa seriedade e que o voto seja uma expressão legitima do sentimento e que as eleições se realizem por entre a calma e a ordem, compatíveis às pessoas do meu sexo, afastados os pugilatos, o expediente das cabalas e as fraudes, penso que o projecto se deve transformar em realidade.

-Então entende que a mulher deve votar?...

-Deve votar somente, não. Deverá votar e ser votada. É de notar que agora, com o programma da nova Republica, é que, por natural evolução, penso assim, porque ha cerca de dois anos, escrevi um artigo para o “Imparcial”, expendendo conceitos contrários ao voto feminino. E naquella época seria mesmo absurdo admittir a validade do voto das mulheres, visto como os dos homens não eram respeitados. Portanto, não poderíamos crer nem confiar que os nossos o fossem.

-Não lhe parece que o voto feminino, com caracter de secreto, não terá grande eficiencia, porque, embora as pessoas do seu sexo sejam muito sinceras mas se lhe atribuem certas indiscrições, dizendo-se que as mulheres não guardam segredos?

-Não senhor. Tenho absoluta confiança na discrição, principalmente daquellas que possuem o espírito emancipado, dispondo de uma profissão que as torna independentes e lhes imprime firmeza de caracter e convicção. (Jornal O Dia, São Luís, nº. 26, 28 de junho de 1924, p. 01, grifos nossos.)¹⁴

A discussão sobre o sufrágio feminino só ganhou mais espaço na imprensa maranhense no ano de 1932. O jornal Tribuna, com a coluna “Página Feminina”, foi o periódico que dedicou mais espaço para essa temática. Às vésperas da publicação do decreto nacional que legalizava o voto das mulheres, era questão de bom senso defender o sufrágio.

O Diário Oficial do Maranhão, de 10 de outubro de 1934, cita que 08 partidos políticos concorreram às eleições estaduais daquele ano, dentre os quais 04 possuíam mulheres em sua relação de candidatos¹⁵. Tivemos 07 candidatas mulheres, elegendo-se 02. Foram candidatas: Hildenê Gusmão Castello Branco, Aniéte Bello, Zuleide Fernandes Bogéa, Rosa

Normal do Estado e vice-presidente do Conselho Estadual de Educação. Recebeu de seu conterrâneo e vereador de São Luís, José Cupertino, o título de cidadã ludovicense. Faleceu na capital, em 1976.

FONTE: COUTINHO, Mílson. História da Assembleia Legislativa do Maranhão. São Luís: Sotaque Norte Editora, 2008.

¹⁴ Os anúncios no corpo do texto foram mantidos com a grafia original da época.

¹⁵ Relação dos Partidos e dos Candidatos Registrados do Tribunal Regional de Justiça deste Estado. Diário Oficial. 10 de out. de 1934, p.03-08.

Castro, Zélia Maciel, Lilah Lisbôa de Araujo e Othilia Cantanhede Almeida, todas professoras e residentes em São Luís (MOTTA, 200).

Em esfera federal, a única candidata maranhense para a Assembleia Nacional Constituinte de 34 foi Lucilia William Coelho de Souza, cuja mesma, três anos antes, em entrevista ao jornal O Tempo, afirmou não gostar de política e declarou-se monarquista (PACHECO, 2007). Mary Ferreira (2010) afirma que a maranhense Lilah Lisboa foi a única candidata no referido ano, mas esta não consta nos registros do Portal Eletrônico oficial da Câmara dos Deputados, nem na bibliografia do TSE consultada. Para a Constituição de 88, não tivemos candidatas maranhenses.

As primeiras parlamentares estaduais eleitas no Maranhão, em 1934, foram Hildenê Gusmão Castello Branco e Zuleide Fernandes Bogéa, dois sobrenomes de famílias conhecidas no estado. A professora Rosa Castro também foi eleita, mas teve seu diploma impugnado e não atuou na Constituinte (COUTINHO, 2008).

Natural da cidade de Arari, Zuleide Bogéa é reconhecida como educadora e política, autora de várias cartilhas educativas e fundadora do Colégio São Luís Gonzaga, em 1920. De personalidade firme e obstinada, enfatizava sua luta num meio profundamente masculino: “eu concorri com muitos homens, fui eleita deputada, fui atuante e muito melhor que muitos homens” (MOTTA, 2000, p. 295). Infelizmente, pouco se sabe sobre a vida de Hildenê Gusmão Castello Branco, sendo as únicas informações encontradas a de que era professora e natural de São Luís (PACHECO, 2007), o que nos mostra como a trajetória dessas pioneiras são invisíveis na historiografia da política maranhense.

Vale ressaltar que também em 1934, Joana dos Santos Rocha, a Dona Noca, foi eleita prefeita do município maranhense de São João dos Patos, a quem a Revista do Globo destaca, em 1951, como uma “coronela do sertão”, que fazia de sua casa também a delegacia, prefeitura e tribunal salomônico (p. 51), com sua responsabilidade política e imenso prestígio eleitoral. Ferreira (2010) destaca também que na década de quarenta, a administração municipal de Dalva Bacelar, no município de Coelho Neto, também de destacava, onde priorizou a organização fundiária local. Mais tarde, Dalva se tornou deputada estadual.

Não se pode deixar de citar, ao falar de mulheres e poder no Maranhão, de Ana Jansen, grande e importante figura entre as décadas de trinta e quarenta do século XIX, a quem são atribuídos vários fatos, fomentando até lendas locais. Moraes (1999) diz que nesse período,

essa mulher “conquistou seguidores, reuniu adeptos, liderou partidos e se firmou com o poder que lhe conferiu o codinome de Rainha do Maranhão” (MORAES, 1999, p. 11).

Nas eleições estaduais de 1947, o “cacique político” maranhense Vitorino Freire indica 20 representantes para elaborar a Constituição do Estado, dentre os quais, Dalva Bacelar, representando Coelho Neto, e também os municípios de Buriti e Chapadinha. Dalva foi a única mulher e também a mais jovem dentre os deputados, então com 22 anos. Filha de um tradicional comerciante do Maranhão, pertencente a influente família Bacelar que dominou a região de Coelho Neto até recentemente, foi eleita deputada com 929 votos, enfrentando duras batalhas judiciais para manter seu diploma (BUZAR, 2005). A entrada de Dalva na política se deu num período em que Vitorino Freire se firmava definitivamente no cenário eleitoral maranhense, onde manteve um poder oligárquico por mais de 20 anos, sendo derrotado por seu antigo aliado José Sarney, em 1966 (BUZAR, 2001), outro nome que se tornou um cacique político de enorme poder no estado, se tornando, inclusive, Presidente do Brasil.

Tais fatos nos apontam que o Maranhão tem uma cultura política oligárquica, ou seja, o cenário político foi sendo protagonizado e dominado, ao longo dos anos, pelos mesmos grupos e famílias e por um grande período de tempo. O Grupo Sarney¹⁶ deu as cartas do jogo político no Maranhão por décadas, tendo se enfraquecido paulatinamente desde a vitória de Flávio Dino (PCdoB), em 2014, que elegeu também seu candidato a Senador, hoje adversário, Roberto Rocha (PSDB). A política local ainda é dominada por grupos familiares de enorme poder financeiro e referência, principalmente pelo interior do estado.

Em 1978, se elegeu apenas uma deputada estadual, Conceição Senna Mesquita, representante da região de Coroatá, reeleita em 1982, ano em que 06 mulheres se candidataram. O quadro de desigualdade vai mudando a partir de 1990, quando o número de candidatas cresce substancialmente – 37 mulheres candidatas, sendo eleita 02; em 1994 tivemos 30 candidatas, se elegendo 03; em 1998 se candidataram 68 mulheres ao cargo de deputada estadual, sendo eleitas 08, posteriormente ficando 10 deputadas, com o afastamento de dois parlamentares que assumiram cargos no executivo. A grande maioria dessas mulheres foram eleitas em partidos tradicionais, de espectro político de direita, aliados do Grupo Sarney (FERREIRA, 2003).

¹⁶ Grupo de políticos – mandatários e lideranças – comandados pela família Sarney, que tem como principais figuras o ex-presidente José Sarney e a ex-governadora Roseana Sarney.

No executivo, ressalta-se a eleição de Roseana Sarney, filha de José Sarney, em 1994, ao cargo de governadora do Maranhão (deixando o mandato de deputada federal, para o qual foi eleita em 1990), e sua reeleição em 1998 (ambos os mandatos pelo antigo PFL, hoje DEM). Em 2002 Roseana se elegeu senadora, pelo PMDB. Em 2006 perde as eleições de governo estadual para Jackson Lago (PDT), contudo, depois de ação judicial contra o governador eleito, Roseana toma posse em seu terceiro mandato como governadora, em 17 de abril de 2009, se reelegendo em 2010, pelo PMDB. Em 2014, o candidato do Grupo Sarney ao governo do Maranhão foi Edson Lobão Filho (PMDB), filho do então senador Edison Lobão. Lobão Filho perdeu as eleições do referido ano para Flávio Dino (PCdoB).

QUADRO 1 – Deputadas estaduais maranhenses das eleições de 1934 a 2018¹⁷

ANO	Nº DE ELEITAS	NOME	PARTIDO
1934	02	Hildenê Gusmão Castelo Branco	Republicano
		Zuleide Bogéa	URM
1945		Hildenê Gusmão Castelo Branco (suplente que assume de 1945 a 1946)	Oposições Coligadas
1947	01	Maria Dalva Bacelar	PPB
1967		Lia Rocha Varela (suplente que assume de 1976 a 1971)	?
1978	01	Maria da Conceição Senna Mesquista	MDB
1982	01	Maria da Conceição Senna Mesquista	MDB
1986	01	Conceição Andrade	PMDB
1990	02	Maura Jorge	PFL
		Marly Gonçalves Abdalla	PFL
1994	03	Marly Gonçalves Abdalla	PFL
		Janice Braide	PFL
		Maria Aparecida Cardoso de Sousa	PFL
1998	09	Maura Jorge	PFL
		Marly Gonçalves Abdalla	PFL
		Malrinete Santos	PFL
		Vete Botelho	PFL
		Janice Braide	PSD

¹⁷ Os dados desde quadro foram retirados de duas fontes: Site do TSE (BRASIL, 2021c) e FERREIRA, 2010.

		Sandra Maria Carvalho Rodrigues	PMDB
		Tereza Murad	PSB
		Telma Pinheiro	PFL
		Aparecida Queiroz Furtado	PL
2001	02	Graça Melo (suplente que assume de 2001 a 2002)	PL
		Helena Barros Heluy (suplente que assumiu de 2001 a 2002)	PT
2002	09	Maura Jorge	PFL
		Cristina Archer	PTB
		Telma Pinheiro	PSDB
		Janice Braide	PTB
		Graça Paz	PDT
		Tereza Murad	PMDB
		Helena Barros Heluy	PT
		Telma Pinheiro	PFL
		Socorro Waquim	PMDB
2006	08	Maura Jorge	PFL
		Eliziane Gama	PPS
		Cleide Coutinho	PSB
		Graciete Lisboa (teve mandato cassado pelo TSE em 2008)	PSDB
		Graça Paz	PDT
		Márcia Serejo Marinho	PMDB
		Fátima Vieira Lins	PP
		Helena Barros Heluy	PT
2009		Gardência Castelo (suplente que assumiu de 2009 a 2010)	PSDB
2010	07	Gardênia Castelo	PSDB
		Cleide Coutinho	PSB
		Eliziane Gama	PPS
		Valéria Macedo	PDT
		Maria Vianey Bringel	PMDB
		Francisca Primo	PT
		Graça Paz	PDT

2014	06	Andrea Murad	PMDB
		Ana do Gás	PRB
		Nina Melo	PMDB
		Valéria Macedo	PDT
		Francisca Primo	PT
		Graça Paz	PSL
2018	08	Detinha	PR
		Ana do Gás	PCdoB
		Andreia Rezende	DEM
		Cleide Coutinho	PDT
		Daniella Tema	DEM
		Thaiza Hortegal	PP
		Helena Dualibe	Solidariedade
		Mical Damasceno	PTB
2021		Betel Gomes (suplente que assume de 2021 a 2022)	PRTB
		Socorro Waquim (suplente que assume de 2021 a 2022)	MDB

A partir das eleições de 1990, o número de candidatas mulheres cresceu no estado, e foi aumentando com as cotas de gênero, ampliando significativamente as eleitas já a partir das eleições de 1998. Em 2010, quando a legislação eleitoral n.º 12.034/10 estabeleceu que os partidos deviam preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, tivemos 61 candidatas. E em 2014 foram 188 candidatas no Maranhão e em 2018 tivemos 179 (média se manteve, pois já se situava no patamar dos 30% exigidos por lei). Ressalta-se que entre 2014 e 2018 cresceu a importância dos recursos públicos (Fundo Partidário mais Fundo Eleitoral) nas campanhas, estes passaram a significar 2/3 do total das receitas das candidatas. Ferreira (2010) ressalta também que a ampliação da representação feminina no legislativo coincide com a chegada de Roseana Sarney ao governo estadual, em 1994. Além de ser a primeira mulher eleita para o cargo, em sua gestão também nomeou 09 mulheres para as chamadas Gerências Regionais (unidades administrativas criadas em seu governo) e também para algumas pastas e órgãos estaduais, como o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA).

Verificamos que o crescimento de candidatas até aqui alterou a composição do quadro legislativo, mas praticamente não afetou o quadro político, uma vez que as mulheres se

elegeram em partidos que, em sua grande maioria, eram/são de direita ou centro-direita, ligados a grupos tradicionais da política local, não modificando a correlação de forças na Casa, nem tampouco protagonizando mudanças programáticas e conceituais no tradicional legislativo maranhense. Ficaram basicamente os mesmos partidos, os mesmos sobrenomes e as mesmas formas de fazer política.

Atualmente na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) a porcentagem de mulheres deputadas é de 23,8%, com a posse de mais duas deputadas suplentes em 2021, subindo a bancada de 08 para 10 parlamentares, de um total de 42. Betel Gomes (PRTB) e Socorro Waquim (MDB) deixaram a condição de suplentes e passaram a ser titulares de mandatos na atual legislatura depois que os deputados Rigo Teles (PL) e Felipe dos Pneus (Republicanos), respectivamente, se elegeram prefeitos em 2020. Além das duas já citadas, a bancada feminina é composta pelas deputadas: Ana do Gás (PCdoB), Andreia Rezende (DEM), Cleide Coutinho (PDT), Daniella Tema (DEM), Detinha (PR), Thaiza Hortegal (PP), Helena Duailibe (Solidariedade) e Mical Damasceno (PTB). Além disso, dos nove membros da atual Mesa Diretora, cinco são mulheres: Detinha (2ª Vice-Presidente), Thaiza Hortegal (3ª Vice-Presidente), Andreia Rezende (1ª Secretária), Cleide Coutinho (2ª Secretária) e Daniella Tema (4ª Secretária) (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO, 2021a).

Em 2016 foi criada a Procuradoria da Mulher da ALEMA (inaugurada em 2017), por força da Resolução Legislativa Nº 782/16, que altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Assembleia, resultante de um Projeto de Resolução Legislativa de autoria da deputada Valéria Macedo (PDT), que foi eleita a primeira Procuradora da Mulher, cargo que passou a compor a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, a partir do biênio 2017/2018. Dentre as atribuições da Procuradoria da Mulher estão a de zelar pela defesa dos direitos da mulher, receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher, promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher e auxiliar as Comissões da Assembleia na discussão de proposições que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família¹⁸. Até a realização da pesquisa de campo, a Procuradora da Mulher na ALEMA era a deputada Helena Dualibe (Solidariedade), mas atualmente é presidida pela Deputada Daniella Tema (DEM).

¹⁸ MARANHÃO. Assembleia Legislativa do Maranhão. Assembleia cria Procuradoria da Mulher e elege primeira Procuradora da Mulher. Disponível em: <<https://www.al.ma.leg.br/noticias/30050>>. Acesso em 02 abr 2021.

3.1.1 Perfil e atuação das atuais deputadas do legislativo estadual maranhense

Apresentamos aqui algumas informações sobre as 10 deputadas que compõem a bancada feminina da Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA), a partir de dados pesquisados no Portal Eletrônico oficial da ALEMA:

QUADRO 2 – Perfil das atuais deputadas estaduais maranhenses¹⁹

IDADE	Entre 32 e 74 anos.
ESCOLARIDADE	09 com nível superior, 01 com Ensino Médio.
RELIGIÃO	Todas se declaram cristãs
MATERNIDADE	Todas são mães.
MATRIMÔNIO	Todas são casadas.
ACESSO À POLÍTICA INSTITUCIONAL	As 10 vêm de família com tradição política, sendo filhas, esposas ou ex-esposas, noras de políticos tradicionais homens, mesmo as que estão filiadas a partidos considerados de esquerda ou centro-esquerda, porém 01 apresenta como viés de acesso mais relevante a sua atuação pastoral nas igrejas evangélicas.
ORIGEM GEOGRÁFICA	05 são nascidas do interior do estado; 02 delas, mesmas nascidas na capital São Luís, têm sua base política também no interior; 02 são naturais de estado vizinho, mas tem também sua base política em um município do interior do Maranhão; apenas 01 é nascida e tem sua atuação na capital.
PARTIDO POLÍTICO ATUAL	09 são filiadas a partidos de direita ou centro-direita (DEM, PRTB, PL, PP, PTB, MDB). 02 são filiadas a partidos de esquerda ou centro-esquerda (PCdoB e PDT).
TRAJETÓRIA POLÍTICA (MANDATOS E GESTÃO)	07 estão em seu primeiro mandato como deputada estadual; 02 estão em seu segundo mandato; 01 está em seu terceiro mandato. Das 10, 07 já ocuparam cargo de gestão em nível municipal ou estadual, sobretudo nas gestões de seus maridos. 02 já foram prefeitas em cidades do interior. 01 já foi vice-prefeita da capital.
COR/ETNIA	06 brancas, 04 pardas.
ORIENTAÇÃO SEXUAL	Todas são heterossexuais.

¹⁹ Os dados deste quadro foram colhidos no Site da ALEMA (MARANHÃO. Assembleia Legislativa. Deputados. Disponível em: <<https://www.al.ma.leg.br/deputados/>>. Acesso em: 12 jan 2020) e nas entrevistas.

Observamos que as deputadas maranhenses apresentam características bastante parecidas. Para quase a totalidade, a porta de entrada na política foi através da sua família, tendo parentes, sobretudo maridos, que são ou foram políticos; também quase todas têm suas origens políticas em cidades do interior do estado, característica típica de uma tradição política oligárquica, muito vinculada ao coronelismo político, aos chamados “currais eleitorais”. O mesmo se refere aos homens, que vem de trajetórias semelhantes.

Todas são mulheres adultas, sendo a mais jovem com 32 anos, mostrando que a juventude feminina maranhense não está presente na bancada da ALEMA, inclusive entre os homens deputados.

Todas são mães e esposas – o que nos leva a refletir que tais parlamentares não abriram mão de condições culturalmente impostas ao sexo feminino - maternidade e matrimônio - sendo, na verdade, quase que uma premissa para quem busca um cargo público, numa sociedade ainda bastante conservadora como a maranhense, ou seja, a mulher política casada e com família instituída, tende a passar a imagem de mais seriedade e confiança perante a opinião pública.

Todas se declaram cristãs, sendo enfatizado tais características no perfil oficial de três delas, nos apontando que, mesmo o Maranhão sendo um estado com enorme diversidade religiosa, especialmente com relação a religiões de origem africana, não temos representantes com esse perfil no legislativo estadual.

No que tange a religiosidade, Ferreira (2010) ressalta que é um fator que interfere potencialmente em questões relativas aos direitos sociais, principalmente os direitos reprodutivos e da população LGBTI+ (Lésbicas, Bissexuais, Gays, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Intersexo e outros). Recentemente, por exemplo, em meio ao contexto de Pandemia da Covid-19, foi aprovado o Projeto de Lei (PL) da deputada Mical Damasceno (PTB) que torna as atividades das igrejas e templos como sendo essenciais em períodos de calamidade pública no Maranhão, ficando vedado qualquer determinação de fechamento total dos referidos locais. O Projeto foi aprovado por unanimidade, durante sessão remota da Assembleia Legislativa. A mesma deputada tem feito forte oposição à sanção do PL aprovado 162/2021, de autoria do deputado Adelmo Soares (PCdoB), que estabelece a obrigatoriedade da comunicação dos casos de violência ou indícios de violências contra a

comunidade LGBTI+ atendida em serviços de saúde pública ou privada em todo o Maranhão. Também a deputada Helena Dualibe (Solidariedade) apresentou PL que defende que padres, pastores e demais líderes religiosos tenham prioridade na vacinação contra a Covid-19. Mical é evangélica e tem como principal base política as igrejas neopentecostais. Helena tem forte militância junto a Igreja Católica.

O perfil partidário também é bastante parecido, são mulheres que estão ou estiveram em partidos de espectro ideológico de direita, mesmo as duas que se encontram hoje deputadas por partidos de espectro de esquerda já foram de partidos de direita e a realidade partidária atual se dá muito mais pelos arranjos do cenário político estadual, onde o governo estadual era até recentemente do PCdoB e adora do PSB, e um dos senadores e postulantes ao governo estadual é do PDT. Além disso, essas duas mulheres são esposa e viúva, respectivamente, de ex-mandatários com tradição política conservadora em seus municípios e com enorme poder local. Salienta-se que o perfil político majoritariamente de direita é característica também dos parlamentares homens da ALEMA, mesmo muitos dos que se encontram em partidos de esquerda ou centro-esquerda estão muito mais pelos arranjos locais, onde o Governador era do PCdoB até recentemente e agora é do PSB; e um Senador e pré-candidato a governo é do PDT (03 deputados do PCdoB; 03 do DEM; 03 do PL; 03 do PSB; 03 do PDT; 02 do PV; 02 do Republicanos; 02 do MDB; 02 do Solidariedade; 02 do PROS; 01 do PP; 01 do PTC; 01 do PSL; 01 do PSDB; 01 do PMN; e 01 do PT).

Mesmo as deputadas de primeiro mandato sendo 70%, tal dado não denota renovação na política maranhense se avaliarmos que são, as 07, parentes de políticos homens, característica essa, importante ressaltarmos, também dos deputados maranhenses, não apenas das deputadas. É só avaliar os sobrenomes ou nomes políticos dos deputados da ALEMA para termos tal comprovação. Além disso, atuações anteriores se deram, especialmente, em áreas tidas como espaços de atuação de mulheres, como a assistência social, mas também em outras, como cultura e direção de hospital.

Aspecto importante a ressaltar é que, das dez deputadas eleitas, apenas quatro se declaram como parda e nenhuma preta, o que mostra que o parlamento feminino maranhense não dá conta de responder ao desafio de representar a heterogeneidade da população

maranhense, que, segundo o IBGE (Censo 2010)²⁰ tem mais de 70% de pardos e negros.²¹ O que nos mostra que o grau de exclusão das mulheres nos espaços de poder e decisão se potencializa em relação às mulheres negras.

Por oportuno, saliente-se, ainda, que apenas uma delas não é portadora de curso superior, algumas tem, inclusive, pós-graduação, o que nos mostra o que já foi revelado pela pesquisa do Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud): as mulheres brasileiras estudam mais que os homens (8,1 anos de média de estudo, contra 7,6 dos homens)²². Por fim, acrescentamos que categorias que podem nos ajudar a entender de forma crítica e fundamentada tais dados ora percorridos, são tratadas mais adiante, no capítulo 4.

Com relação a participação nas Comissões Parlamentares, que são espaços permanentes ou temporários, com funções legislativas e fiscalizadoras, na forma definida na Constituição Estadual e no Regimento Interno da ALEMA, temos o quadro resumido abaixo. No cumprimento dessas duas funções básicas, de elaboração das leis e de acompanhamento das ações administrativas, no âmbito do Poder Executivo, as Comissões também promovem debates e discussões com a participação da sociedade em geral, sobre os temas ou assuntos de seu interesse, portanto se fazem espaços importantes de atuação legislativa:

QUADRO 03 – Participação das deputadas em comissões da ALEMA

COMISSÃO	DEPUTADAS
I - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Thaiza Hortegal (suplente)
II- Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle	Mical Damasceno (titular) Socorro Waquim (suplente)
III - Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia	Mical Damasceno (titular) Betel Gomes (titular) Socorro Waquim (suplente)

²⁰ O Censo Demográfico é feito a cada 10 anos pelo IBGE, mas não foi feito em 2020.

²¹ Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094#n1/all/n2/all/n3/all/v/1000093/p/last%201/c86/allxt/c133/0/d/v1000093%201/l/v,p+c86,t+c133/resultado>>.

²² Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (Pnud Brasil). Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/pnud-apresenta-relatorio-de-desenvolvimento-humano-2019-com-dado.html>>.

	Thaiza Hortegal (suplente)
IV - Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho	Helena Dualine (titular) Socorro Waquim (titular) Betel Gomes (suplente)
V - Comissão de Saúde	Helena Duailibe (titular) Thaiza Hortegal (suplente)
VI - Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional	Thaiza Hortegal (titular) Betel Gomes (suplente)
VII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias	Thaiza Hortegal (titular) Socorro Waquim (titular) Helena Duailibe (suplente)
XIII - Comissão de Turismo	Mical Damasceno (titular) Betel Gomes (titular) Daniella Tema (suplente)
VIII - Comissão de Obras e Serviços Públicos	Mical Damasceno (titular) Ana do Gás (suplente) Helena Duailibe (suplente) Socorro Waquim (suplente)
X - Comissão de Ética	Sem membros do sexo feminino
XI - Comissão de Assuntos Econômicos	Helena Duailibe (titular) Socorro Waquim (titular) Mical Damasceno (suplente)
XII - Comissão de Segurança Pública	Mical Damasceno (suplente) Daniella Tema (suplente) Helena Duailibe (suplente) Socorro Waquim (suplente)

Podemos observar que 03 das 10 deputadas não participam de nenhuma Comissão. A única Comissão que não tem participação de mulheres é a de Ética, que segundo o Regimento Interno da ALEMA, “visa dignificar a atuação do Deputado em respeito à ética e ao decoro parlamentar” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO, 2021b, p. 14). É uma Comissão muito importante, porque é lá que se dá a análise de processos que podem culminar, inclusive, em cassação de mandatos. Também há deputadas que não são titulares em nenhuma Comissão, assumindo apenas suplências, e 01 delas está apenas em uma das Comissões da Casa.

Esses espaços poderiam se fazer como ferramentas importantes de articulação com a sociedade e mesmo de ganho de visibilidade e consequente capital político para as mulheres deputadas.

Analisando a apresentação de Projetos de Leis (PLs) apresentados pelas deputadas, destacamos que cerca de metade bancada feminina se preocupa em apresentar propostas que interferem na vida da população feminina, dentre os quais destacamos:

QUADRO 04 – Alguns projetos de lei apresentados pelas deputadas maranhenses voltadas à população feminina²³

PROJETO	ANO	AUTORA	STATUS
PL que institui o selo “Empresa Amiga da Mulher”, destinado às empresas que desenvolvem ações e projetos para valorização da mulher e de combate à violência de gênero e ao feminicídio.	2021	Daniella Tema (DEM)	Aprovado
PL que cria a campanha "Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica”, no Maranhão, obrigando as farmácias a exporem um cartaz da campanha no estabelecimento.	2020	Daniella Tema (DEM)	Aprovado
PL veda às empresas a contratação e realização de publicidade impressa, eletrônica ou audiovisual, veiculada por qualquer meio de comunicação, que exponha, divulgue ou estimule todo e qualquer tipo de violência sexual contra a mulher, e/ou que fomente a misoginia e o sexismo.	2021	Ana do Gás (PCdoB)	Apresentado
PL que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de violência praticada contra crianças e adolescentes em prontuário de	2021	Mical Damasceno (PTB)	Apresentado

²³ FONTE: MARANHÃO. Assembleia Legislativa do Maranhão. Notícias. Disponível em:< <https://www.al.ma.leg.br/noticias/?pg=6>>. Foi pesquisado apenas PL’s apresentados nesta atual legislatura.

atendimento médico, quando identificados indícios, e ser encaminhado pela rede de saúde, em até 48 horas, à autoridade policial.			
PL que disciplina as nomeações para cargos públicos do Poder Executivo e Poder Legislativo Estadual, vedando nomeação de pessoas que respondam processo sobre violência contra a mulher	2019	Thaiza Hortegal (PP): co-autora, projeto do deputado Neto Evangelista (DEM)	Aprovado
PL que cria a política estadual de amparo, apoio e capacitação de viúvas para ingresso ou retomada ao mercado de trabalho, com o objetivo de prestar auxílio às mulheres que dependiam exclusivamente do marido, para que possam ter atendimento psicológico, apoio governamental e incentivo para adentrar ou retornar ao mercado de trabalho.	2021	Mical Damsaceno (PTB)	Apresentado
PL cria a Campanha Estadual Maria da Penha, no mês de agosto, com ações informativas desenvolvida nas escolas.	2020	Ana do Gás (PCdoB)	Aprovado
PL institui o ‘Aluguel Maria da Penha’, garantindo às mulheres vítimas de violência, que estejam sob medida protetiva e em situação de vulnerabilidade, o recebimento de 600 reais mensais.	2020	Daniella Tema (DEM)	Aprovado
PL que obriga os condomínios residenciais, localizados no Estado do Maranhão, a comunicar aos órgãos de segurança eventuais ocorrências ou indícios de violência doméstica e familiar	2020	Daniella Tema (DEM)	Aprovado

contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos já está em vigor em todo o Maranhão.			
PL cria a Política de Diagnóstico e Tratamento da Depressão Pós-Parto no Sistema da Rede Pública e Privada Estadual e institui o Dia Estadual de Prevenção e Combate à Depressão Pós-Parto.	2019	Daniella Tema (DEM)	Aprovado
PL institui o Dia Estadual da Menina no Maranhão, inspirado no que fez a Organização das Nações Unidas (ONU), que no ano de 2012 instituiu o dia 11 de outubro como o Dia Internacional da Menina, data em que se pretende colocar em evidência questões como as desigualdades de gênero que afetam negativamente a vida das meninas e as colocam em desvantagem em relação aos meninos.	2019	Daniella Tema (DEM)	Apresentado
PL assegura às mulheres o percentual mínimo de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para a área da segurança pública no estado.	2019	Daniella Tema (DEM)	Apresentado
PL visa assegurar às doulas (profissional assistente de parto, que acompanha a gestante durante o período da gestação até os primeiros meses após o parto, com foco no bem-estar da mulher) o direito de acompanhar as parturientes, quando por estas solicitadas, durante o período de parto e pós-parto imediato, nas maternidades, casas de parto e	2019	Daniella Tema (DEM)	Apresentado

estabelecimento hospitalares congêneres da Rede Pública e Privada do Estado do Maranhão.			
PL obriga hospitais, clínicas, maternidades e demais estabelecimentos de saúde da rede pública e privada do Maranhão de registrar, fornecer e comunicar, imediatamente, o prontuário de recém-nascidos com deficiência às instituições, associações e entidades especializadas.	2019	Detinha (PL)	Apresentado
PL que Estabelece as Diretrizes para o Programa de Apoio às Mulheres com Neoplasia Mamária e Mastectomizadas	2019	Detinha (PL)	Aprovado

Como podemos ver, a maioria dos Projetos de Lei destacados são de autoria da deputada Daniella Tema, umas das mais jovens na bancada feminina, então com 34 anos e eleita recentemente como Procuradora da Mulher da ALEMA. Infelizmente foi uma das deputadas que não se conseguiu entrevistar. As demais deputadas apresentam menos PLs, os quais voltados para temáticas mais gerais da vida da população, não focando no público feminino. Observa-se que a atuação das deputadas é mais pautada no atendimento às suas bases políticas (principalmente no interior do estado) do que a apresentação de proposta de leis que atendam demandas da população mais geral. Destaca-se que dos quinze Projetos de Lei apresentados nesta pesquisa, apenas sete estão aprovados, o que nos leva pensar que as pautas relativas às questões específicas sobre as mulheres não têm tido tanta prioridade na agenda da ALEMA.

Observamos também que as falas das deputadas em tribuna são marcadas por discursos sobre questões relacionadas às mulheres, assuntos esses que, como observamos, tem menos atenção dos parlamentares homens, nos apontando que as mulheres podem ser melhores representantes de outras mulheres, no sentido de dedicarem mais de sua atuação à temas que interferem diretamente na vida da população feminina, sobretudo assuntos que extrapolam os limites da esfera privada e passam a ser tratados como questões públicas, como a violência de gênero, saúde da mulher e políticas públicas voltadas à trabalhadoras mulheres, que tem necessidades específicas em relação aos trabalhadores homens. As demais aparições em

tribunas e bandeiras de atuação das parlamentares são voltadas, como já pontuado, ao atendimento à suas bases políticas, especialmente no interior do estado, como alocação de recursos via emenda parlamentar a municípios e requerimentos ou indicações ao executivo estadual com o mesmo objetivo de ajudar esses municípios onde são mais votadas.

Com relação às Frentes Parlamentares, destacamos a Frente Parlamentar de Combate e Erradicação do Femicídio, coordenada pela deputada Daniella Tema (DEM); e a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, coordenada pela deputada Mical Damasceno (PTB).²⁴

²⁴ Salientamos que uma breve biografia de cada deputada é apresentada ao final deste trabalho, no Anexo B, página 104.

4 “VAI MERMÃ!”: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-REPRESENTATIVA DAS MULHERES NO LEGISLATIVO MARANHENSE

Neste capítulo tratamos da apreciação crítica dos dados coletados durante a pesquisa de campo com sete deputadas da Assembleia Legislativa do Maranhão, sobre os desafios e as possibilidades da participação da mulher na política, com foco no legislativo estadual.

Vale ressaltar que, como explanado na introdução desta pesquisa, inicialmente o objetivo era entrevistar não só deputadas eleitas, como também mulheres que foram candidatas em 2018 e não alcançaram o cargo, para assim buscar entender os entraves e dificuldades no acesso aos espaços de poder legislativos, ouvindo mulheres de partidos e trajetórias diversas, comparando o que levou cada uma a não alcançar o espaço eletivo. O contexto de pandemia dificultou bastante o desenrolar da proposta original, já que a ALEMA não tem funcionado de forma presencial. As atividades legislativas estão acontecendo através de plataformas virtuais e todas as visitas devem ser previamente autorizadas pela administração, fazendo com que os contatos com as assessorias se dessem apenas via telefone ou rede social.

Na pesquisa de graduação, realizada em 2013 com deputadas piauienses, o fato de poder ir a todos os gabinetes foi um fator bastante facilitador. As entrevistas eram marcadas e feitas de forma presencial, com um forte interesse das parlamentares, inclusive. No caso da atual pesquisa, as dificuldades de acesso às parlamentares foram enormes, necessitando diversos e insistentes contatos com as assessorias antes de se conseguir a entrevista, mesmo enviando previamente um sumário de dissertação que dava uma visão geral da pesquisa, o roteiro de perguntas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Além disso, os prazos apertados e as condições impostas pela pandemia, fizeram com que o foco da pesquisa fosse redirecionado apenas a parte da bancada feminina eleita para a atual Legislatura. Além disso, a proposta inicial versava sobre entrevista semiestruturada, facultando outras perguntas que não estivessem no roteiro. Terminamos enviando às assessorias o questionário de perguntas, que devolveram respondidos, impossibilitando explorar mais as categorias de pesquisa pensadas, ou buscar respostas mais completas aos questionamentos feitos. Alguns questionários vieram com respostas extremamente curtas e simplificadas, sem espaço para leituras mais aprofundadas. Apenas uma das deputadas ouvidas fez questão de dar a entrevista de forma presencial e foi nítido como isso facilitou a coleta de informações, outras

formas de ler as respostas e suas nuances apresentadas, inclusive considerando linguagem corporal, voz, dentre outros aspectos subjetivos. No fim das contas, concluímos a pesquisa de campo com 07 (sete) das atuais 10 (dez) parlamentares maranhenses, o que corresponde a 70% da bancada feminina.

Pontua-se, por oportuno que optou-se por não divulgar os nomes das deputadas, bem como das cidades, partidos e outros atores políticos citados nas falas, como estratégia de não só manter o anonimato e assim respeitar os critérios éticos da pesquisa (ainda que as sujeitas tenham concordado com o Termo de Consentimento), mas também para que o leitor, sobretudo o maranhense, conhecedor dos nomes e contextos, não penda por fazer apreensões pautadas por juízos de valor, assim como também para evitar possíveis desconfortos das sujeitas colaboradoras quando do conhecimento do trabalho finalizado.

Antes de adentrarmos nas categorias de análises, é importante lembrar que o perfil das deputadas entrevistadas são bastantes semelhantes, conforme descrito no capítulo anterior: majoritariamente a porta de entrada na política foi através da família; têm origens políticas em cidades do interior do estado; são mulheres adultas, sendo a mais jovem com 32 anos; são mães e esposas; todas se declaram cristãs; quase a totalidade são brancas; são detentoras de curso superior; e o perfil partidário também é bastante parecido, sendo todas oriundas de partidos de espectro de direita ou centro-direita, mesmo as que estão hoje em partidos de esquerda ou centro-esquerda.

4.1. AS PORTAS DE ENTRADA NA POLÍTICA

Primeiro é importante pontuar que o ingresso das mulheres na política institucional se dá, como ressaltam Pinheiro (2007) e Ferreira (2010), por dois principais vieses: a participação em movimentos sociais e o pertencimento a famílias com tradição política. Sendo mais fácil para estas segundas, já que herdaram o capital político de seus maridos, pais, irmão ou outro familiar homem.

No caso do Maranhão, houve aumento significativo da presença feminina no legislativo ao longo dos anos, porém são cenários que não refletem em mudanças estruturais nas relações de gênero. O poder político no Estado ainda é dominado e protagonizado por homens – sobretudo homens brancos, não jovens, com formação superior e de origem social média ou rica. As poucas mulheres que conseguem alcançar um cargo eletivo, terminam

incorporando a violência simbólica pautada também pelo poder financeiro, bem como reproduzindo as crenças e o fazer dos que dominam esse meio.

Foi comum nas falas das entrevistadas detentoras de mandato o termo “política dos bastidores”, ou seja, as mulheres atuam auxiliando homens, sobretudo seus esposos em seus mandatos, principalmente em municípios do interior do estado, e/ou exercendo cargos em secretarias, especialmente as voltadas para as causas sociais, tidas culturalmente como “áreas mais femininas”. Também muito comum a menção a trabalhos voluntários em causas sociais, a exemplo das ações desenvolvidas pelas igrejas. Perguntadas sobre o que as motivaram a entrarem na política, as respostas das sete entrevistadas legisladoras são bem semelhantes. Optamos por ocultar alguns nomes de cidades e pessoas para, assim, mantermos o sigilo da identificação das entrevistadas, obedecendo os critérios éticos:

“Meu histórico como primeira dama e o assistencialismo na cidade de ***** foram minhas motivações.”

(Deputada A)

“O desejo de dar continuidade ao excelente trabalho do deputado ***** (esposo), e seguir transformando a realidade dos maranhenses, contribuindo para o crescimento do Maranhão.”

(Deputada B)

“O que me motivou foram compromissos sociais. [...] Já participei antes de cargos na administração pública.”

(Deputada C)

“O desejo em poder fazer o bem para as pessoas, em poder levar um pouco de dignidade para as famílias maranhenses. [...] Antes de ser prefeita da cidade de ***** , já havia sido secretaria de assistência social em ***** (município vizinho).”

(Deputada D)

“Uma força que vem de dentro pra fora. Algo sobrenatural. Acredito que Deus me escolheu para esse fim. Tenho essa missão e sinto que estou no lugar certo. Me sinto feliz, realizada por hoje ter alcançado uma cadeira no parlamento estadual, e queremos trabalhar muito em favor das pessoas que precisam. [...] Não diria movimento social, mas desenvolvi trabalhos sociais junto a nossas igrejas. Sempre a gente se envolvia nas ações sociais.”

(Deputada E)

“Levar benefícios para cidade onde morava, ***** e ***** e regiões da Baixada Maranhense e Baixo Parnaíba. [...] Meus pais foram políticos em ***** e meu ex-marido atual prefeito de *****.”

(Deputada F)

“Comecei uma militância comunitária. Como médica, eu sempre tive muito contato com comunidades, bairros, visitas e atendimentos domiciliares. Isso me levou a ser candidata.”

(Deputada G)

Considerando os depoimentos acima, mesmo as interlocutoras da pesquisa que afirmaram participação em movimentos sociais ao longo de suas trajetórias políticas, possuem, de alguma forma, ligação parental com políticos (assim como os deputados homens), sobretudo políticos homens, comprovando assim nossas hipóteses levantadas anteriormente acerca da entrada da mulher na política.

Nas falas das deputadas é possível observar a influência da religião e igrejas em suas vidas públicas, algo também comum no cenário político maranhense, onde frequentemente se vê quadros políticos advindos da Pastoral da Juventude (PJ) ou da atuação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da igreja católica, assim como os advindos da atuação e inserção nas igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais, que tem tido forte presença em projetos sociais nas periferias e penitenciárias.

Machado e Mariz (2021), em artigo que trata da análise sobre mulheres e práticas religiosa nas classes populares, nos trazem elementos importantes para esse debate. Primeiro as autoras concluem que o maior número de igrejas está nas áreas mais periféricas das cidades, o que indica serem as regiões de pobreza os terrenos mais férteis para o crescimento desses espaços. Também apontam que o pentecostalismo e neopentecostalismo de fato atraem as camadas de mais baixa renda e instrução e, entre elas, a mais excluída econômica e socialmente - as mulheres. Também dentre os católicos, as mulheres são maioria e as mais assíduas frequentadoras dos templos e rituais. Segundo as autoras, “há mais mulheres do que homens crentes como também há mais mulheres nas CEBs ou nas missas em geral, porque a religião parece ser vista nessa cultura como parte do mundo feminino” (MACHADO; MARIZ, 2021, p. 2). A autoras analisam que tal fenômeno tem a ver com a distribuição dos papéis no interior da família: a natureza do trabalho doméstico é mais compatível com a participação religiosa do que as atividades públicas e também os espaços religiosos se tornaram, ao longo do tempo, um dos poucos espaços extra-domésticos que o marido permitia a mulher frequentar.

As referidas autoras também fazem uma comparação analítica entre as CEBs e as igrejas pentecostais. Para elas, as CEBs, além de contribuírem para uma maior autonomia das classes trabalhadoras, constituem-se em instrumento de luta contra a pobreza. Também foram, historicamente, o ponto forte de relação entre a Igreja Católica e política no Brasil. Têm como ponto central a Teologia da Libertação, que, por meio de uma análise crítica da realidade social, busca auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. O pentecostalismo se destaca por sua popularidade nas camadas mais desfavorecidas e tem como ponto central a Teologia da Prosperidade, pautada na busca por bens materiais e em um discurso meritocrático de dedicação pessoal, somado ao dízimo, para se alcançar os objetivos e melhorar de condições de vida. Nossa pesquisa mostra que entre as mulheres que entram na política pelo segundo viés, que não o de parentesco com homens políticos, estão as advindas da atuação nas igrejas, sendo o elemento religioso um traço forte que pauta suas atuações e bandeiras que defendem.

Vale considerar que, no Maranhão, o parentesco de parlamentares com outros políticos não é uma característica apenas das mulheres, mas também dos homens. Além disso é importante frisar a trajetória das mulheres em diversos cargos antes de se serem deputadas, reforçando a importância da ocupação de espaços para o ganho de capital político e legitimação junto ao eleitorado.

Fica evidente nas falas a questão da atuação assistencialista das mulheres antes e mesmo depois de ingressarem na política institucional. Para Torres (2002), o assistencialismo é “uma estratégia política que exclui o ser social do processo de participação política no seio da sociedade, promovendo uma cultura do silêncio e um comportamento de passividade à ordem (TORRES, 2002, p.175).

O assistencialismo, como aponta Rodrigues (2021), é uma prática marcante da cultura política brasileira e uma das características da atuação das primeiras-damas, que fazem uso de tais atuações para legitimar o governo de seus esposos, corroborando com as estruturas de poder em vigor. No entanto, a autora ressalta que algumas dessas mulheres conseguem ultrapassar essa fronteira de atuação, projetando-se enquanto protagonista no cenário político. Muitas vezes, as chamadas ações sociais das primeiras-damas têm mais impacto junto às classes mais baixas que as ações governamentais, fazendo com que essas mulheres adquiram popularidade, contribuindo, assim, para sua legitimidade no poder público local, mas também as projetando para além daquela atuação.

Torres (2002), acrescenta que, no Brasil, as primeiras-damas sempre dirigiram instituições assistenciais governamentais, a exemplo da Legião Brasileira de Assistência – LBA e instituições filantrópicas, que, no discurso oficial, têm o objetivo de apoiar e promover o desenvolvimento das classes subalternas, mas na verdade trata-se de uma prática associada à ideologia de benemerência, em que a figura da primeira-dama simboliza a bondade e a caridade. Tal característica se acentua no contexto das sujeitas da pesquisa, que, como já descrito, tem suas bases política focadas no interior do estado. Além disso, o Maranhão tem um forte traço oligarca e coronelista na formação dos grupos políticos, com um modelo de dominação política pautada nesse assistencialismo, onde a atuação das primeiras-damas, ou de outras mulheres da família do líder político, busca legitimar a estrutura do poder local, mesmo que a Constituição de 88 tenha pautado a assistência social com status de política pública, sendo dever de Estado e direito dos cidadãos.

Atuando nos “bastidores” da política eleitoral, essas mulheres vão se colocando na esfera pública, operando como sujeitas de decisão e se tornando peça fundamental na gestão de seus parentes homens, evidenciando grande potencial, “havendo muitas vezes certo deslocamento de papéis e de atores sociais, o que não significa dizer que haja um sinal de conscientização de gênero” (TORRES, 2002, p. 22).

Outro ponto a destacar em nossas análises é a fala da deputada E, que explica seu ingresso na política como uma missão dada por Deus. Aqui o traço de valores religiosos é bastante forte, o que, de certa forma, veta a conscientização política e crítica acerca das questões de gênero e suas diversas manifestações na formação das instituições e na ocupação dos espaços públicos e de poder pelas mulheres. Não queremos aqui emitir juízos de valor, tampouco desrespeitar a fé e a visão de mundo da parlamentar, apenas pontuar que tal apreensão de si e de sua posição, desconsidera diversas construções sociais, culturais e históricas (como já tratados no capítulo 1), bem como avalia a ocupação de mulheres nos espaços como um fenômeno individual, meritocrático, subjetivo e divino, não se reconhecendo enquanto sujeita política dotada de introduções que explicam de onde viemos e onde estamos hoje no jogo social.

Podemos afirmar que a presença de mulheres no legislativo maranhense demonstra mudanças em alicerces antes inacessíveis a este público, mas também que essa presença não revela mudanças estruturais nas relações de gênero, nem na organização do espaço político partidário no estado.

4.2 A CULTURA PATRIARCAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Os dados apontam que nem todas as deputadas maranhenses têm consciência ou reconhecem a cultura patriarcal da nossa sociedade como influência na apreensão dos papéis de gênero e, conseqüentemente, na reprodução destes em suas vivências enquanto mulheres públicas. Perguntamos sobre suas dificuldades, como mulher, no mundo da política e se já haviam se sentido discriminadas ou constrangidas, nesse meio, por serem mulheres, as respostas das deputadas continuaram parecidas entre si, com algumas diferenças pontuais, colocando a problemática muito mais sob a perspectiva individual, tendo mais a ver com a postura da mulher, do que com as estruturas sociais e culturais:

“Não senti grandes dificuldades. Apesar do parlamento ser de maioria masculina, sempre soube me posicionar e ser ouvida. Mas a mesmo um parlamento, nós sabemos que tem muito machismo. [...] Nunca me senti discriminada. Felizmente, meus colegas de parlamentos são muito educados.”

(Deputada A)

“Tenho uma dupla dificuldade. Fiquei tetra na campanha. Tenho, portanto, dificuldades de uma mulher cadeirante. São barreiras invisíveis, às vezes nem tanto, que precisam ser derrubadas com muito diálogo e muito trabalho. Mas, sem sombra de dúvidas, o maior desafio é o de colocarmos na política mais e mais mulheres. [...] Tenho um temperamento e uma personalidade bem fortes. Me preparo muito bem pra minhas batalhas, talvez por isso não perceba essas situações de discriminação. Mas, sei que existem pelos números. Somos mais da metade da população, e temos uma bancada de aproximadamente 20% das cadeiras.”

(Deputada B)

“Não senti dificuldades. Nunca me senti discriminada”

(Deputada C)

“Eu nunca sofri nenhuma discriminação, nunca encontrei dificuldades por ser mulher na política. Mas o relato e a convivência com outras mulheres, conversando, é que na verdade é aquela coisa de achar que na política deve ser sempre o homem e as mulheres ficam muito mais coadjuvantes, então nós temos dificuldades de buscar mulher para a política.”

(Deputada G)

Percebe-se que a parlamentar B aponta como principal dificuldade um fator externo às questões de gênero, que é ser hoje uma pessoa com deficiência. Também a Deputada E ressalta que não considera que as dificuldades enfrentadas estejam ligadas ao gênero, apontando, inclusive, privilégios por ser mulher. É notório seu posicionamento pautado por valores religiosos, com claras restrições ao feminismo e suas ideias:

“As dificuldades que a gente enfrenta na política são independentes de gênero. Qualquer ser humano pode ter complicação, algo que te trava, alguma barreira que tem que vencer, às vezes até psicológica. Às vezes é algo que não depende de ti, depende de outras pessoas para resolver; e as vezes na política a gente quer resolver alguma coisa, mas nem tudo depende da gente. Essa é uma dificuldade, mas não por causa do gênero. [...] Nunca me senti discriminada. Ao contrário, **eu me sinto mais privilegiada. Eu acho que essa ideia é mais da doutrina feminista de ser discriminada na política** (grifo meu). A mulher pode chegar ao lugar que ela quiser, desde que seja da vontade perfeita do Senhor. Sempre me senti valorizada. Dentro do parlamento tem meus colegas e eles sempre me apoiam, me tratam com maior respeito, carinho.”

(Deputada E)

A deputada em questão trata o feminismo como uma doutrina. É sabido que por muito tempo a religião e o feminismo foram tratados como extremos antagônicos, desde a queima das “bruxas” pela Igreja Católica na Idade Média, até os embates atuais em torno do termo difuso que chamam de “ideologia de gênero”. Isso tem a ver com os estereótipos criados em torno do que é uma mulher feminista e mesmo de interpretações deturpadas de passagens da Bíblia Cristã, desconsiderando o contexto histórico e cultural em que essas escrituras foram feitas. Conceitos como família, relação entre marido e mulher, direitos reprodutivos são trazidos para cena dos debates de forma reducionista, gerando uma impossibilidade de convivência entre religião e feminismo que não deveria existir, se pensarmos que um não precisa anular o outro, mas podem se correlacionar de forma coerente.

Muitas mulheres, inclusive, têm reivindicado o termo “feminista cristã”²⁵, numa postura de tentar derrubar rótulos pejorativos a respeito do feminismo e suas implicações em seus dogmas e ensinamentos religiosos, a exemplo do “feministas querem acabar com a família”, quando na verdade o único conceito de família difundido e defendido pelas feministas é aquele onde a mulher é respeitada enquanto sujeita de seu corpo e suas vontades, sem relação de submissão; ou colocando a maternidade como algo que deve ser escolhido e não compulsório; ou ainda que há outros arranjos de família para além do modelo heteronormativo. Visões essas que não impossíveis de existirem no meio religioso.

²⁵ Ressaltamos a ONG Católicas Pelo Direito de Decidir, fundada em 8 de março de 1993 e pautada em prática e teoria feministas para promover mudanças nos padrões culturais e religiosos. Lutam pela laicidade do Estado, defendendo que este deve ser livre da interferência religiosa na criação e condução das políticas públicas. É hoje um movimento político de cunho internacional que se articula em organizações não-governamentais (ONGs) em 12 países pelo mundo. Formada por mulheres que são católicas, a ONG propõe um questionamento sobre determinadas leis eclesiais da instituição, em especial aquelas relacionadas ao aborto, direitos reprodutivos e à autonomia das mulheres sobre o próprio corpo.

FONTE: <https://catolicas.org.br/>

Também, de forma indireta, a parlamentar em questão fala de meritocracia, trazendo a ideia de que barreiras e superações são individuais. É como se tanto o fracasso quanto o sucesso dependessem apenas e exclusivamente de cada mulher. O discurso meritocrático potencializa as desigualdades, pois qualquer quadro analisado fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade a qual está inserido, é um mito que serve à reprodução perene das desigualdades e à manutenção do *status quo*.

Minoritariamente tiveram aquelas que citaram com ênfase o quanto reconhecem as dificuldades culturais e como o mundo da política lhes oferece diferenciações:

“Os preconceitos sempre existiram, no início precisei mostrar com muita força e trabalho que também era capaz de ocupar um cargo tanto no executivo quanto no legislativo. Passei por situações de, em reuniões com homens, não me deixarem falar ou não me derem espaço. [...] Já me senti discriminada sim, principalmente em locais políticos que estejam apenas homens.”

(Deputada D)

“A maior dificuldade é ter independência nas ações. [...] Já me senti discriminada sim. Homens ainda são maioria na articulação política e nos principais cargos políticos. Mulheres se tornam, nesse processo, coadjuvantes, com raras exceções.”

(Deputada F)

Em se tratando do feminismo, é interessante que apenas uma das parlamentares se auto identificou como feminista sem nenhuma ressalva. Uma outra se disse feminista, mas ponderando que não seria uma feminista radical, mas “moderada e conciliadora”. Também uma disse que era “defensora da causa feminista, mas não feminista”, apontando mais uma vez para a existência de uma carga de estereótipos pejorativos sobre o feminismo e suas representações.

Há uma desconexão entre a luta das mulheres e a conseqüente conquista dos seus direitos com o papel do Movimento Feminista e a importância da luta associativa e política das mulheres. Ou seja, todas estão ali, ocupando um espaço de poder e decisão, muito porque outras primeiras se organizaram em movimentos de luta por direitos e equidade entre os gêneros, mas tal cenário é apreendido como algo natural do curso da história ou mesmo como concessões. Nos perguntamos: por que muitas mulheres tem medo do feminismo? Por que o feminismo ainda é tão mal interpretado por tanta gente?

A recusa ao tema se dá muito porque envolve questões que são incômodas, como por exemplo a exigência do reconhecimento da mulher enquanto sujeita de direitos e dona de

seus corpos e escolhas; assim como também a bagunça proporcionada no modelo de organização social que confere á mulheres a sobrecarga de tarefas; ou ainda por pautar temas polêmicos para uma sociedade ainda bastante conservadora, a exemplo da descriminalização do aborto.

Ser feminista é, fundamentalmente, acreditar que homens e mulheres devam ter os mesmos direitos, considerando, claro, as especificidades. Como alguém pode ser contra isso? Ou, mais ainda, como uma mulher pode se posicionar contra isso? Ser feminista não está atrelado à orientação sexual, vestuário, ou tem algo a ver com ódio aos homens. Para além dos estereótipos que as feministas carregam, o medo de assumir o “título” também encontra muito corpo na misoginia tão presente na nossa sociedade patriarcal. O feminismo causa mal estar em uma sociedade que prefere fingir que não existem as diversas violências sobre nossas mulheres e meninas.

Interessante também que, mesmo as deputadas que reconheceram as dificuldades impostas pela cultura patriarcal, não se identificaram como feministas, embora suas falas (descritas acima) sejam potencialmente e potentemente feministas.

Quando mudamos a pergunta para “você acha que em nossa sociedade, nossa cultura oferece entraves para a participação da mulher na vida pública?”, as respostas das mesmas mulheres mudam. É quase uma unanimidade no apontamento desses entraves e de como ainda há resquícios de uma história recente onde as mulheres não tinham seus direitos políticos:

“Muitos entraves. Começando por desestimular a candidatura de mulheres. Ainda ouvimos muito que mulher tem que ficar em casa, cuidas dos filhos, da casa. As mulheres estão sempre lutando contra o machismo para ocupar os espaços de decisão, de poder.”

(Deputada A)

“Acho que ainda estamos corrigindo todos os entraves trazidos de um passado muito recente de preconceito. Só votamos há 89 anos.”

(Deputada B)

“Ainda temos um caminho muito longo a ser percorrido, mas hoje já vemos grandes entradas para mulheres na política, principalmente as cotas dos partidos, que são um incentivo a mais.”

(Deputada D)

“Muitos entraves. A mulher sempre se sente diminuída, tende a pensar que o homem tem mais capacidade, ela já se coloca numa posição de inferioridade, o que tem a ver com a criação, aí ela sempre tem medo do papel principal. É a mulher que faz toda a preparação das campanhas e projetos políticos, mas na hora de ir a frente, ela tem medo.”

(Deputada G)

Essa contradição nas respostas evidencia que elas têm consciência da diferenciação na socialização, mas sem assimilar tais diferenças nas suas vivências no campo político. Muitas vezes o tratamento discriminatório sofrido por elas ou outras consequências que revelam a violência simbólica de um gênero sobre o outro dentro das instituições e do jogo político, acontece de forma velada, dificultando a leitura e apreensão por parte das sujeitas oprimidas. Essas respostas demonstram uma leitura feminista, embora não percebam.

A única exceção se deu com a parlamentar advinda das igrejas neopentecostais, que conclui que essas dificuldades e diferenciações se dão por escolhas das próprias mulheres e não por cultura ou socialização:

“O entrave que eu digo depende da mulher. Nada tem a ver com a nossa cultura. As mulheres buscam, em sua maioria, outras formações, outros campos. Somos pouquíssimas nos parlamentos municipal, estadual e federal porque depende do interesse da mulher. Não sei o que acontece com essa falta de interesse exorbitante pela política.”

(Deputada E)

Essa recusa ou desinteresse é, inclusive, a principal respostas das entrevistadas quando indagadas sobre o que seria necessário mudar para que mais mulheres participassem da política. Pelas respostas, é como se houvessem saídas individuais para um problema coletivo.

Sobre isso, pontua-se que vamos continuar enfrentando o desafio da desconexão entre a baixa presença de mulheres participando da política e a baixa proposição de uma agenda política de escopo feminista se o significado dado à mesma for pela explicação de “uma recusa” ou da “falta de ambição” das mulheres em participar. A questão é muito mais complexa e emaranhada de uma série de teias de um jogo político construído e mantido por homens e para homens.

Outro ponto importante a considerar é que das sete entrevistadas, cinco consideram que mulheres fazem política diferente dos homens, principalmente por questões de

características colocadas como inerentes ao sexo feminino, fazendo com que as mulheres tenham “um olhar mais humano e sensível” na política:

“Homens e mulheres fazem política igual, mas o olhar feminino para questões e direitos das mulheres é uma particularidade das mulheres na política. Fazer uma PL sobre violência contra as mulheres, assédio, absorventes, gestantes, puerpéreas e alguns pormenores que a maioria dos homens não tem a vivência, nesse ponto as mulheres se destacam. [...] Muitos homens ainda ignoram a violência e o assédio praticados por alguns amigos, por exemplo. Uma mulher sempre está do lado da outra até o fim. A sororidade consiste nisso, uma mulher ajudar a outra. E como disse anteriormente, algumas demandas e interesses são vistos por quem sofre, quem precisa.”

(Deputada A)

- Não acho que mulher faz política diferente. Acho que existem bons e maus políticos, independente de gênero, mas sem dúvida defendemos melhor as outras mulheres! Mulher consegue ir além e se preocupa de fato com o todo.”

(Deputada B)

“Acredito que sim. Mulher consegue fazer várias coisas ao mesmo tempo, cuidar da casa, dos filhos, marido e ainda ser uma executiva. Temos um olhar sensível a várias situações, acolhemos com o coração.” [...] Mulheres entendem mulheres. Nada melhor do que uma mulher para saber na prática o que outras mulheres precisam.”

(Deputada D)

“Mulher faz política muito diferente dos homens. O homem é sempre mais frio, isso é a natureza dele, assim como temos a natureza materna, então quando a gente entra pra fazer política, a gente sempre se envolve, sempre pensa como na casa da gente, o homem não, ele entra como um negócio e aí com isso ele se sensibiliza muito menos com as situações. [...] Com certeza as mulheres representam melhor outras mulheres, porque você vivencia, você se envolve mais, então ela vai criando mais relação com as pautas.”

(Deputada G)

Nos relatos foram comum termos como sensibilidade, honestidade, feminilidade e cuidado, todos compreendidos como características inerentes às mulheres e de efeito positivo na atuação política, funcionando como um acréscimo qualitativo. As entrevistadas associam tais características ao gênero, sem perceberem que, ao afirmarem que as mulheres são mais sensíveis e cuidadosas, estão corroborando com o discurso das diferenças que marcam o exercício do poder entre mulheres e homens. Para Ferreira (2003), o sexo biológico contamina o sexo social, há uma relação entre ambos de mediação levada a efeito pelas estruturas simbólicas, como a linguagem.

Como visto, cinco das sujeitas da pesquisa consideram que as mulheres são melhores defensoras dos interesses e demandas do público feminino, por conta das vivências. Há uma percepção geral positiva sobre o papel da mulher, bem como a ideia de que a presença da mulher faz diferença no processo de definição de políticas públicas importantes para o público feminino, trazendo à cena a questão da representatividade, entendida como a premissa de que mulheres eleitas atuam em defesa de interesses das outras mulheres e garantem as possibilidades de que as reivindicações desse público se transformem em políticas efetivas.

Todas as deputadas entrevistadas alegaram que não têm dificuldades em conciliar a vida pública com a privada. Citam que é preciso um certo nível de gerenciamento, mas colocando a questão como “tranquila e/ou natural”. Como já tratado nesta pesquisa, à mulher cabe o trabalho (não remunerado) da reprodução, dessa forma, as mulheres públicas tendem a não abrirem mão desse papel, esforçando-se para “dar conta de tudo”. Obviamente que, no caso das detentoras de mandato, suas condições econômicas lhes permitem pagar auxílios e formar uma rede de apoio que lhe dão sustentação nas tarefas de maternidade e gerenciamento do lar.

4.3 A RELAÇÃO COM OS PARTIDOS

Um dos panos de fundo desta pesquisa esteve na hipótese de que alguns dos entraves à participação das mulheres na política residem na própria dinâmica de funcionamento dos partidos. São dificuldades que, por um lado, resultam das formas de organização da política partidária, numa dimensão predominantemente masculina; por outro, derivam da dinâmica de relações culturais da esfera privada, que dificultam a intervenção pública das mulheres.

Foi unanimidade, entre as deputadas entrevistadas, o reconhecimento quanto ao apoio recebido de seus partidos, materializados principalmente na distribuição dos recursos do Fundo de Campanha e nas “consultas” nas tomadas de decisão, mesmo apenas uma delas sendo membro das instâncias de direção de seus partidos.

Perguntadas sobre quem seria a principal liderança ou figura pública de seus partidos, todas as respostas convergiram a nomes de políticos homens, majoritariamente mandatários e/ou presidentes dessas agremiações. Importante destacar que é a deputada advinda das igrejas evangélicas, com perfil ideológico de direita, a única a presidir seu partido estadualmente.

Todas responderam positivamente quando questionadas se seus partidos teriam Secretaria ou Coletivo de mulheres, embora a maioria tenha admitido que participa pouco ou quase nada desses espaços, porém ressaltando sempre, de forma unânime, sobre a importância dos mesmos.

Salienta-se que os estatutos partidários das agremiações das deputadas entrevistadas não apresentam diferenças significativas entre si, nem sobre o processo de recrutamento, nem sobre mecanismos de geração de oportunidades de acesso à representação. Na verdade, no caso brasileiro em geral são raras as exceções onde as instâncias diretivas partidárias adotam algum nível de equilíbrio entre homens e mulheres. Porém, a literatura indica que essas diferenças têm efeito na potencialização de quadros políticos com maior chance de alcançarem cargos eletivos, e que partidos localizados mais à esquerda do espectro ideológico apresentam-se como possibilidades um pouco mais amplas para a representação das mulheres (ARAUJO, 2005; PERISSINOTO e BOLOGNESI, 2009). Também apenas dois partidos, dentre os quais as interlocutoras da pesquisa pertencem, tem relação com movimentos sociais – PCdoB e PDT – o que contribui no baixo recrutamento de quadros femininos advindos desses movimentos e não apenas as atoras vindas de família política.

Também frisamos que as que passaram por mais de um partido político em sua trajetória pública, justificam a mudança em função das circunstâncias do jogo político, onde o cálculo eleitoral é definidor, dessa forma, procuraram partidos onde teriam mais chance de serem eleitas. Não há, entre as entrevistadas, uma identidade histórica e/ou ideológica com seus partidos. As relações são mais pragmáticas.

Importante indicar que todas as entrevistadas pontuam o papel dos partidos como um dos principais incentivadores para a maior participação das mulheres na política, seja fomentando a participação feminina internamente, seja indicando as mulheres para os espaços de poder:

“É necessário mais incentivo à participação na política para as meninas, aumento de cotas, fiscalização e prevenção do esquema de mulheres laranjas em partidos, entre outras coisas.”

(Deputada A)

“Acho que os partidos precisam continuar investindo na participação feminina, indo além do voto. Começando a observar e destacar a importância da mulher na política e fazendo com que elas se sintam valorizadas, assim, incentivando outras mulheres.”

(Deputada B)

“São poucos partidos do Brasil que dão apoio, essa confiança, como ele nos deu aqui assumindo essa presidência no Maranhão. Estou muito feliz e creio que estou no lugar certo. [...] São poucas mulheres que ocupam esse espaço de presidente estadual de um partido. O ***** dá essa oportunidade pra que a gente possa se sentir valorizada.”

(Deputada E)

“O grande problema dos partidos é que eles só trabalham pensando em eleição. Se eles trabalhassem melhor os anos que não tem eleição, focando em formação política e de lideranças para mulheres, nós teríamos mais mulheres na política.”

(Deputada G)

Infelizmente é bastante comum que os cargos de indicação, aos quais os partidos tem direito nas negociações e composições de governos, vão para partidários homens, sobretudo mais velhos e brancos. E são exatamente esses espaços que capitalizam politicamente as figuras públicas. Sobre isso, Sineau (1991) enfatiza que as organizações partidárias tem um funcionamento oligárquico, fazedoras de um jogo de acusação da recusa das mulheres na participação partidária e de uma fraqueza do ativismo das mesmas, ou mesmo de invocar a misoginia da opinião pública como forma de justificar seus não investimentos eleitorais em mulheres.

Também Osório (2002), diz que os partidos reproduzem estereótipos que excluem a mulher da política ao transpor para o espaço de poder as competências que lhe são reconhecidas na esfera privada. “A mulher continua sendo uma espécie de garantia da ordem e do bem-estar familiar tanto no discurso oficial, quanto nos incentivos para a participação política” (OSÓRIO, 2022, p. 431).

Importante frisar que todas consideram as cotas de gênero como instrumento necessário para o incentivo à participação de mulheres, embora algumas tendo pontuado a insuficiência desse mecanismo, sobretudo porque ainda é bastante naturalizado as candidaturas laranjas, usadas apenas para cumprimento da legislação, a exemplo das falas a seguir:

“Sou a favor das cotas. O mundo todo tem uma dívida com as mulheres e se ainda precisamos de cotas para que as mulheres ocupem os espaços de decisão, acho válido.”

(Deputada A)

“Considero as cotas insuficientes para estimular a participação feminina na política.”

(Deputada F)

“Acho importantíssimo, porque sem as cotas é ainda mais difícil as mulheres alcançarem a paridade. É um incentivo.”

(Deputada F)

Sem o objetivo de questionar a importância das cotas, consideramos necessária e urgente a inserção, na agenda nacional, do debate da reserva de cadeiras (não apenas de candidaturas) nos legislativos, contribuindo para o ingresso de quadros partidários femininos nos cargos de representação, ainda que fosse uma porcentagem menor que os 30% reservados nas chapas.

Como instrumento mediador da representação e da participação política moderna, os partidos tem um potencial emancipatório e igualitário que pode colaborar no processo de democratizar a democracia. Em vez de serem mecanismos de entrave, podem ser espaços de incentivos e possibilidades para as mulheres. Nesse sentido é urgente e necessário que os partidos construam mecanismos reais e atuantes de discussão sobre o empoderamento e incentivo às mulheres. Assim como também a construção de articulações suprapartidárias das parlamentares femininas.

Ressalta-se que o sistema eleitoral vigente, com lista aberta regendo as disputas proporcionais no país, conduz a estratégias de campanha centralizadas em candidaturas pessoalizadas (majoritariamente de homens), desconsiderando o caráter coletivo do partido e potencialmente ampliando o desequilíbrio entre candidatos homens e mulheres. Como cita Meneguello (2012), as experiências de países que adotaram sistemas de competição eleitoral com base em listas fechadas de candidaturas, mostram que esse mecanismo abre espaços ampliados para a eleição de candidatas mulheres. Porém, no caso brasileiro, a presença de estruturas oligárquicas na organização e direção dos partidos traria limites claros aos efeitos da implantação de novas regras de elaboração de listas eleitorais, o que desencadearia em uma continuidade de concentração de prioridades nas mãos de lideranças consagradas, os chamados “caciques”, portanto, impondo limites à renovação de quadros.

Nessa direção, consideramos primordial a reivindicação pela maior partilha de poder partidário com mulheres, negros, indígenas, jovens, LGBTIs, num sentido participação efetiva desses grupos nas instâncias partidárias que deliberam sobre as táticas eleitorais, os recursos políticos e financeiros, a definição de mecanismos de incentivos e o processo de recrutamento.

4.4 A ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Todas as parlamentares ouvidas avaliam positivamente seus mandatos, o que nos mostra que, apesar do acúmulo de tarefas (maternidade, gerenciamento do lar e atuação como mulher pública), da pressão social recebida (sobre dar conta dos papéis do mundo privado e público sem falhas) e da auto cobrança tão comum entre as mulheres, as que alcançam um cargo eletivo tem ciência de que fazem bem seu papel, apesar dos percalços e do contexto difícil de pandemia:

“Eu tenho uma atuação bem plural e humanizada. Legislo para a causa feminina, pelo direito dos trabalhadores, dos consumidores, pela energia sustentável, para os animais.”

(Deputada A)

“Acho minha atuação boa. Estamos vivendo um período de dificuldades extrema. Nossos esforços estão muito voltados para a pandemia, isto dificulta muitas outras ações.”

(Deputada B)

“Acredito que minha atuação é muito boa.”

(Deputada C)

“Acredito que esteja sendo bastante positivo. Tenho feito muito pelo nosso Estado, entregando obras e recursos aos municípios.”

(Deputada D)

“Como deputada estadual, pela graça de Deus, estamos passando por um momento muito difícil como parlamentar. Não tem sido fácil esse momento de pandemia pra gente corresponder da forma que queríamos aos nossos eleitores, mas a gente tem se empenhado dentro das nossas limitações crendo assim que estamos correspondendo ao nosso povo.”

(Deputada E)

“Me considero atuante.”

(Deputada F)

“Nós tivemos muitos prejuízos em função da pandemia, porque a gente pensa que o grande desenvolvimento de um parlamentar é a tribuna, mas na verdade trabalhamos muito mais fora da Assembleia, então há mais de um ano estamos trabalhando com muita limitação, principalmente a ausência do corpo a corpo, ouvindo de perto as pessoas e fomentando suas demandas a partir daí. Mas dentro dessas dificuldades conseguimos avançar. Espero que a gente possa logo retomar as atividades presenciais, os eventos, palestras e cursos que a gente tinha pensado para as comunidades e categorias.”

(Deputada G)

Respondendo sobre suas principais bandeiras de atuação, as deputadas citam áreas diversas, mostrando que não estão presas a estereótipos do que é a atuação da mulher, apontando também o atendimento às suas bases pelo interior do estado:

“As principais são o combate à pobreza, direitos das mulheres, fortalecimento do Sistema Único de Saúde, geração de renda, melhorias para a educação, desenvolvimento sustentável, direitos humanos...”

(Deputada A)

“Saúde, infraestrutura, cidadania, educação, acessibilidade e políticas públicas para as mulheres”

(Deputada B)

“Saúde e apoio aos municípios.”

(Deputada C)

“Municipalismo, defesa dos menos favorecidos, mulher.”

(Deputada D)

“Por ser cristã, a nossa principal bandeira é em defesa da família e princípios cristãos. Também estamos na luta pelos órfãos, viúvas e pelas nossas crianças. Estamos com diversos projetos nessas causas porque creio que todas envolvem a família.”

(Deputada E)

“Saúde pública, saúde das mulheres, direitos das crianças e adolescentes. Infraestrutura.”

(Deputada F)

“Saúde, por conta da minha profissão. E as causas sociais, por causa da igreja.”

(Deputada G)

Destaca-se a pauta, ampla e meio difusa, chamada de “defesa da família”, citada pela deputada ligada às igrejas evangélicas. É um termo que tem bastante apelo popular. Afinal, o que é defender a família? Que modelo de família estamos falando? Quem não defende a família?

Esse termo “família” apareceu como uma categoria central para o entendimento dos direitos humanos no contexto do neoconservadorismo do século XXI. No governo de Jair Bolsonaro, emblematicamente o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos traduz isso.

A bancada evangélica tem crescido substancialmente, bem como as “pautas morais”, fincadas em modelos heteronormativos e conservadores de relações e instituições.

Vital e Lopes (2012), falam que a participação do campo religioso na política não é um fenômeno novo no país, mas a visibilidade e influência junto aos governos tornaram esses atores relevantes para uma análise da política brasileira atual. As lideranças evangélicas têm organizado suas redes de relações para atuar ativamente nas eleições, indicando candidaturas e participando do jogo de alianças e das campanhas eleitorais de modo explícito e sistematizado. Hoje a bancada evangélica é a segunda maior do Congresso Nacional, perdendo apenas para a bancada ruralista. Além disso, os grupos religiosos são detentores de diversos veículos de comunicação, alguns com cobertura nacional, além de estarem bastante organizados também das redes sociais, com *lives*, transmissões ao vivo de eventos de massa pela internet, e distribuição em massa de notícias através dos aparelhos celulares de seus fiéis.

Para os referidos autores, a partir da organicidade da Frente Parlamentar Evangélica, a partir de 2006, e a firme tomada de posição conjunta frente aos temas que avançam na agenda pública nacional, pode se falar na formação de um Projeto Político comum dos evangélicos, que vem ganhando cada vez mais força. E isso se dá, basicamente: a) pela capacidade que esses atores políticos têm de recolocar temas que estão em curso no Congresso Nacional; b) pela capacidade de disseminarem seus argumentos e os difundirem no meio religioso e para fora dele, obtendo muitas adesões; c) pela capacidade de pautarem a agenda governamental através da mídia e da articulação política nos diversos órgãos de governo.

Os autores pontuam, ainda, que, num sistema político como o que temos, de presidencialismo de coalizão e sendo as alianças político-partidárias uma necessidade inerente à governabilidade, as lideranças evangélicas se tornaram atores relevantes no jogo, em parte pelo grande poder de convencimento dos milhões de fiéis, em outra porque conseguem sustentar campanhas eleitorais com grande visibilidade na sociedade. O nível de organização e barganha desses grupos no Congresso é algo que impressiona.

Tudo isso nos traz o debate sobre a laicidade do Estado brasileiro. Vital e Lopes (2012), citam que os estudos sobre essa temática no país convergem todos para uma mesma ideia predominante sobre laicidade e secularização: a de que a manutenção da separação entre a esfera pública ou estatal e as religiões é condição fundamental para o pleno exercício da democracia, assim como para a garantia de direitos das minorias demandantes e para o exercício da cidadania.

Vale ressaltar que a nossa Constituição de 1988, nosso Estatutos – da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Juventude –, e a ONU apreendem a família como uma instituição fundamental, sendo o centro da vida social, garantindo o bem-estar de seus membros, educando e socializando crianças e jovens e cuidando de jovens e idosos. Porém, a ideia de família encontra entraves morais em nossa sociedade quando pensadas a partir dos direitos e liberdades individuais.

A versão do Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNDH-3, lançado em 2009, por exemplo, teve de ser refeita em muitos pontos, ou alterado sua redação, retirando pautas consideradas polêmicas, como a descriminalização do aborto, devido a duras reações de setores conservadores, momento simbólico e incisivo da ofensiva antigênero no país, em crescimento na última década. Em 2011, o material “Escola Sem Homofobia” foi vetado pelo governo devido também à pressão de religiosos conservadores. O então deputado federal, hoje presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, foi uma das figuras que aproveitaram a ocasião para alimentar o que Miskolci (2007) chama de “pânico moral,” por conta da distribuição deste material, amplamente divulgado como “kit gay”, nome pejorativo que vingou e contribuiu para sua eleição em 2018. Miskolci (2007) nos lembra que essa suposta ameaça que os gays representariam estaria ligada à ordem social onde a família teria um papel central, já que ela seria vital para a manutenção de certos alicerces da sociedade capitalista-patriarcal: hierarquia entre os sexos, transmissão de propriedade e, principalmente, transmissão de valores tradicionais.

A eleição de Jair Bolsonaro é tratada por Almeida (2019), a partir da análise do papel do conservadorismo e dos evangélicos na crise brasileira desencadeada com os protestos de junho de 2013, crise essa bastante polarizada nas eleições de 2014 e aprofundada com o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, em 2016. A eleição de Bolsonaro em 2018 – considerado de extrema direita – seria o desdobramento mais recente dessa crise. O processo social mais amplo, denominado no debate público de **onda conservadora**, articula, pelo menos, quatro linhas de forças sociais: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante.

Entendemos ser de grande importância o debate sobre outra religiosidade possível, pautada nos direitos humanos, nos valores progressistas, numa perspectiva religiosa de uma espiritualidade mais autorresponsável, inclusiva e plural.

Ainda sobre suas atuações, quando perguntadas sobre a pretensão de continuarem com a carreira política, todas as deputadas afirmam que sim ou que estão avaliando a questão, mas nenhuma dão uma negativa. O que remete a uma autoconfiança dessas parlamentares quanto a sua atuação ou sobre seu papel no grupo político, familiar ou social que pertencem/representam. Não estão na política meramente para preencherem um espaço deixado ou cedido por um político homem, mas se reconhecem como mulheres públicas competentes e responsáveis com os que as elegeram.

4.5 A TEORIA FEMINISTA COMO REFERENCIAL TEÓRICO NO ESTUDO DOS DADOS

O feminismo é o referencial teórico adotado nesta pesquisa sobretudo porque se coloca a discutir as diferenças das ações políticas desenvolvidas por homens e mulheres, bem como a apreender até que ponto essas distinções podem derivar particularidades que nos ajudam a clarificar as questões que interrogamos aqui. As vivências e as práticas feministas demarcam e direcionam nosso olhar, sempre considerando a trajetória sexista e as diferentes formas que as mulheres tem superado as exclusões e negações de participação.

A teoria feminista se fundamenta em analisar como pensamos ou evitamos pensar sobre gênero, como estas categorias são construídas e experimentadas e como pensamos ou não pensamos (tão importante quanto) sobre elas (FLAX, 1992).

Um dos principais objetivos da teoria feminista é exatamente analisar as relações de gênero para, assim, compreender como são construídas as relações sociais e de poder. Assim sendo, à luz de teóricas feministas consagradas, como Saffioti (1978), Scott (1999, 2002 2008), Flax (1992), Mouffe (1999) e de outras mais modernas, como Avelar (2001), Pateman (2004), Araújo (2001, 2020, 2021), Ferreira (2010), Scanove (2008), Pinto (2003) e Pinheiro (2007), buscamos reflexões que desmascaram o particularismo que se esconde sob os ditos ideais universalistas, que na verdade sempre foram mecanismos de exclusão, fazendo com que seja necessário o debate e a proposição da edificação de uma democracia radical e plural, como condição para a construção de uma identidade política comum que geraria condições para o estabelecimento de uma nova hegemonia construída a partir de novas relações, novas práticas e novas instituições sociais igualitárias (MOUFFE, 1999).

Scott (2002), em seu importante estudo sobre a participação das mulheres francesas na construção da democracia, nos faz compreender como o liberalismo francês norteou a

formulação de uma cultura excludente para aqueles que não se enquadravam no conceito de cidadãos ativos, influenciando fortemente a questão da cidadania feminina reduzida nos séculos posteriores. Para a autora, a categoria gênero escancara as contradições e omissões que legitimam a aceitação da exclusão feminina nos espaços públicos e de poder a partir de explicações da “natureza feminina”, transformadas em lei. Nessa direção, as diferenças biológicas entre homens e mulheres sempre serviram de justificativas para relativizar as exclusões das mulheres, vistas como uma explicação ontológica para um tratamento diferenciado no campo social e político.

Portanto, o feminismo trata da construção de um novo modelo de identidade questionador das formas históricas de identificação da mulher nas práticas sociais. O espaço de representação política das lutas feministas cumpre com o papel de viabilizar a construção de uma cidadania plena, num processo de formação de mentalidades direcionadas para a construção de uma democracia representativa, plural e incluyente.

É a teoria feminista que nos aponta claramente sobre como as mudanças na política podem ser derivadas das contribuições de diferentes organismos, como os partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais e a mídia (AVELAR, 2001). Somente a partir da luta organizada e do desenvolvimento de uma consciência política das mulheres enquanto sujeitas de direito e cidadãs plenas que tem ciência da condição desprivilegiada à que estão submetidas na sociedade, é que as mulheres se colocarão no jogo político como ativas e protagonistas. E é a teoria e a prática feministas que fazem isso. E são as feministas que trazem a compreensão de como as desigualdades entre homens e mulheres quanto às funções que desempenham, aos lugares que ocupam e às características que apresentam, resultam de diferenças muito mais amplas e complexas do que apenas as biológicas.

A teoria feminista tem se desafiado, desde os anos 70, a tornar-se um novo paradigma de compreensão da realidade. Obviamente que isso passa por uma reflexão sobre o paradigma tradicional, que é positivista, visão dominante no processo de produção do conhecimento. Esse modelo de cientificidade constituído de objetivação, experimentação e matematização, traz dificuldades metodológicas para as ciências humanas, onde os fenômenos estudados são essencialmente qualitativos (PAIVA, 1997).

Autoras feministas sugerem que a teoria seja caracterizada pela orientação contextual e ênfase no subjetivo. Scott (1999), trata disso pontuando a necessidade de uma

teoria que quebre a influência conceitual das tradições antigas da filosofia (ocidental) que construíram sistemática e repetidamente o mundo de forma hierárquica em termos universais masculinos.

Em se tratando da epistemologia feminista, Young-Eisendrath (1993) diz que o feminismo nos oferece duas dimensões: desconstrução e reconstrução. Desconstrução porque critica hipóteses culturais e psicológicas baseadas em inferioridade do gênero feminino. Reconstrução porque articula o sistema de conhecimento feminista através de novos contextos sociais, novos significados e novos discursos sobre identidade e atuação feminina.

Assim sendo, procuramos tratar dos dados coletados nesta pesquisa a partir de um olhar crítico sobre o papel da mulher, a cultura patriarcal e as singularidades do fazer político das mulheres, estas um produto derivado de processos e dotado de influências de um mundo feito de homens e para homens.

5 CONCLUSÃO

Em todo o mundo, as questões relacionadas às mulheres são preocupantes. Em um país como o nosso, onde as desigualdades sociais e raciais são imensas, o quadro se complexifica. As mulheres pobres, negras e indígenas, por exemplo, enfrentam duplamente as dificuldades já elencadas aqui.

A opressão das mulheres só é possível de ser entendida dentro de uma construção histórica, cultural e social, produzida e reproduzida na esfera de uma sociedade patriarcal e capitalista que submete mulheres, no mundo simbólico e material, a relações de poder opressivas e violentas.

Entendemos ser de grande importância a demarcação e a insurgência política, ideológica, propositiva e prática das mulheres perante qualquer forma de opressão, não só para o fortalecimento da auto-organização feminista, mas também para não perdermos a dimensão que a luta se dá, sobretudo pela materialização na vida cotidiana, no sentido de superar todas as formas de desigualdades existentes na sociedade, com ênfase na emancipação plena das mulheres.

A esfera pública também é da mulher. Este trabalho pretendeu mostrar que as dificuldades encontradas pelas mulheres na participação na política representativa podem e devem ser enfrentadas e vencidas cotidianamente. Porém, há a necessidade de tais mulheres fazerem diferente em suas práticas e não reproduzirem um fazer político carregado pelo ranço clientelista, classista, capitalista e patriarcal.

De acordo com o estudo feito na Assembleia Legislativa do Maranhão, confirmamos nossa hipótese de que uma das principais portas de entrada das mulheres na política é o pertencimento a famílias de tradição política, sendo mais difícil o ingresso das mulheres advindas dos movimentos sociais de base e/ou com pouco capital político. Os dados confirmam a manutenção perseverante de uma cultura patriarcal, onde o sucesso feminino na esfera pública resulta, majoritariamente, da influência masculina familiar. Porém, ressaltamos que a parentalidade com políticos homens não é uma característica apenas das mulheres, mas também dos parlamentares homens no Maranhão, é, portanto, uma característica da política local, bastante carregada pelo traço oligárquico e hereditário.

Confirmamos, como uma das respostas ao nosso objetivo geral, que a socialização diferenciada, que dita o que é papel de mulher, é um grande entrave para maior equidade entre

os sexos na política formal. Mesmo a mulher ocupando hoje muitos espaços antes predominantemente masculinos, ainda se legitima a esfera privada como sendo o palco natural da mulher. Esta é educada não para ser ativa e sim passiva, não para estar nos palcos de decisão e sim nos bastidores, não para atuar em toda e qualquer área e sim nas áreas de tradição feminina. A desigualdade derivada das relações de gênero no mundo privado e público constitui um entrave central para a transformação do domínio masculino da política.

Confirmamos também como um outro fator que explica a baixa presença de mulheres no legislativo, a questão da lógica partidária masculinizada. Tal lógica ainda prioriza o homem e o poder financeiro dos candidatos. Os cargos de indicação e a liderança de áreas que não a social, ainda são oferecidos majoritariamente aos homens e são estes as principais figuras públicas das agremiações partidárias, bem como os dirigentes das instâncias de decisão em seus partidos. São evidentes problemas na organização interna partidária, que interferem na dinâmica de recrutamento de candidatas, na composição das instâncias diretivas e na distribuição de recursos políticos partidários e de campanha.

Concluimos que as dificuldades maiores são de ingresso das mulheres nos cargos legislativos, mas quando eleitas, estas se dizem respeitadas e aclamadas pelos colegas políticos homens, pelas instituições que representam e pela sociedade. Pontua-se aqui que essa falta de apreensão dos tratamentos diferenciados, do machismo velado e dos silenciamentos existentes, tão denunciados por outras mulheres, em outros espaços de poder e em outras pesquisas, se dá muito mais pela leitura um tanto quanto rasa sobre as posturas e posicionamentos dos colegas homens e de toda essa estrutura patriarcal que nos cerca e que dita a forma como as mulheres são tratadas pela mídia, pela misoginia social e pelas instituições feitas de homens.

Observou-se que as mulheres se consideram sim melhores representantes dos interesses e demandas da classe feminina, por saberem exatamente as necessidades das suas iguais. Essa termina sendo uma bandeira de campanha para elas, uma forma de ganharem credibilidade, reconhecimento e maior capital político.

As deputadas ouvidas são enfáticas no sentido de clamar para que mais mulheres se interessem pela vida política e se encorajem a entrarem em disputas eleitorais, além de pautarem também o apoio e incentivo dos partidos para tal. Esta preocupação é justificada se pensarmos na necessidade e importância da participação feminina como ação transformadora das estruturas de poder e das instituições.

Portanto, nosso objetivo geral - analisar fatores que interferem na baixa presença de mulheres no legislativo maranhense – foi alcançado. Em suma, pontuamos a cultura patriarcal, a lógica partidária machista e exclusão história das mulheres da construção da democracia e da cidadania. Quanto aos nossos objetivos específicos, concluímos que também foram tratados: identificar aspectos sociais e culturais que especificam papéis diferenciados á mulheres no âmbito da política eleitoral (análise feita no primeiro capítulo); apresentar o contexto histórico do acesso das mulheres em cargos eletivos no Maranhão e traçar o perfil das parlamentares com mandatos vigentes na Assembleia Legislativa do Maranhão (discorridos no segundo capítulo); e debater os mecanismos que capitalizam politicamente a mulher para disputas eletivas (pontuado no terceiro capítulo).

Reafirmamos aqui, como um mecanismo de incentivo à maior participação feminina, o financiamento público de campanhas, entendendo que as práticas usadas com o financiamento privado inibem a entrada das mulheres pobres e “anônimas”. Além disso, como caminho para dirimir desigualdades entre gêneros, os partidos deveriam indicar mais mulheres aos cargos públicos, para que estas se legitimem perante a sociedade e se capitalizem politicamente para as disputas.

Ademais, que criem ou fortaleçam espaços internos voltados às mulheres, para que se tornem mecanismos de formação política e formação de quadros; que sejam fiéis no cumprimento e fiscalização das cotas; que realizem cursos de capacitação/formação política para mulheres, dentre outras medidas, colocando-se, assim, como mecanismos que incentivam e promovem efetivamente a participação feminina.

As cotas de gênero na política são analisadas de forma positiva, mas com ponderações acerca de sua implementação, que encontra limites nas formas de estímulo desenvolvidas pelos partidos. As cotas, assim como o financiamento das campanhas e o repasse de recursos, são mecanismos permeáveis a preferências e prioridades internas, e predominantemente definidas a partir do sucesso eleitoral de candidaturas já conhecidas, sendo estas em sua ampla maioria, de homens brancos. Sem questionar a importância desse mecanismo, consideramos urgente a inserção, na agenda nacional, do debate da reserva – não de candidaturas – de cadeiras nos legislativos.

O incentivo à criação e fortalecimento de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, com a função de assessorar, fiscalizar e realizar o controle social das políticas para

mulheres são proposições viáveis, além da elaboração e implementação, por parte das prefeituras, de planos municipais de políticas para mulheres.

Os dados levantados sobre a influência da religião na política são importantes, sobretudo porque uma das deputadas eleitas no Maranhão e entrevistada para esta pesquisa é oriunda das igrejas evangélicas e pauta toda sua atuação e bandeiras a partir de valores religiosos, corroborando com a assertiva do crescimento da onda conservadora que desencadeou na eleição do atual presidente e no que é chamado hoje de “bolsonarismo”. Tal questão não estava presente em nossas hipóteses, mas surgiu como debate indispensável ao longo das análises das categorias construídas.

Entendemos ser urgente e necessária uma agenda política de afirmação positiva da pluralidade e heterogeneidade da nossa sociedade a partir de dentro do parlamento, exigindo-se a inclusão política de perspectivas diferenciadas oriundas de grupos inferiorizados na nossa sociedade. É preciso resistir àquela velha estratégia de dominação que o campo político estabelece para as mulheres que chegaram lá: isolá-las em espaços e temáticas de pouco prestígio e poder no âmbito dos partidos, das casas legislativas e nos espaços de coordenação de políticas públicas.

Compreendemos que este trabalho, por si só, não dá conta do tamanho do desafio, que é o da superação do machismo e da lógica institucional masculinizada. Portanto, a discussão e as proposições não se encerram aqui. É preciso uma incorporação efetiva dos valores que exaltam e valorizam a mulher, o que exige uma tarefa conjunta e continuada para que não haja mais opressões de nenhuma natureza – étnicas, raciais, de classe, de gênero. Diferenças não são e nem podem ser sinônimo de desigualdade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019.

ARAÚJO, Clara. **Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil**. Revista Estudos Feministas, n.1, p. 231-252, 2001.

_____. **A participação política das mulheres no Brasil: uma breve história**. Disponível em: <www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/cidadania/0027.html>. Acesso em: <22 mar. 2013>. Acesso em: <21 abr. 2020>.

_____. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 147-168. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n9/06.pdf>>. Acesso em: <21 jan 2021>.

ARRUZZA, Cinzia ; FRASER, Nancy; BHATTACHARYA. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO. **Deputados**. Disponível em: <<https://www.al.ma.leg.br/deputados/>>. Acesso em: <12 jan 2020>.

_____. **Bancada feminina na Assembleia aumenta após a posse de mais duas deputadas**. Disponível em: <<https://www.al.ma.leg.br/noticias/40606>>. Acesso em: <02 mar 2021^a>.

_____. **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Maranhão**. Disponível em: <http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/regimento_interno/regimentoInterno.pdf>. Acesso em: <01 abr 2021b>.

_____. **Assembleia cria Procuradoria da Mulher e elege primeira Procuradora da Mulher**. Disponível em: <<https://www.al.ma.leg.br/noticias/30050>>. Acesso em: <02 abr 2021c>.

AVELAR, Lúcia. (2002). **Mulher e política: o mito da igualdade**. N. 2, ano 1. Social Democracia Brasileira, ano 1, n. 2, mar. 2002.

_____. Participação política da mulher: o conservadorismo político feminino. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de (org). **Mulheres: da democracia à cidadania**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno (org.). **Palavra de Mulher: oito décadas do direito de voto**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BARCELOS, Júlia Rocha de. Financiamento de Campanhas de Mulheres. In: Tribunal Superior Eleitoral. **#Participa mulher - por uma cidadania feminina plena: homenagem à Ministra Cármen Lúcia**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

BARROS, Ezikelly. A Importância da Autonomia Partidária na Distribuição dos Recursos Destinados às Campanhas Eleitorais de Mulheres. In: Tribunal Superior Eleitoral. **#Participa mulher - por uma cidadania feminina plena**: homenagem à Ministra Cármen Lúcia. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Volume 1. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1998.

BRAGA, Hilda Maria Cordeiro Barroso. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos de investigação, elaboração de trabalhos acadêmicos e publicações científicas. São Paulo: Laços, 2015.

BUZAR, Benedito. **Maria Dalva: única mulher eleita à Constituinte de 1947**. Jornal o Estado do Maranhão. Caderno Alternativo. São Luís, p.3, agosto 2005.

BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: Lithograf, 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas**. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas/>>. Acesso em: <30 ago 2020>.

_____. **Quem São os Deputados**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>>. Acesso em: <29 mar 2021a>.

_____. **Breve Análise dos dados sobre candidaturas de mulheres nas eleições de 2018**. Disponível: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/breve-analise-dos-dados-sobre-candidatas-eleitas-receitas-nas-eleicoes-de-2018>>. Acesso em: <03 abr 2021b>.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Rosa. **A Mulher Brasileira**. O Dia, São Luís, nº. 26, 28 de junho de 1924, p.01. Acervo de periódicos da Biblioteca Pública Benedito Leite.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre Mulher e Violência. In: FRANCHETTO, Bruna (Org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COSTA, Ana Alice. **As donas do poder**: mulher e política na Bahia. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinar Sobre a Mulher, UFBA, 1998.

COUTINHO, Mílson. **História da Assembleia Legislativa do Maranhão**. São Luís: Sotaque Norte Editora, 2008.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO. **Relação dos Partidos e dos Candidatos Registrados do Tribunal Regional de Justiça deste Estado**. Diário Oficial. 10 de out. de 1934, p.03-08.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**: a efetividade da Lei 11.340/06 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 2. ed. rev. e ampli. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1974.

FERREIRA, Maria Mary. **Vereadoras e prefeitas maranhenses**: ação política e gestão municipal com enfoque de gênero. São Luís: EDUFMA, 2015.

_____. **Os bastidores da tribuna**: mulher, política e poder no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2010.

_____. **Mulher e Poder**: estudo sobre a ação e participação da mulher nos legislativos. Texto de qualificação de doutorado em Sociologia. Universidade Estadual Paulista, 2005.

_____. Mulher e Participação Política no Maranhão. In: _____; ALVARES, Maria Luiza Miranda, FERRERIA, Eunice. **Os poderes e os saberes das mulheres**: a construção do gênero. São Luís: EDUFMA; Salvador: REDOR, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. Guilhon Albuquerque. 12. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pós-modernismo e política**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GOVERNO FEDERAL. **Medida Provisória Nº 103 de 01 de Janeiro De 2003**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=103&ano=2003&ato=7deUTSq10dRpWT587>>. Acesso em: <29 mar 2021c>.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRETA, Roberta. Um Novo Passo Rumo à Igualdade de Gênero na Política: a prevenção da fraude à cota de gênero na Resolução -TSE nº 23.609/2019. In: Tribunal Superior Eleitoral. **#Participa mulher - por uma cidadania feminina plena**: homenagem à Ministra Cármen Lúcia. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

HIDRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **A História da Divisão Sexual do Trabalho Doméstico**: novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, vol. 47, nº 132, págs. 595-609, set.- dez. 2007.

IBGE – ESTADO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em: <03 abr 2021>.

MACHADO, Maria das Dores C.; MARIZ, Cecilia L. **Mulheres e Prática Religiosa nas Classes Populares**: uma comparação entre as igrejas pentecostais, as Comunidades Eclesiais de Base e os grupos carismáticos. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/34/rbcs34_05.pdf>. Acesso em: <23 ago 2021>.

MATOS, Marlise; CORTÊS, Iária (Org.). **Mais Mulheres no Poder**: Contribuição à Formação Política das Mulheres. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2010.

MENEGUELLO, Rachel [et al]. **Mulheres e negros na política**: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros. Campinas, SP : UNICAMP/CESOP, 2012.

MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social**: reflexões sobre o casamento gay. In: Cad. Pagu, Campinas, n. 28, June 2007.

MORAES, Maria Lygia Quartim. **Vinte anos de feminismo**. 1996. Tese (Livre-docência) - Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 1996.

MORAES, Jomar. (Org.). **Ana Jansen, rainha do Maranhão**. 2.ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 1999.

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2000.

MOUFFE, Chantal. Por uma política de identidade nômade. In: **Cidadania e Feminismo**: Debate Feminista. São Paulo: Melhoramento, 1999.

MURARO, R.M. **A mulher no terceiro milênio**: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro (4. ed.). Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Brasil fica em 167º lugar em ranking de participação de mulheres no Executivo, alerta ONU**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-fica-em-167o-lugar-em-ranking-de-participacao-de-mulheres-no-executivo-alerta-onu/>>. Acesso em: <30 set 2019>.

OSÓRIO, Conceição. Poder político e protagonismo feminino em Moçambique. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PACHECO, Maria da Gloria Costa. **O “Segundo Eleitorado”**: Voto e Participação Política Feminina no Maranhão (1900 - 1934). 2007. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação). Universidade Estadual Do Maranhão. Centro De Ciências Exatas e Naturais. Departamento de História e Geografia. Curso De História, São Luís, 2007.

PAIVA, Mirian Santos. **Teoria feminista:** o desafio de tornar-se um paradigma. Artigos, Rev. Bras. Enferm. 50 (4). Dez 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/6vxnfv6LJhjrHT5fM5LpWvN/?lang=pt>>. Acesso em: <02 set 2021>.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual:** o fim da história. In: ARAÚJO, Helena Costa (Org.). Ex Aequo: Revista da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres (APEM). Oeiras: Celta Editora, 2004.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política:** uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil:** da Colônia à 5ª República. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989.

REVISTA DO GLOBO, Rio De Janeiro, 1951, p.11-17.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. **Gênero e Política:** Lúcia Braga, do Assistencialismo à Projeção Pessoal. Disponível em: <file:///C:/Users/Ideapad320%20x6/Downloads/27862-Texto%20do%20Artigo-96306-1-10-20190124.pdf>. Acesso em: <24 ago 2021>.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes:** mitos e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa, (Org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCANOVE, Lucila. **Estudos de gênero:** uma sociologia feminista? Revista Estudos Feministas, v. 16, 2008.

SCHUMAHER, Schuma (Org.). **Dicionário Mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal:** as feministas francesas e os direitos do homem. Tradução de Élvio Antônio Funch. Florianópolis: Mulheres, 2002.

_____. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; et al. (Org.). **Falas de gênero.** Ilhas de Santa Catarina: Mulheres, 1999a.

_____. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In: **Cidadania e feminismo:** debate feminista. São Paulo: Melhoramentos, 1999b.

SENADO FEDERAL. Senado notícias. **Bancada feminina no Senado terá 12 integrantes em 2019.** Brasília: Senado Federal, 31 jan. 2019. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/31/bancadafeminina-no-senado-diminui-em-2019>>. Acesso em: <30 ago 2020>.

_____. **Atividade Legislativa - Projeto de Lei nº 2913, de 2019**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136787>>. Acesso: <02 mar 2021^a>.

_____. **Senadores em Exercício**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio/-/e/por-sexo>>. Acesso em: <30 mar 2021^b>.

SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Silêncios e transgressões: o protagonismo das mulheres brasileiras no século XX**. 1.ed. Jundiaí: Paco, 2018.

SINEAU, Marinette. Direito e Democracia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente: o século XX**. V. 5. Porto: Ed. Afrontamento: São Paulo: EBRADIL, 1995.

TEGA, Danielle. **Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

TOFFOLI, José Antonio Dias. **Os caminhos da cidadania e do voto no Brasil: um panorama histórico**. PEREIRA, Erick Wilson (org.). In: **Reforma política - Brasil República: em homenagem ao Ministro Celso de Mello**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2017.

TOFFOLI, José Antonio Dias. A Participação Política Feminina no Brasil. In: Tribunal Superior Eleitoral. **#Participa mulher - por uma cidadania feminina plena: homenagem à Ministra Cármen Lúcia**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

TOURAINÉ, A. **Na fronteira dos movimentos sociais**. Sociedade e Estado. Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan.-abr. 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>>. Acesso em: <30 set 2019^a>.

_____. **Estatísticas do eleitorado: por sexo e faixa etária**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-porsexo-e-faixa-etaria>>. Acesso em: <30 ago 2020>.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>>. Acesso em: <22 jan 2021^a>.

_____. **A Construção da Voz Feminina na Cidadania.** Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/contrucao-da-voz-feminina-na-cidadania.pdf>>. Acesso em: <17 mar 2021b>.

_____. **Eleições, plebiscitos e referendos.** Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-plebiscitos-e-referendos>>. Acesso em: <03 ab 2021c>.

VITAL, Christina da Cunha; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política:** uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

VOEGELI, Carla Maria Petersen Herrlein. **Criminalidade & Violência no mundo feminino.** 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

YOUNG-EISENDRATH, Polly. A pessoa do sexo feminino e como falamos dela. In: M. M Gergen (Ed.). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento.** Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos/Edunb, 1993.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1 Nome completo?
- 2 Nome político?
- 3 Estado civil?
- 4 Idade?
- 5 Naturalidade?
- 6 Número de filhos?
- 7 Escolaridade?
- 8 Religião?
- 9 Etnia?
- 10 Orientação sexual?
- 11 O que lhe motivou a entrar na política?
- 12 Já participava de algum movimento social, sindical, popular ou partidário antes de se candidatar a um cargo público?
- 13 Sua família tem tradição política?
- 14 Quais suas principais bandeiras de luta defendidas na campanha?
- 15 Quantas vezes já se candidatou?
- 16 Qual partido você está vinculada? Já esteve vinculada a outros partidos antes? Se sim, o que lhe fez mudar de partido?
- 17 Seu atual partido lhe deu e dá apoio? Como?
- 18 Quem é a principal liderança do seu partido?
- 19 Seu partido tem departamento, secretaria ou coletivo de mulheres? Acha isso importante?
- 20 O Estatuto do seu partido traz alguma referência às mulheres?
- 21 Qual sua visão sobre a lei de cotas para mulheres na política?
- 22 Quais foram suas maiores dificuldades, como mulher, no mundo da política?

- 23** Já se sentiu discriminada ou constrangida, nesse meio, por ser mulher?
- 24** Você acha que em nossa sociedade, nossa cultura, oferece entraves para a participação da mulher na vida pública? Quais?
- 25** Mulher faz política diferente dos homens?
- 26** Se considera feminista?
- 27** Acha que as mulheres são melhores defensoras dos interesses e demandas da população feminina?
- 28** O que acha que precisa mudar para que haja maior participação feminina na política?
- 29** Se tens mandato:
- 29.1 Como analisa sua atuação enquanto parlamentar?
 - 29.2 Participa de alguma Comissão ou Frente?
 - 29.3 Compõe algum cargo em Mesa Diretora?
 - 29.4 Preside ou Relata alguma Comissão Parlamentar?
 - 29.5 Quais projetos apresentou nessa legislatura?
 - 29.6 Como se dá a conciliação com a vida privada?
 - 29.7 Pretende continuar com a carreira política?

APÊNDICE B – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: “VERÁS QUE UMA FILHA TUA NÃO FOGE À LUTA”: fatores da pouca participação de mulheres no Parlamento maranhense: um estudo com candidatas nas eleições de 2018

Nome do responsável: Patrícia Carlos de Sousa

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres compõem mais da metade do eleitorado brasileiro – 52,5%, mas no que se refere a alcançar um cargo eletivo, ainda estão bem distantes dos homens. Das mais de 77 milhões de eleitoras brasileiras, apenas 9.204 concorreram a um cargo eletivo nas Eleições Gerais de 2018. Destas, somente 290 foram eleitas, o que apesar de ser um número baixo, representa um aumento de 52,6% em relação a 2014. Das 513 vagas na Câmara Federal, apenas 77 foram ocupadas por mulheres. Nenhuma maranhense. Se debruçar sobre a pesquisa quanto aos desafios encontrados pelas mulheres para a participação política se mostra como tarefa de grande importância. São oito décadas de conquista do voto, mas os direitos femininos ainda estão em processo de afirmação e ampliação que vão acompanhando as configurações da sociedade. Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar os fatores e motivos que interferem na candidatura e vitória eleitoral de mulheres no legislativo maranhense. E como objetivos específicos: identificar aspectos sociais e culturais que especificam papéis diferenciados á mulheres no âmbito das candidaturas políticas; apresentar o contexto histórico do acesso das mulheres em cargos eletivos no Brasil e no Maranhão; traçar o perfil das parlamentares com mandatos vigentes na Assembleia Legislativa do Maranhão; debater os mecanismos que capitalizam politicamente a mulher para disputas eletivas

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a responder uma entrevista que será gravada, para posterior análise das falas por parte da pesquisadora, feita de forma virtual, em função dos cuidados preventivos da pandemia de Covid-19. Sua participação demandará cerca de 25 minutos e os dados serão descartados após o término da pesquisa, previsto para janeiro de 2021.

Desconfortos e riscos:

De acordo com as resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde que trata especificamente das pesquisas que envolve seres humanos, sobretudo esta última, mais recente, que aborda as pesquisas no campo das Ciências Humanas, área do qual esta pesquisa está inserida, considera-se que toda pesquisa que envolve seres humanos envolve algum tipo de risco, seja este em menor ou maior grau, imediato ou tardio. No que se refere a realização desta pesquisa, os riscos são mínimos aos sujeitos envolvidos: mulheres candidatas ao parlamento do Maranhão. Mas há os riscos

potenciais que, neste estudo em específico, podem ser: desconforto com as perguntas do questionário que serão aplicados, não concordância ao trato dos dados e interpretações analíticas e dos resultados da pesquisa. Ainda que por parte da pesquisadora haja todo esforço em seguir os procedimentos e princípios éticos de pesquisa com seres humanos, conforme resoluções acima, e haja total esclarecimento do que se trata a pesquisa, a partir do TCLE apresentado aos sujeitos participantes, caso haja discordâncias ou desistências de participação a qualquer hora da pesquisa, o participante terá o direito assegurado a assistência e a buscar indenização, quando for o caso.

Benefícios:

Considerando o risco mínimo para os participantes desta pesquisa, os benefícios se sobrepõem a eles, pois os resultados que serão alcançados a partir desta pesquisa oferecerão elevadas possibilidades de conhecimento no que concerne a uma problemática social, o número diminuto de candidatas e eleitas mulheres para as diversas funções na política eleitoral. Ainda, haverá maior publicização acadêmica na sociedade maranhense sobre informações da temática, podendo contribuir para a formulação de projetos e políticas públicas nesta área, com maior valorização e potencialização de jovens mulheres. Importante frisar que os benefícios conforme dito acima, não serão diretos aos participantes enquanto indivíduo, mas a uma coletividade, do qual este mesmo indivíduo faz parte.

Acompanhamento e assistência:

Você tem o direito à assistência integral e gratuita por possíveis danos diretos e indiretos, imediatos e tardios, pelo tempo que for necessário. Caso seja detectado a necessidade de algum tipo de intervenção psicológica, iremos abortar a entrevista, orientando para o acompanhamento profissional. Você terá acesso aos resultados da pesquisa sempre que solicitar e poderá pedir desligamento a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou dificuldade.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e Indenização:

Essa pesquisa não gera nenhuma despesa aos participantes. Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora: Patrícia Carlos de Sousa, telefone 98 9 9128-1513, e-mail patycarlos9@gmail.com.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) das 09:00hs às 16:00hs na Avenida Ipiranga no. 1071, sala 608; CEP 01039-903 São Paulo – SP; telefone (11) 3229-2995; e-mail: maestria.estado@flacso.org.br

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome da participante:

_____ Data: ____/____/____.
(Assinatura da participante ou de seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

_____ Data: ____/____/____.
(Assinatura do pesquisador)

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VERÁS UMA FILHA TUA NÃO FOGE À LUTA: fatores da pouca participação de mulheres no Parlamento maranhense - um estudo com candidatas nas eleições de 2018.

Pesquisador: Patrícia Carlos de Sousa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 39853020.7.0000.5087

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.537.541

Apresentação do Projeto:

O presente estudo tem como objetivo analisar os fatores e motivos que interferem na candidatura e vitória eleitoral de mulheres no legislativo maranhense, dessa forma pretendemos identificar aspectos sociais e culturais que especificam papéis diferenciados á mulheres no âmbito das candidaturas políticas; apresentar o contexto histórico do acesso das mulheres em cargos eletivos no Brasil e no Maranhão; traçar o perfil das parlamentares com mandatos vigentes na Assembleia Legislativa do Maranhão e de mulheres maranhenses candidatas em 2018; debater os mecanismos que capitalizam politicamente a mulher para disputas eletivas. Para tanto, utilizamos a entrevista semi-estruturada e gravada, junto a 13(treze) mulheres que foram candidatas, sendo algumas eleitas e outra e outra não, de partidos de espectros ideológicos variados, identificando tais pontos na trajetória política de cada uma. Realizaremos, então, uma pesquisa bibliográfica e de campo, esta última desenvolvida no segundo semestre de 2020. Pretende-se abordar - através de pesquisa bibliográfica e entrevista com mulheres que foram candidatas em 2018 – quais fatores interferem na baixa participação feminina no legislativo do Maranhão, a partir de uma abordagem feminista, que busque a influência da cultura(socialização) e da lógica partidária nesse fenômeno. Este estudo será elaborado obedecendo aos critérios éticos de pesquisa com seres humanos, tratados na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Continuação do Parecer: 4.537.541

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os fatores e motivos que interferem na candidatura e vitória eleitoral de mulheres no legislativo maranhense.

Objetivo Secundário:

- Identificar aspectos sociais e culturais que especificam papéis diferenciados à mulheres no âmbito das candidaturas políticas;
- Apresentar o contexto histórico do acesso das mulheres em cargos eletivos no Brasil e no Maranhão;
- traçar o perfil das parlamentares com mandatos vigentes na Assembleia Legislativa do Maranhão;
- traçar o perfil de mulheres candidatas ao Legislativo Maranhense em 2018;
- debater os mecanismos que capitalizam politicamente a mulher para disputas eletivas;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

No que se refere a realização desta pesquisa, os riscos são mínimos aos sujeitos envolvidos: mulheres candidatas ao parlamento do Maranhão. Mas há os riscos potenciais que, neste estudo em específico, podem ser: desconforto com as perguntas do questionário que serão aplicados, não concordância ao trato dos dados e interpretações analíticas e dos resultados da pesquisa. Ainda que por parte da pesquisadora haja todo esforço em seguir os procedimentos e princípios éticos de pesquisa com seres humanos, conforme resoluções acima, e haja total esclarecimento do que se trata a pesquisa, a partir do TCLE apresentado aos sujeitos participantes, caso haja discordâncias ou desistências de participação a qualquer hora da pesquisa, o participante terá o direito assegurado a assistência e a buscar indenização, quando for o caso. Benefícios: Considerando o risco mínimo para os participantes desta pesquisa, os benefícios se sobrepõem a eles, pois os resultados que serão alcançados a partir desta pesquisa oferecerão elevadas possibilidade de conhecimento no que concerne a uma problemática social, o número diminuto de candidatas e eleitas mulheres para as diversas funções na política eleitoral. Ainda, haverá maior publicização acadêmica na sociedade maranhense sobre informações da temática, podendo contribuir para a formulação de projetos e políticas públicas nesta área, com maior valorização e potencialização de jovens mulheres. Importante frisar que os benefícios conforme dito acima, não serão diretos aos participantes enquanto indivíduo, mas a uma coletividade, do qual este mesmo indivíduo faz parte.

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
Bairro: Bacanga **CEP:** 65.080-805
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

ANEXO B – AS DEZ ATUAIS DEPUTADAS ESTADUAIS DO MARANHÃO
(LEGISLATURA 2019-2022)

- ANA DO GÁS (PCdoB)



Natural de São Luís, Ana de Nazaré Pereira Silva Macedo Mendonça, a “Ana do Gás”, tem 40 anos, é empresária, casada e mãe de dois filhos. Iniciou sua trajetória política no município de Santo Antônio dos Lopes, onde foi primeira-dama por 8 anos, sendo eleita deputada estadual em 2014, pelo PRB. O nome político se dá devido às enormes reservas de gás natural descobertas nas terras da família, em Santo Antônio dos Lopes, em meados de 2013. Em 2018, reelegeu-se para o seu segundo mandato, pelo PCdoB, partido do governador do Estado à época (Flávio Dino filiou-se ao PSB em 2021). Em 2019 assumiu, por pouco mais de um ano, o cargo de Secretária de Estado da Mulher do Maranhão, retornando ao mandato em junho de 2020.

- ANDREIA REZENDE (DEM)



Andreia Lopes Martins Rezende é natural de São Luís do Maranhão, mas passou a infância no sul do Estado, na cidade de Balsas. Com 46 anos, é Bacharel em Odontologia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, mãe de dois filhos e esposa do ex-deputado estadual Stenio Rezende. Também é cunhada do ex-prefeito de Vitorino Freire, Juscelino Rezende e tia do atual deputado federal Juscelino Rezende Filho. Foi eleita deputada estadual em 2018, pelo DEM, e durante a campanha sofreu um acidente automobilístico que lhe deixou paraplégica, sendo hoje uma pessoa com deficiência.

- BETEL GOMES (PRTB)



Betel Santana Rodrigues é natural de Barra do Corda e tem 56 anos. É professora concursada no município de Buriticupu e também empresária. Foi servidora do Banco do Estado do Maranhão. É casada com o ex-prefeito de Buriticupu José Gomes Rodrigues, com quem teve cinco filhos e de quem herdou o sobrenome político Gomes. Ao longo dos dois mandatos do esposo, foi Secretária Municipal de Cultura e de Educação. Em 2018 candidatou-se a deputada estadual pelo PRTB, ficando na primeira suplência da chapa. Em 2021 assumiu a vaga na Assembleia Legislativa do Maranhão após o deputado Felipe dos Pneus assumir como prefeito de Santa Inês.

- CLEIDE COUTINHO (PDT)



Cleide Barroso Coutinho, de 74 anos, nasceu na cidade de Maruim, em Sergipe. Formada em Medicina pela Universidade Federal da Bahia, em 1970. É viúva do o ex-deputado estadual e ex-prefeito de Caxias, Dr. Humberto Coutinho e mãe de dois filhos. Foi eleita vice-prefeita de Caxias em 1996, pelo PSC e em 2006, elegeu-se como a 2ª deputada mais votada do Estado, pelo PSDB. Em 2010, foi reeleita para mais um mandato estadual, dessa vez pelo PSB, e em 2018 conquistou seu terceiro mandato, pelo PDT.

- DANIELLA TEMA (DEM)



Natural de Presidente Dutra, Daniella Jidão Meneses Cunha tem 34 anos, é nutricionista, especialista em Nutrição Clínica e Saúde Pública. Foi diretora-geral do Hospital Macrorregional de Presidente Dutra (Socorrão). É casada com o ex-prefeito de Tuntum, Cleomar Tema, com quem tem dois filhos. Em 2018, foi eleita deputada estadual, pelo DEM. Atualmente coordena a Frente Parlamentar de Combate e Erradicação do Femicídio e é Procuradora da Mulher da Assembleia Legislativa do Maranhão.

- DETINHA (PL)



Maria Deusdete Lima Cunha Rodrigues, a Detinha, é natural de Caruiçu-CE, tem 42 anos, é em graduada em Serviço Social, presidente estadual do PL-Mulher, casada com o atual deputado federal e ex-prefeito de Maranhãozinho, Josimar de Maranhãozinho, líder político da região de Alto Turi/BR, e mãe de três filhos. É também cunhada da prefeita de Zé Doca, Josinha Cunha. Em 2005 assumiu a Secretaria de Assistência Social do município de Maranhãozinho e elegeu-se prefeita de Centro do Guilherme em 2008, pelo PL, na época PR, sendo reeleita ao cargo em 2012, pelo mesmo partido. Eleita deputada estadual mais bem votada do Maranhão em 2018, também pelo PL.

- HELENA DUALIBE (SOLIDARIEDADE)



Helena Maria Duailibe Ferreira é médica graduada pela Universidade Federal do Maranhão, com residência em Medicina Comunitária e da Família, realizada na mesma instituição. Servidora pública concursada do estado e município. Casada com o ex-deputado estadual e ex-vereador de São Luís, Afonso Manoel, com quem teve três filhos. Ocupou o cargo de Secretária Estadual da Saúde do Maranhão (2004-2006) e Secretária Municipal de Saúde de

São Luís (2009 e entre 2014 e 2017). Foi diretora do Hospital Socorrão I, em 1996; vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Saúde (CONASS-2005-2006); e presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde (2009). Foi vice-prefeita de São Luís (2009-2012), pelo PSB. Vereadora de São Luís para a legislatura 2013-2016, pelo MDB. Em 2018, elegeu-se deputada estadual, pelo Solidariedade.

- MICAL DAMASCENO (PTB)



Mical Silva Damasceno é natural de Anajatuba - MA, mas aos seis anos mudou-se com a família para Magalhães de Almeida. Com onze anos, por motivo de transferência das atividades pastorais do pai, que é pastor evangélico, passou a morar em Viana, onde fincou raízes. É divorciada e mãe de dois filhos. Formada em Administração, iniciou sua carreira pública no ano de 2007, quando se filiou ao Partido Popular Socialista (PPS). Foi candidata a vereadora de Viana nas eleições de 2008, sendo a sétima mais bem votada do município, porém não eleita. Em 2014, foi candidata a deputada federal pelo PSDC, ficando na suplência. Alcançou êxito nas eleições de 2018, eleita pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com forte militância no segmento evangélico, Mical Damasceno é fruto da força política das igrejas cristãs no estado do Maranhão.

- SOCORRO WAQUIM (MDB)



Maria do Socorro Almeida Waquim, de 65 anos, nasceu na cidade de Parnaíba (PI). É professora e servidora pública. Casada com o ex-deputado federal, Sétimo Waquim e mãe de três filhos. Começou sua carreira política em 1996 ao se candidatar ao cargo de prefeita em Timon, pelo então PMDB. Concorreu novamente nas eleições de 2004, quando foi eleita prefeita do município pela primeira vez, reelegendo-se em 2008, também pelo PMDB. Foi eleita deputada estadual em 2002 pelo mesmo partido. Foi candidata a deputada estadual em 2014, sem eleger-se. Nas eleições de 2016 foi eleita vereadora de Timon, pelo PMDB, sendo a mais votada do pleito. Em 2018, disputou novamente a vaga na Assembleia Legislativa do Maranhão, ficando na suplência. Assumiu em 2021 depois que o deputado eleito Rigo Teles (PV) assumiu como prefeito de Barra do Corda.

- THAIZA HORTEGAL (PP)



Thaiza de Aguiar Hortegal 32 anos, é médica pediatra, formada em 2011, com especializações no Instituto Materno Infantil, em Pernambuco, e Santa Casa de Misericórdia,

em São Paulo. É natural de Santarém (PA), mas foi criada desde pequena no Maranhão, terra natal de seu pai, o vice-prefeito de Chapadinha e ex-deputado estadual, Talvane Hortegal. É esposa do prefeito de Pinheiro, Luciano Genésio, com quem tem dois filhos. Em 2018 elegeu-se para seu primeiro mandato como deputada estadual, pelo PP.